



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Formação de Professores

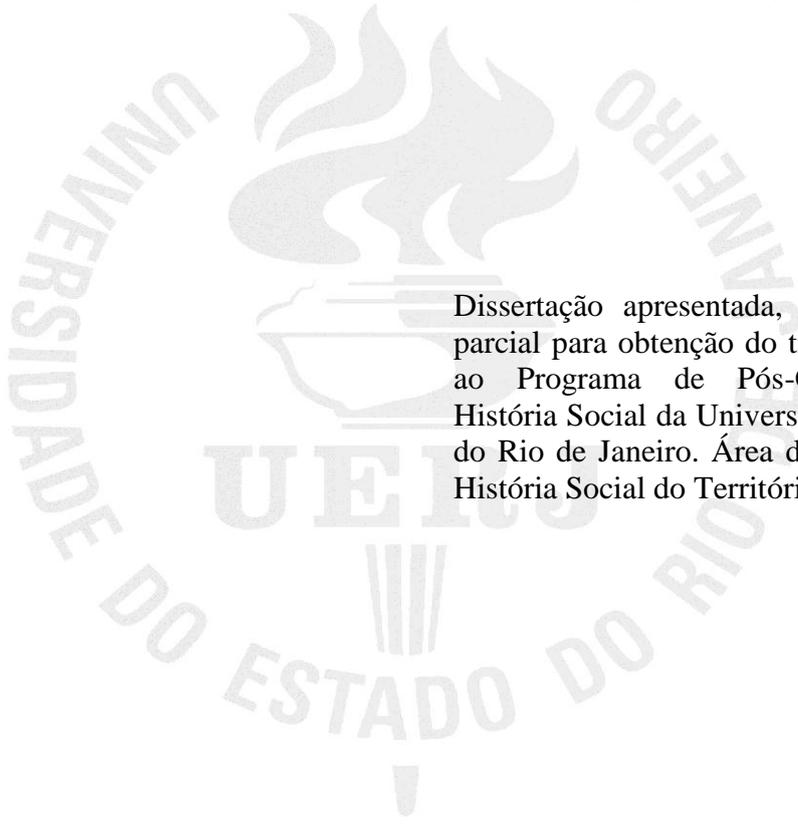
Igor Estevam Santos de Oliveira

Quando a oligarquia é mecenas...: Associativismo dançante, identidades e redes de clientela em sociedades recreativas e carnavalescas de Santa Cruz no Distrito Federal (1902-1930).

São Gonçalo
2016

Igor Estevam Santos de Oliveira

Quando a oligarquia é mecenas...: Associativismo dançante, identidades e redes de clientela em sociedades recreativas e carnavalescas de Santa Cruz no Distrito Federal (1902-1930).



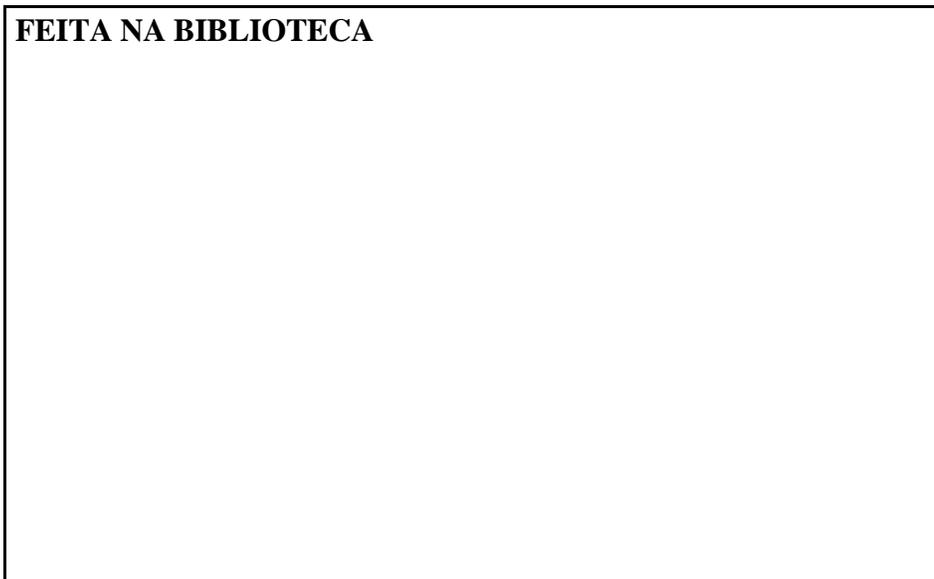
Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Social do Território.

Orientador: Prof. Dr. Gelsom Rozentino de Almeida

São Gonçalo
2016

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/D

FEITA NA BIBLIOTECA



Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

RESUMO

Buscamos analisar o associativismo recreativo de Santa Cruz, como espaço importante de sociabilidade, clientelismo e criação de identidades. O conceito de identidade, permite compreender os laços de sociabilidade, clientelismo, conflitos e barganhas assimétricas. Possibilitando a criação de costumes compartilhados. Entende-se por identidade a criação de valores, laços de sociabilidade e visões de mundo. Em resumo, a tessitura de códigos sociais mutuamente reconhecidos entre os atores históricos desse contexto associativo. Esse estudo também se debruçou sobre as dinâmicas sociais e políticas, de diversos de grupos que se associavam para fins lúdicos e carnavalescas. Analisamos também a importância política de redes de sociabilidades e clientelismo com as oligarquias. Consideram-se ainda as possíveis fontes de financiamento, atividades internas e composição social dos grupos recreativos de Santa Cruz, através de estudos de caso de cada sociedade. Tenta-se também reconhecer trajetórias de alguns membros dos grupos estudados.

Palavras-chave: Associativismo Recreativo. Carnaval. Santa Cruz. Rede de Sociabilidade. Oligarquia.

ABSTRACT

We analyze the leisure associativism of Santa Cruz, as an important space of sociability, clientelism and creation of identities. The concept of identity allows us to understand the ties of sociability, clientelism, conflicts and unequal exchanges. Making the creation of shared customs possible. It is understood by identity the creation of values, sociability ties and worldviews. In short, the composition of social codes mutually recognized among the historical actors of this associative context. This study also focused on the social and political dynamics of various groups that were associated for entertainment and carnival purposes. We also analyze the political importance of sociability networks and clientelism with the oligarchies. It is further considered possible sources of funding, internal activities and social composition of recreational groups of Santa Cruz, through case studies of each society. We also try to recognize the trajectories of some member of the groups studied.

Keywords: leisure associativism. Carnival. Santa Cruz. Sociability network. Oligarchy

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Sede da Sociedade Musical Francisco Braga.....	54
Figura 2 – A foto atual da sede do Clube Braga.....	56
Figura 3 – Foto da sede Sociedade Musical Francisco Braga Atual	57
Figura 4 - Banda da Sociedade Musical Francisco Braga	65
Figura 5 – Caricatura de Federico Leal, diretor dos Furrecas	77
Figura 6 – Carro do Congresso dos Furrecas	80
Figura 7 - Miguel Billota, coreografo dos Furrecas	81

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	45
----------------	----

Igor Estevam Santos de Oliveira

Quando a oligarquia é mecenas...: Associativismo dançante, identidades e redes de clientela em sociedades recreativas e carnavalescas de Santa Cruz no Distrito Federal (1902-1930).

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Social do Território.

Aprovada em

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Gelsom Rozentino Almeida (Orientador)
Faculdade de Formação de Professores – UERJ

Prof. Dr. Sydenham Lourenço Neto
Faculdade de Formação de Professores – UERJ

Profa. Dra. Manoela da Silva Pedroza
Instituto de História – Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Martin Christoph Curi Spörl
Faculdade de Formação de Professores – UERJ

São Gonçalo, 2016

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente a minha família: Lucas, meus pais Tania e Marcos. Pelo apoio dado nesses 2 anos de mestrado, especialmente ao meu irmão Lucas. Este trabalho é seu Lucas! Aos meus amigos ao longo desse tempo, me incentivaram, me refiro: a Rômulo, Eduardo, Fernando e Daniel. Dos colegas de mestrado ao: Frederico, Jorge, Vinícius, Davison e Camila. Foram muitas discussões travadas e sugestões, principalmente, nas tentativas de entender as burocracias que cercam a vida de um mestrando. Agradeço muito ao meu orientador o professor Gelsom, um grande mestre e historiador, que com todas as minhas dúvidas e percalços, sempre esteve disponível a me atender e ajudar no que foi preciso. Suas orientações e conselhos foram fundamentais para o desenvolvimento desse trabalho. Aos professores Sydenham e Martin pelas sugestões e caminhos apontados na qualificação. A professora Célia pelo empenho demonstrado na obtenção da bolsa da FAPERJ. Aos professores Eduardo, Christiane, Ana Paula, Letícia e novamente Sydenham. Pelas importantes discussões e bibliografias incorporadas das disciplinas do programa. A professora Manoela Pedroza da UFRJ pelas fontes, dicas de bibliografia e por aceitar prontamente compor a banca de defesa. Ao PPGHS pela oportunidade de qualificação profissional e um importante passo na minha formação de professor e historiador. A Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro pela bolsa concedida.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 O SANGUE E A POLÍTICA: ENTRE OLIGARQUIAS E A POLÍCIA	23
1.1 O sangue e a política	23
1.2 A polícia e as sociedades recreativas	33
2 A REGIÃO DE SANTA CRUZ E O PERIODISMO LOCAL.....	39
2.1 O jornal O Santacruzense.....	39
2.2 Da Real Fazenda ao Matadouro de Santa Cruz.....	43
3 ASSOCIATIVISMOS RECREATIVO EM SANTA CRUZ, POSSIBILIDADES DE IDENTIDADES E REDES DE SOCIABILIDADE	50
3.1.1 Sociedade Musical Francisco Braga e Ginásio Musical 24 de Fevereiro	50
3.1.2 A representação de si externa baseada na fé católica.....	59
3.1.3 Composição social e hierarquia internas	62
3.1.4 Sociedade Dançante União Familiar.....	70
3.2 Sociedades Carnavalescas	73
3.2.1 Rancho Carnavalesco Netinhos de Vovó.....	73
3.2.2 Congresso dos Furrecas / Clube dos Furrecas.....	76
3.2.3 Clube Democráticos de Santa Cruz.....	81
3.2.4 Clube Progressistas de Santa Cruz.....	84
3.3 Redes de clientela e ligações com mandões locais	86
CONCLUSÃO	92
LISTA DE FONTES	96
REFERÊNCIAS	98

INTRODUÇÃO

As manifestações carnavalescas se diversificaram principalmente a partir da década de 1890, a população da capital sofreu um incremento de 50%, por causa da imigração.¹ Carnaval normalmente é referido como um período de festas, samba e desfiles. Blocos carnavalesco atual “de rua”, arrastam milhares de pessoas, até milhões — nos refiro ao Cordão do Bola Preta² —. No passado, não muito distante quando Bola Preta estava sendo fundado, haviam outras novecentas sociedades³, poucas sobrevivem até hoje, como o próprio cordão citado.

Os cordões eram numerosos, surgiram a partir de 1890, foram um fenômeno popular e herdeiro da tradição africana, segundo Nelson Nobrega, principalmente dos cucumbis. Esses últimos surgiram em manifestações na Bahia — lá eram chamados de “congós” — e no Rio de Janeiro, os negros de diversas nações se agrupavam, celebravam o Natal e festas religiosas e também rituais fúnebres — de escravos e forros —. No Rio de Janeiro as manifestações teriam surgido através da festa de Nossa Senhora do Rosário, onde negros se fantasiavam. Os cucumbis usavam instrumentos como chocalhos, canto, dança em línguas africanas e versos em português.⁴ No processo de oficialização, partes dos cordões se estabeleceram como clubes e se legalizaram pedindo e alguns obtendo licença da polícia para desfile e funcionamento.⁵ Além da tradicional coroação do Rei Congo⁶. Os cordões se modificaram, principalmente a partir de 1908, onde

¹ FERNANDES, Nelson da Nóbrega. *Escolas de samba: sujeitos celebrantes e objetos celebrados*. Rio de Janeiro, 1928-1949. Rio de Janeiro: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. 2001.

² O cordão foi fundado em 1918, que desfila normalmente no sábado de carnaval, segundo seu sítio oficial levou a rua, 2 milhões pessoas no desfile de 2013. Embora, fosse o objetivo de o Bola Preta relembrar os antigos carnavalescos dos cordões. Cf.: Disponível em: < <http://www.cordaodabolapreta.com/>>. Acesso em 22 de junho de 2015

³ MARQUES DA FONSECA, Vitor Manoel. “No gozo dos direitos civis: associativismo no Rio de Janeiro, 1903-1916”. Rio de Janeiro/Niterói: Arquivo Nacional/Muiraquitã, 2008.

⁴ FERNANDES, Nelson da Nóbrega. *Escolas de samba: sujeitos celebrantes e objetos celebrados*. Rio de Janeiro, 1928-1949. Rio de Janeiro: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. 2001.

⁵ FERNANDES, Nelson da Nóbrega. *Escolas de samba: sujeitos celebrantes e objetos celebrados*. Rio de Janeiro, 1928-1949. Rio de Janeiro: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. 2001.

⁶ Sobre as manifestações de Congos consultar João José Reis. Cf.: REIS, João José. *A morte é uma festa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

passaram a usar instrumento de percussão, de cordas e metais. Passaram desfilar no ritmo marcha rancho — derivada das paradas militares —, Rachel Soihet chama atenção para essas mudanças.⁷

A supressão dos cordões segundo Nelson, se deu pela ideologia civilizatória (a ideologia higiene é um desdobramento, mais a frente discutida) no ápice pela reforma Pereira Passos, com a expulsão de grande parte da população pobre do centro do Rio de Janeiro. Principalmente, com o endurecimento da vigilância e repressão policial na experiência associativa dos cordões.⁸ Concorda-se aqui com autor, a frente será analisada a relação entre polícia e o associativismo recreativo.

A satanização dos cordões faz parte daquela ofensiva desencadeada contra as classes populares, da modernização que atinge seu clímax com a Reforma Passos, que depois de ter prendido e deportado para o Acre populares envolvidos com a Revolta da Vacina, expulsado centenas de famílias dos bairros centrais que moravam em cortiços condenados a demolição para dar lugar aos bulevares, passaram a perseguir de forma mais sistemática as festas, crenças e manifestações das classes populares.⁹

Pelo nosso conhecimento, nenhuma sociedade de Santa Cruz, jamais teve problemas ou sofreu repressão da polícia. A origem elitista do associativismo recreativo em Santa Cruz, talvez explique em parte, a causa de não ter havido repressão policial. Visto que a grande maioria das sociedades de Santa Cruz, sempre se mantiveram muito próximas ao poder.

Quanto a parte da historiografia, que diz que houve substituição dos ranchos pelos cordões discorda-se¹⁰. Essa substituição é improvável, pois ranchos e cordões convivem durante muitos anos juntos. Concorda-se novamente com Nelson Nóbrega. Mesmo cordões remanescentes passaram por um processo de “reinvenção”, nas palavras do autor¹¹:

Ambos surgem nos bairros populares do Rio de Janeiro na últimas décadas do século e alcançam enorme popularidade na primeira década do século XX. Daí por diante a

⁷ Cf.: SOIHET, Rachel. *A Subversão pelo Riso: Estudos Sobre o Carnaval Carioca da Belle Époque ao Tempo de Vargas*. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

⁸ FERNANDES, Nelson da Nóbrega. *Escolas de samba: sujeitos celebrantes e objetos celebrados*. Rio de Janeiro, 1928-1949. Rio de Janeiro: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. 2001.

⁹ Idem. P.31

¹⁰ Refere-se a Eneida. Cf.: MORAES, Eneida de. *História do carnaval carioca*. Rio de Janeiro: Record, 1987.

¹¹ Outra autora que apresenta leitura similar à de Nelson Nóbrega, é Maria Clementina. Aqui se concorda com esses autores. Cf.: CUNHA, Maria Clementina Pereira. “Ecos da folia: Uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920”. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. FERNANDES, Nelson da Nóbrega. *Escolas de samba: sujeitos celebrantes e objetos celebrados*. Rio de Janeiro, 1928-1949. Rio de Janeiro: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. 2001.

evolução de ambos se distingue. Enquanto os cordões vão “desaparecer” rapidamente, os ranchos passarão por um processo de reinvenção marcado pelas inovações trazidas pelo Ameno Resedá a partir de 1908, que lhes permitirão disputar a hegemonia do Carnaval com as grandes sociedades até a década de 30.¹²

Os ranchos inicialmente foram fundados nas áreas periféricas ao redor do porto do Rio, como: Saúde, Gamboa, Providência (primeira favela) e Santo Cristo.¹³ Fundada em sua maioria por trabalhadores pobres e negros. Um dos pioneiros da fundação de ranchos foi Hilário Jovino, que emigrou da Bahia para o Rio (ele era pernambucano, mas foi criado na Bahia), em 1872. O primeiro rancho fundado por ele foi Rosa de Ouro, em 1897.¹⁴

O que diferencia a estética e o ritmo dos cordões para os ranchos, é que os ranchos são inspirados em uma apropriação da folia de Reis Baiana¹⁵. Não só a estética, mas também as percussões, coreografia e formas de organização “porta-bandeira, mestre-sala, batedores etc., por pertencerem a folias de reis, eram bastante conhecidos no Rio de Janeiro.”¹⁶

Nelson Nóbrega põe os ranchos como inseridos em um novo contexto social urbano e capitalista, eles eram herdeiros contexto sociopolítico agrária e escravista. Adaptaram-se há uma nova realidade usando estratégias como: autopromoção na imprensa, oficialização (utilização de códigos mais próximos à cultura oficial) e rede de relações interpessoais com poderosos. Muitos cordões também assumiram tais práticas, se adaptando também a essa realidade.¹⁷

O Ameno Resedá se adaptou muito bem, adotando temas para desfile europeus, movimento seguido pelos outros ranchos. Temas como “adaptar para o ritmo da marcha-rancho

¹² Idem. P.31.

¹³ Região conhecida como “pequena África”, para maiores detalhes conferir o trabalho a seguir. Cf.: MOURA, Roberto. Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1983.

¹⁴ FERNANDES, Nelson da Nóbrega. Escolas de samba: sujeitos celebrantes e objetos celebrados. Rio de Janeiro, 1928-1949. Rio de Janeiro: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. 2001.

¹⁵ Para a produção historiográfica recente sobre Folia de Reis, consultar o trabalho seguinte. Cf.: RIOS, Ana Lugão Rios; MATTOS, Hebe. Memórias do Cativo: Trabalho, identidade e cidadania no Pós-Abolição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

¹⁶ FERNANDES, Nelson da Nóbrega. Escolas de samba: sujeitos celebrantes e objetos celebrados. Rio de Janeiro, 1928-1949. Rio de Janeiro: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. 2001.P.30

¹⁷ Idem.

trechos de óperas e operetas como O Guarani, de Carlos Gomes; La Bohème, de Puccini; Geisha, de Sidney Johnes;¹⁸

Ranchos populares também existiam como o Recreio das Flores, um rancho fundado por um sindicato que congregava negros e imigrantes, que trabalhavam no porto. Seu líder era Antônio Infante, um estivador. O rancho obteve destaque no carnaval de 1920, com um enredo baseado na ópera Aída.¹⁹

O Ameno Resedá fundado por Hilário Jovino (embora àquela altura já bem idoso) em 1907, endeusado pela imprensa da época, o grupo chegou a ser recebido pelos presidentes Marechal Floriano e Hermes da Fonseca²⁰. Era um rancho formado por funcionários públicos de classe média. Tido como modelo de carnaval civilizado, como sucessor dos antiquados cordões, mal falados pelas brigas frequentes na imprensa.²¹ Muito embora, parte da imprensa tenha organizado concurso de cordões, como Gazeta de Notícias em 1906 e O País em 1905. O Jornal do Brasil chegou a receber cordões em sua sede em 1901, uma das poucas vezes que os cordões foram centro do Rio. Grande parte da atenção posterior dos cordões foi desviada para os ranchos na cobertura.²²

O modelo de carnaval que se buscava era o europeu, com bailes a fantasia a moda veneziana e arlequim²³. Parte da imprensa também intensificou a perseguição aos cordões existentes em vários bairros da cidade, em especial aos da região central. A tolerância com as práticas populares de carnaval só começa a partir da fundação do “modelo Rancho”.²⁴

¹⁸ FERNANDES, Nelson da Nóbrega. Escolas de samba: sujeitos celebrantes e objetos celebrados. Rio de Janeiro, 1928-1949. Rio de Janeiro: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. 2001.P. 32

¹⁹ SOIHET, Rachel. A Subversão pelo Riso: Estudos Sobre o Carnaval Carioca da Belle Époque ao Tempo de Vargas. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

²⁰ Idem.

²¹ CUNHA, Maria Clementina Pereira. “Ecos da folia: Uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920”. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

²² Idem.

²³ Idem. P.35.

²⁴ O termo rancho é usado para designar algumas sociedades, especialmente as sociedades sediadas na Saúde e Gamboa. Como o Grupo Carnavalesco Flor dos Navegantes, um rancho formado possivelmente por marinheiros, fundado em 1906, no bairro da Saúde. Cf.: ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Secretaria de polícia do Distrito Federal. Fundo, GIF Codex 6C171. Rio de Janeiro. 1906.

Esse termo foi cunhado pela imprensa para referir-se essa experiência associativa. Um grande fundador de rancho foi Hilário Jovino Ferreira, fundou “Rosa Branca”, “As Jardineiras” entre outros. Os ranchos diferentemente de outras agremiações eram tidos como “modelo baiano”, porque tiveram muitos baianos residentes nos arredores do porto que vieram se associar neles. Esse modelo de carnaval se diferenciava dos cordões, por se inspirar no carnaval baiano. Cf.: CUNHA, Maria Clementina Pereira. “Ecos da folia: Uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920”. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

Especialmente com Améno Resendá.²⁵ O discurso poderia ser desencorajador, mas paradoxalmente o número de sociedades recreativas na cidade chegou a mais de 600 associações fundadas no período entre 1902-1920²⁶.

Nelson Nóbrega atribui os cordões como fenômeno local dos bairros, ele cita tem que mesmo em bairros de Santa Cruz e Campo Grande, distantes do centro, existiam cordões. Quanto a Campo Grande não podemos comentar, embora, conheçamos sociedades fundadas por operários que trabalhava na fábrica de Bangu na residiam na localidade²⁷. Em Santa Cruz, tende-se aqui a discordar afirmação do autor. Não se pode dizer que os grupos que estudamos se encaixam no “modelo cordão”, principalmente, as sociedades fundadas antes década de 1910. Nos referimos a Sociedade Musical Francisco Braga e o Ginásio Musical 24 de Fevereiro, o ginásio a mais antiga sociedade analisada fundado em 1891, não aparenta ter nenhum traço de herança ou tradição africana, em seus préstitos carnavalescos, o mesmo pode-se dizer para a S.M.F.B. Ambas as sociedades faziam questão de constituir imagem católica, participando ativamente das atividades da igreja local.

O ginásio inclusive foi fundado por uma oligarquia local apoiada por setores médios, se afastando em parte do perfil de outros ranchos ou cordões, citados pelo autor — exceção do Ameno Resedá —. Jornalistas e autoridades também frequentavam o Ameno Resedá e outros, até mesmo como Tia Ciata mantinha suas relações interpessoais com poderosos.²⁸ O máximo que se pode afirmar sobre o associativismo recreativo em Santa Cruz, sendo influenciado por outros modelos associativos, seriam as sociedades com finalidades carnavalescas (Progressistas de Santa Cruz, Congresso dos Furrecas, Democráticos de Santa Cruz e Rancho Carnavalesco Netinhos de Vovó), que possuíam algumas características semelhantes com os ditos “ranchos”. Nos afastamos dos termos “ranchos e cordões”, pois não atendem as especificidades do associativismo recreativo em Santa Cruz, são demasiadamente generalizantes, adequados talvez a outras experiências associativas do centro do Rio de Janeiro. A única sociedade que tinha o termo rancho em seu nome

²⁵ CUNHA, Maria Clementina Pereira. “Ecos da folia: Uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920”. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. P.230.

²⁶ MARQUES DA FONSECA, Vitor Manoel. “No gozo dos direitos civis: associativismo no Rio de Janeiro, 1903-1916”. Rio de Janeiro/Niterói: Arquivo Nacional/Muiraquitã, 2008.

²⁷ S.D.C. Caprichosos do Paraíso. Cf.: ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Secretaria de polícia do Distrito Federal. Fundo, GIF Codex 6C365. Rio de Janeiro, 1906.

²⁸ CUNHA, Maria Clementina Pereira. “Ecos da folia: Uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920”. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

foi o Rancho Carnavalesco Netinhos de Vovó, essa talvez fosse a sociedade carnavalesca que pudesse ser intitulada o “rancho” de Santa Cruz, embora não partilhe a herança africana como os ranchos da Saúde.

Preferimos denominar as sociedades que tinha como finalidade principal desfilar no carnaval, como sociedades carnavalescas. As sociedades que tinham objetivos de diversão de seus sócios, tinha uma grande ênfase na atividade musical de suas bandas e também desfilaram carnaval. As nominaremos de sociedades carnavalescas. Seguimos o autor Leonardo Afonso, quando chama essas experiências de associativismo dançante ou recreativo, pois sua ênfase era voltada o lúdico.²⁹

Largando o Catete de lado — sede do Ameno Resedá—, nos deslocamos para os subúrbios da cidade do Rio, onde o número de sociedades também é muito grande. Mais longe ainda vamos! Ao ramal distante dos trens suburbanos da Central do Brasil, o ramal de Santa Cruz. Por aquela longínqua localidade rural, onde passaram os Jesuítas, onde no império se instalou o moderno Matadouro Municipal.

Esse último foi cerne importantes disputas políticas, que afetavam o cotidiano de muitas das sociedades carnavalescas estudadas. Para entender o associativismo recreativo, na distante Santa Cruz, se faz necessário se debruçar sobre as relações políticas locais, onde o matadouro é a principal intendência política.

O Rio de Janeiro então Distrito Federal com do regime republicano, recém-instalado a época, sofreu um período violento de transformações e principalmente de efervescência social. A abertura da Avenida Central, derrubada de moradias populares do centro da cidade — além de agravar a crise de moradias populares³⁰—, promoveu o aumento da suburbanização e com o preço baixo dos terrenos e especulação imobiliária, levou a um crescimento da população suburbana³¹. Buscou-se por parte do poder pública a “regeneração³²” da cidade tida como colonial, onde são

²⁹ Cf.: PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. O Prazer das Morenas: bailes, ritmos e identidades nos clubes dançantes da Primeira República. In: Andrea Marzano; Victor Andrade de Melo. (Org.). “Vida Divertida: histórias do lazer no Rio de Janeiro (1830-1930)”. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010: 275-299.

³⁰SEVCENKO, Nicolau. Literatura como. Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. P.47.

³¹ ABREU, Maurício de Almeida. A evolução urbana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IPLANRIO, Zahar, 1987.

³² Termos usados pela imprensa referir-se ao prefeito Pereira Passos, o ditador da regeneração, ou seja, o que regenerava a cidade dos “velhos hábitos colônias”. Cf.: SEVCENKO, Nicolau. Literatura como. Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. P.46.

postos abaixo casarões antigos que serviam de moradias populares — muitas vezes precárias—, com a abertura de grandes bulevares a moda parisiense, fechamento de ruelas.³³

Essas modificações na vida urbana afetavam o cotidiano de muitos trabalhadores. A cidade era tida como foco de doenças — como febre amarela, da varíola, entre outras—, a ideologia da higiene a suspeita constante da comunidade mestiça adensada pela crença nos pobres como “classes perigosas” — discutiremos mais, quando falarmos da atuação da polícia da cidade —. O conceito de ideologia da higiene pode ser entendido como uma ideologia que tinha duas razões de existência: o aperfeiçoamento moral do povo — cabia ao governo zelar por esse aperfeiçoamento —, o segundo seria o discurso de que a higiene é prioritariamente o caminho a ser traçado pelo Brasil.³⁴

Essa ideologia era aplicada através de intervenções no meio urbano, como a derrubada de cortiços. Buscava-se tecnificar, tornar neutras e científicas — acima de interesses partidários e particulares —, as decisões políticas seriam técnicas. Um dos motivos, como se verá a frente concernente a transferência do matadouro municipal para Santa Cruz, foi sua modernização e as péssimas condições de higiene dos anteriores. Embora, a transferência seja no período final do império, o discurso da higiene já existia. Ela ganhou poder, especialmente, após a instauração da republica, com a ação de médicos e engenheiros³⁵.

As modificações urbanas tornavam o clima da cidade muito turbulento nas décadas iniciais do século XX.³⁶ Elas se fizeram presentes em toda a cidade, inclusive nos subúrbios. Notamos parte do discurso de civilização em jornais suburbanos³⁷, em algumas sociedades recreativas de áreas suburbanas. Reivindicavam a inserção dos subúrbios na ideologia do progresso.³⁸

³³ BENCHIMOL, Jaime Larry. Pereira Passos: um Haussmann Tropical. A renovação urbana na cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1992.

³⁴ Termo usado para referir-se ao grupo de intelectuais higienista. Cf.: CHALHOUB, Sidney. “Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial.” São Paulo: Companhia das Letras, 1996. P. 21.

³⁵ CHALHOUB, Sidney. “Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial.” São Paulo: Companhia das Letras, 1996. P. 35.

³⁶ SEVCENKO, Nicolau. Literatura como. Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

³⁷ MENDONÇA, Leandro Clímaco. “Nas margens: experiências de suburbanos com periodismo no Rio de Janeiro, 1330-1920”. Dissertação de Mestrado em História, Niterói, Programa de Pós-graduação em História Social, UFF, 2011. P.91.

³⁸ Não são poucos os exemplos de sociedades que buscam mostrar pelo nome certa apropriação da ideologia pela civilização, alguns exemplos são: SOCIEDADE MUSICAL PROGRESSO DO ENGENHO DE DENTRO e CLUBE CARNAVALESCO PROGRESSISTA DE SANTA CRUZ. Cf.: ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Secretaria de polícia do Distrito Federal. Fundo, GIFÍ Codex 6C365. Rio de Janeiro, 1906.

Afetavam também a vida cotidiana da população e festas religiosas, como a proibição das festas de malhação de Judas, combate policial aos cultos de origem africana³⁹ e cerceamentos na Festa da Penha⁴⁰. As práticas de desfile carnavalesco de pastorinhas foram desencorajadas, muito embora, os desfiles de pastorinhas ainda fossem muito comuns até 1930⁴¹.

O discurso da civilização buscava afirmar a introdução do Brasil entre no mundo civilizado, assim dando credibilidade ao Brasil. Mesmo destruindo formas tradicionais de culturas populares, que se opusessem as práticas da elite dominante de “civilização e higiene”, a elitização das áreas centrais da cidade, isolando-a da população mais pobre. Buscava-se a desconstrução da cidade imperial — colonial, por extensão, incivilizada —, para construção de uma moderna cidade ao modelo parisiense⁴².

Era preciso, pois, findar com a imagem da cidade insalubre e insegura, com uma enorme população de gente rude plantada bem no seu amago, vivendo no maior desconforto, imundice e promiscuidade, pronta para armar em barricadas as vielas estreitas do Centro ao som do primeiro grito de motim⁴³.

Nos atentamos agora para a historiografia sobre associativismo recreativo, não apenas do Rio de Janeiro, mas também outras cidades. Os estudos relativos ao associativismo de trabalhadores no Rio de Janeiro se debruçam normalmente associações de ajuda e sindicatos⁴⁴, mas poucos abordam outros tipos de associações, como associativismo para recreação e lazer. Para

³⁹ Para maiores referências sobre essa perseguição consultar a obra de Yvonne Maggie. Embora, saibamos que certos candomblés eram tolerados. Cf.: ALVES VELHO, Yvonne Maggie. Medo do feitiço: relações entre magia e poder no Brasil. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1993.

⁴⁰ Importante festa popular onde se celebrava além do culto a Nossa Senhora Penha outras tradições populares. Até mesmo o samba se divulgou na festa. Cf.: SEVCENKO, Nicolau. Literatura como. Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. P.35.

⁴¹ Idem. P.35

⁴² SEVCENKO, Nicolau. Literatura como. Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. P.33.

⁴³ Idem. P.29.

⁴⁴ Listamos alguns trabalhos relevantes sobre sociedades mutuals. Cf.: JESUS, Ronaldo Pereira de. O povo e a monarquia: a apropriação da imagem do imperador e do regime monárquico entre a gente comum da corte (1870-1889). Tese de doutorado. PPGH-USP, 2001;

VISCARDI, Ribeiro, Cláudia Maria Estratégias populares de sobrevivência: o mutualismo no Rio de Janeiro republicano. Revista Brasileira História, São Paulo, v. 29, nº 58, 2009, pp. 291-315;

KUSHNIR, Beatriz. Baile de máscaras: mulheres judias e prostituição. As polacas e suas associações de ajuda mútua. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

Além destes, merecem destaque dois estudos mais abrangentes sobre o associativismo carioca: BATALHA, Claudio. “Cultura Associativa no Rio de Janeiro da Primeira república”. In: BATALHA, Claudio e outros (Orgs.). Culturas de Classe: identidade e diversidade na formação do operariado. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004 e CONNIFF, Michael. Voluntary associations in Rio, 1870-1945. A new approach to urban social dynamics. Journal of Interamerican Studies and World Affairs, v.17, n.1, 1975.

esses, a produção da historiografia é ainda pouco numerosa, composta por trabalhos mais recentes, dentre os quais se destaca o autor Leonardo Affonso Pereira. Ele vem se dedicando ao estudo de sociedades constituídas por trabalhadores suburbanos para o lazer na cidade do Rio de Janeiro ⁴⁵.

Leonardo Pereira focaliza sua investigação nas sociedades carnavalescas (ranchos e cordões), acompanhando o cotidiano do Grêmio Carnavalesco Flor da União. Uma sociedade recreativa do bairro suburbano de Bangu, mas o autor informa que "entre 1904 e 1920, mais de vinte associações foram formadas no bairro, caracterizando um movimento associativo que tinha no lazer sua principal motivação" ⁴⁶. Em outro artigo o mesmo historiador estuda outras sociedades recreativas cariocas, tanto carnavalescas, quanto clubes dançantes. Um dos aspectos analisados pelo autor é a composição social dos clubes, formados por algumas populações pobres e de trabalhadores. Ele analisa, também, a situação financeira dos clubes que possuíam instalações simplórias, por vezes, precárias e condições financeiras débeis⁴⁷.

As fontes a qual Leonardo se debruçou são: estatutos desses clubes entregues a polícia para aprovação, licenças e alvarás. Eventualmente, ele utiliza obras literárias e jornais (cronistas), para obter uma "visão externa aos bailes" e pede um "olhar crítico" desses documentos de fora dos ciclos internos de frequentadores dos bailes⁴⁸. O autor enfatiza que os bailes poderiam ser espaços de sociabilidade e construção de identidade, laços e solidariedade mutua dos trabalhadores, excedendo apenas o lúdico muitas vezes. Por identidade o autor entende a criação de valores, laços de sociabilidade, visões de mundo, possibilitando criar valores e costumes compartilhados. Em resumo, a tessitura de códigos sociais mutuamente reconhecidos entre os atores históricos envolvidos nesse contexto associativo. Concordamos com Leonardo e nos apropriamos do mesmo conceito. Nesses grupos as normas sociais (morais) deviam ser respeitadas, embora o autor reconheça e relativize esse cumprimento.

⁴⁵ PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. A Flor da União: festa e identidade nos clubes carnavalescos do Rio de Janeiro. Terceira Margem, v. 14, p. 169-179, 2006; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. "E o Rio dançou". Identidades e tensões nos clubes recreativos cariocas (1912-1922). In: CUNHA, Maria Clementina Pereira (org.). Carnavais e outras f(r)estas. Campinas: Editora Unicamp, 2002.

⁴⁶ Dentre os periódicos podemos citar: O Gráfico, O Internacional e O País. Cf.: MENDONÇA, Leandro Clímaco. "Nas margens: experiências de suburbanos com periodismo no Rio de Janeiro, 1330-1920". Dissertação de Mestrado em História, Niterói, Programa de Pós-graduação em História Social, UFF, 2011. P.179.

⁴⁷ PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. "E o Rio dançou". Identidades e tensões nos clubes recreativos cariocas (1912-1922). In: CUNHA, Maria Clementina Pereira (org.). Carnavais e outras f(r)estas. Campinas: Editora Unicamp, 2002.

⁴⁸ Idem.

Em outra contribuição, o autor analisa a partir de um processo judicial (que vai parar no Supremo Tribunal Federal), em que o Club Dançante Familiar Anjos da Meia Noite busca o direito de funcionar legalmente.⁴⁹ Ele aponta importância desse processo, pois rompe com uma historiografia clássica dos anos de 1930, que pensa o povo brasileiro como insolidário⁵⁰. Com a possibilidade de um clube formado por negros pobres lutar pelos direitos, reconhecendo seus associados como cidadãos. No bairro da Saúde, próximo ao porto do Rio de Janeiro, onde esse clube tem sede, o autor também analisa formas de racismo e dificuldades do negro pobre na luta por igualdade no pós-abolição.

No trabalho de Uassyr de Siqueira para o bairro do Bom Retiro na cidade de São Paulo, é constituído um estudo sobre clubes e sociedades compostos por trabalhadores em um bairro industrial. Uassyr também utilizou como fontes a documentação policial, processos criminais e notas dos delegados encontrados no Arquivo do Estado de São Paulo. Assim como, os estatutos das associações encontrados no Primeiro Cartório de Registro de Imóveis da Comarca da Capital, jornais de grande circulação diária, também, livros de memória, com destaque para Jacob Penteadado.⁵¹

Uassyr destaca o prestígio do carnaval para os trabalhadores, e a presença constante de associações carnavalescas populares que desfilavam no bairro do Bom Retiro, como o Grêmio Dramático Luso-Brasileiro. No trabalho o autor aponta, que os ambientes de lazer passam a ser alvo de vigilância e reunião das “classes perigosas” eram tidas como problema pelas autoridades. As sociedades eram mal vistas pela imprensa, pois interferiam no tempo de lazer, que é tirada da família para o jogo, as danças e excesso de álcool⁵².

Outro autor importante é Vitor Manoel da Fonseca, embora trabalhe com múltiplos tipos de associações tais quais: associações mútuas, e nas fraternidades, ordens religiosas, sindicatos, beneficentes e carnavalescas⁵³. O foco principal do estudo é direcionado para o associativismo

⁴⁹PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. Os Anjos da Meia-Noite: trabalhadores, lazer e direitos no Rio de Janeiro da Primeira República. Tempo. Niterói. V. 19. P. 97-116. 2013.

⁵⁰ Para mais detalhes desses pensadores é válida a consulta ao artigo de Bolivar Lamonier. Cf.: LAMOUNIER, Bolivar. “Formação de um Pensamento Político Autoritário na Primeira República”. In: História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III, Volume 2. São Paulo: Difel, 1985, p. 343-374.

⁵¹ SIQUEIRA, Uassyr de. “Entre sindicatos, clubes e botequins: identidades, associações e lazer dos trabalhadores paulistanos (1890-1920)”. Tese do Programa de Pós-graduação em História da UNICAMP. Campinas, 2008.

⁵² Idem.

⁵³ MARQUES DA FONSECA, Vitor Manoel. “No gozo dos direitos civis: associativismo no Rio de Janeiro, 1903-1916”. Rio de Janeiro/Niterói: Arquivo Nacional/Muiraquitã, 2008. P. 110.

como espaço para exercício para cidadania. Ele também discute a legislação que regulava a criação e funcionamento de sociedades no período entre o século XIX e início do século XX, destacando a necessidade, para as associações recreativas, de requerer registro e licença na polícia:

Parte dessas agremiações necessitava de autorização da Secretaria de Polícia (...), para funcionarem, como as de caráter recreativo que podiam ser clubes desportivos, dramáticos ou de dança, além de agremiações carnavalescas que além de precisarem da autorização para realizar festas e ensaios, necessitavam de uma autorização para sair à rua em desfile, o que então era denominada “passeata”.⁵⁴

Vitor Manoel assinala que sociedades carnavalescas populares figuram entre as principais atrações do carnaval carioca desde final do séc. XIX. Muitas dessas associações existiam em vários bairros da cidade, em grande número.⁵⁵

Erika Arantes com uma pesquisa voltada para a região portuária do Rio de Janeiro no contexto do pós-abolição, analisa aspectos do cotidiano (como habitação, lazer e trabalho) de trabalhadores negros. Nessa pesquisa, nos é relevante à análise que a autora faz de algumas sociedades recreativas da região, focalizando sociedades formadas por negros. O trabalho destaca as dificuldades para a aprovação e obtenção de licença da polícia, que as sociedades com membros militantes sindicais tinham. Cruzando dados com outros tipos de fontes, Erika busca entender um panorama da percepção que esses indivíduos construíam sobre si próprios, em oposição, à percepção construída pela polícia⁵⁶.

Outra autora que também discute sobre o associativismo recreativo no distrito federal, com ênfase especial para as sociedades com atividades dramáticas é Luciana Penna. O foco do trabalho da autora é a formação do amador teatro na cidade e suas experiências cotidianas (conflitos e os diversos grupos que se associavam). Ela analisa a possibilidade da agencia feminina em uma sociedade, cujo nome é Grêmio das Amadoras da Flor de São João.⁵⁷ Embora Luciana, não aponte que normalmente a historiografia negligencia, ou mesmo, torne marginal o papel da mulher em direções (tal temática será discutida a frente para o associativismo recreativo de Santa Cruz). A autora também mapeia algumas sociedades dramáticas suburbanas. É relevante pontuar também

⁵⁴ Idem, p. 111.

⁵⁵ Tabelas na última parte da obra. Cf.: MARQUES DA FONSECA, Vitor Manoel. “No gozo dos direitos civis: associativismo no Rio de Janeiro, 1903-1916”. Rio de Janeiro/Niterói: Arquivo Nacional/Muiraquitã, 2008. P. 223.

⁵⁶ ARANTES, Erica Bastos. “O Porto Negro: trabalho, cultura e associativismo dos trabalhadores portuários no Rio de Janeiro na virada do XIX para o XX”. Tese de Doutorado em História, Niterói, Programa de Pós-Graduação em História Social, UFF, 2010.

⁵⁷ Clube fundado por mulheres e para mulheres, o uso do termo feminino “sócias” é presente em todo estatuto. Aparenta ser um clube ou quis representar como um clube de elite. Cf.: DP, caixa IJ6-595. Arquivo Nacional

que ela analisa um grupo que teve problemas com a polícia, que o fechou com a desculpa de esconder jogos proibidos⁵⁸. Para a autora:

A organização dessas sociedades dramáticas nos aponta para um espaço social importantíssimo, que conquistou cada um dos bairros do Rio de Janeiro levando imigrantes, operários, senhoras da “haute gomme” (...) homens, mulheres e crianças a discutir temas diversos e pensar sobre o seu papel, não apenas no palco, mas na própria transformação geográfica, social e política da capital.⁵⁹

Se buscou nesse trabalho desenvolver um estudo de caso, sobre algumas sociedades recreativas de Santa Cruz. Uma questão que orientou a análise, foi tentar compreender a causa ou motivo que levou aparecimento tantas agremiações, no distante subúrbio. Para tal foi preciso adentrar nas relações políticas de coronelismo e mandonismo, na qual estavam inseridos os sujeitos históricos que se associavam. Analisaram-se as disputas políticas entre as oligarquias locais, e como elas se projetavam no cenário político da primeira república. Embora, não se tenha perdido o foco na festa e nas sociedades, foi se além. Se analisou dentro do possível um perfil dos associados de cada agremiação, seus preços, requisitos para acesso, patrocinadores e fonte de renda.

Como fonte se usou: jornais da Biblioteca Nacional do Setor de Periódicos e Hemeroteca Digital, licenças e estatutos do fundo GIFÍ e BOLIER do Arquivo Nacional, estatuto do Núcleo de Pesquisa Histórica de Santa Cruz no Ecomuseu de Santa Cruz.

A escolha do bairro de Santa Cruz, se justifica pela ausência de trabalhos historiográficos abordando esse subúrbio. Aliás, apenas um trabalho historiográfico analisou associativismo recreativo, nos chamados “sertões cariocas”⁶⁰. Trabalho feito por Leonardo Affonso, como antes se mencionou.⁶¹

Em “O SANGUE E A POLÍTICA: ENTRE OLIGARQUIAS E A POLÍCIA”, se discute a disputa entre oligarquias locais através de um processo por homicídios em um pleito eleitoral, o

⁵⁸Trata-se do Club Dramático de São Cristóvão. Possivelmente referiam-se a jogos de azar, em especial, o jogo do bicho. Discutiremos mais a frente à atuação da polícia sobre as sociedades recreativas, os motivos de cerco sobre algumas sociedades e fácil liberação de outras. Cf.: DP, caixa GIFÍ 6C 251. Arquivo Nacional. P.83.

⁵⁹ FRANCA, Lucia Pena. Teatro Amador: a cena carioca muito além dos arrabaldes. Dissertação de Mestrado em História, Programa de Pós-graduação em História da UFF. Niterói, 2011. P.62.

⁶⁰ Termo normalmente usado para os bairros de: Campo Grande, Santa Cruz, Guaratiba, Bangu entre outros daquelas antigas freguesias de Santa Cruz e Campo Grande. A zona rural carioca.

⁶¹Sobre os trabalhadores de Bangu. Cf.: PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. A Flor da União: festa e identidade nos clubes carnavalescos do Rio de Janeiro. Terceira Margem, v. 14, p. 169-179, 2006.

que resultou na morte do fundador da Sociedade Musical Francisco Braga. Essa disputa ocorre entre Honório Pimentel (ligado do Grêmio Musical 24 de Fevereiro) e Otacílio Camará deputado federal republicano (patrocinador da Sociedade Musical Francisco Braga), Camará acusava Honório e seu filho Oscar Pimentel e Tancredo Guerra Pires (filho de Felipe Cardoso Pires, oligarca que foi diretor do matadouro municipal) de terem ordenado que homens armados atacassem o pleito eleitoral. Tanto Camará quanto Honório Pimentel disputavam o cargo Intendente (vereador) Municipal. Ainda neste capítulo, se trata das relações entre polícia e as sociedades recreativas

Em “Capítulo 2 – A região de Santa Cruz e o periodismo local”, se discute o periodismo local em Santa Cruz, representado pelo jornal O Santacruzense, mantido por Honório Pimentel, dirigido por seu filho Oscar Pimentel. Além de divulgar anúncios: da localidade, sobre o associativismo recreativo, principalmente do Grêmio Musical 24 de Fevereiro. O periódico se mostra como uma das principais fontes para o estudo dessa sociedade e também da Sociedade Musical Francisco Braga. Faz campanha para eleição Honório Pimentel, para o cargo de Intendente Municipal. Expõe as relações da família Pimentel com seus potenciais eleitores, critica a prefeitura da época, relata e cobra solução da prefeitura para problemas do bairro. O público do leitor do jornal, é uma classe média de negociantes e funcionários públicos residentes em Santa Cruz.

No segundo item, discute-se o passado colonial da fundação da Fazenda de Santa Cruz pelo jesuítas, a partir expulsão da ordem a fundação da Fazenda Real, a instalação do Matadouro Municipal. As relações das oligarquias com matadouro, principal órgão da prefeitura na zona rural da cidade. Desse órgão se projetam poderosas famílias como: os Cardoso Pires e os Pimentel. Sendo o foco central a dinâmica política econômica do bairro de Santa Cruz.

Em “Capítulo 3 – Associativismo recreativo em Santa Cruz, possibilidades de identidades e redes de sociabilidade.”, analisa-se o associativismo recreativo de Santa Cruz, como espaço importante: de sociabilidade, clientelismo, criação de identidades coletivas, conflitos e barganhas assimétricas.

Analizamos também a importância política de redes de sociabilidades e clientelismo com oligarquias.⁶² Mesmo nas sociedades mais populares⁶³, como as carnavalescas o fomento das oligarquias era importante, afinal nada se move em Santa Cruz sem o consentimento de um oligarca local. Faz-se também estudos de caso de cada sociedade. Reconhecendo as atividades, financiamentos e composição social. Tenta-se também reconhecer trajetórias de alguns membros dos grupos estudados, principalmente de diretores.

Separou-se esse capítulo em três partes: sociedade músicas, sociedades carnavalescas e uma parte dedicada as ligações com a oligarquia local. Essa separação não significa que as sociedades ditas musicais, não tinham atividades no carnaval — exceção seria o Ginásio Musical 24 de Fevereiro —. Apenas buscou se diferenciar as sociedades músicas de outras que tinham como fim o carnaval.

I – O SANGUE E A POLÍTICA: ENTRE OLIGARQUIAS E A POLÍCIA.

1.1 - O sangue e a política

Busca-se tentar entender o processo eleitoral na primeira república, em virtude, de muitos associados de algumas agremiações estudadas serem eleitores, e participarem do processo eleitoral, denotando uma ligação com políticos que tinham grande base eleitoral em Santa Cruz e mantinham uma grande rede de clientela. O processo eleitoral no Brasil Imperial e na Primeira Republica era

⁶²Entendemos o conceito de “rede” como instrumento para apreender as relações no tecido social onde estão inseridos os atores históricos em certo período de tempo. Como esses atores se relacionavam entre si de forma interpessoal com: valores coletivos, afinidades, objetivos associativos, relações de dependência, amizade entre outros valores. Cf.: GINZBURG, Carlo. O nome e o como. In: Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

⁶³ Para Stuart Hall o conceito de “popular” não é o que é feito para o consumo das massas ou mesmo o que o feito pelo "povo", mas o que é está afastado dos meios de poder e cria tensão com a “cultura dominante”. Entendemos que muitas dessas sociedades estudadas são fontes de conflitos com a “cultura dominante” de elites, mesmo um espaço alternativo de busca por lazer, aonde trabalhadores tinham acesso. Cf.: HALL, Stuart. “Notas sobre a desconstrução do popular”; In: SOVIK, Liv (Org.). Da Diáspora. Identidades e Mediações Culturais. Belo Horizonte/Brasília: Editora da UFMG/UNESCO, 2003.

altamente restritivo e excluía uma grande parte da população, a conclusão é consensual em todos os autores analisados. Não pretendemos fazer uma análise profunda de conceitos da historiografia clássica do tema como “coronelismo”⁶⁴ ou “mandonismo”⁶⁵, pois fugiria ao desígnio desse texto. Concorde-se que a relação clientelística (entre “clientes” e “mandões”) protagonizada em Santa Cruz, no período analisado, aproxime-se do conceito clássico de Leal. Outros historiadores como Américo Freire, falam em coronealismo de transição⁶⁶. Em que os coronéis se apoderam de aparelhos do estado e usam em seus interesses particulares a prestação do serviço público, assumindo a feição de intermediadores⁶⁷.

Para Leal o coronelismo seria fruto da decadência do poder dos grandes fazendeiros, que passariam a depender do estado para poderem exercer alguma influência e mando, onde antes tinham grande poder, essa redução do poder dos coronéis se deu durante a primeira república. Um sistema de trocas entre governos e coronéis locais em troca de cargos públicos como: na educação, delegados de polícia, etc. Tendo por contrapartidas por parte dos coronéis os votos a serem dados

⁶⁴ O texto clássico de Vitor Nunes Leal define o conceito de coronelismo como um fenômeno sistêmico, historicamente datado. Segundo o autor “o que procurei examinar foi, sobretudo o sistema. O coronel entrou na análise por ser parte do sistema, mas o que mais me preocupava era o sistema, a estrutura e a maneira pelas quais as relações de poder se desenvolviam na Primeira República, a partir do município.” Cf.: LEAL, Victor Nunes. “O Coronelismo e o Coronelismo de Cada Um”. Dados, vol. 23, nº 1, pp. 11-14.

⁶⁵ O conceito sociológico de mandonismo aplicado normalmente para sociedades de colonização hispânica. Para o autor “Este talvez seja o conceito que mais se aproxime do de caciquismo na literatura hispano-americana. Refere-se à existência local de estruturas oligárquicas e personalizadas de poder. O mandão, o potentado, o chefe, ou mesmo o coronel como indivíduo, é aquele que, em função do controle de algum recurso estratégico, em geral a posse da terra, exerce sobre a população um domínio pessoal e arbitrário que a impede de ter livre acesso ao mercado e à sociedade política. O mandonismo não é um sistema, é uma característica da política tradicional. Existe desde o início da colonização e sobrevive ainda hoje em regiões isoladas. A tendência é que desapareça completamente à medida que os direitos civis e políticos alcancem todos os cidadãos. A história do mandonismo confunde-se com a história da formação da cidadania.” Cf.: CARVALHO, José Murilo de. “Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual”. P. 130-155. In: CARVALHO, José Murilo de. Pontos e Bordados: Escritos de História e Política. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

⁶⁶ O conceito é basicamente intermediação serviços públicos os coronéis, assumindo assim uma privatização do público, favorecendo os clientes e os interesses privados dos coronéis. Segundo Fernando Farelo “ao lado dos patronos tradicionais, cuja sobrevivência amor que passa pela sua conversão o papel de intermediário centro e periferia, surgem novos mediador especializados (notários, médicos e professores...) o vínculo de patrocinado vai ser mais estável e programático (e, menos intenso) do no passado, embora nele se conservem a personalização e algum conteúdo moral.” Cf.: LOPES, Fernando Farelo. Poder Político e caciquismo na Primeira República Portuguesa. Lisboa: Editorial Estampa, 1993. P. 74-75. apud FREIRE, Américo Oscar Guichard. “Uma capital para a República: poder federal e forças políticas locais no Rio de Janeiro na virada para o século XX”. Rio de Janeiro: Revan, 2015. P.250.

⁶⁷ FREIRE, Américo Oscar Guichard. “Uma capital para a República: poder federal e forças políticas locais no Rio de Janeiro na virada para o século XX”. Rio de Janeiro: Revan, 2015. P.250.

aos candidatos do governo⁶⁸. José Murilo de Carvalho resume o coronelismo na leitura feita por Leal, assim:

O coronel hipoteca seu apoio ao governo, sobretudo na forma de votos. Para cima, os governadores dão seu apoio ao presidente da República em troca do reconhecimento deste de seu domínio no estado. O coronelismo é fase de processo mais longo de relacionamento entre os fazendeiros e o governo. O coronelismo não existiu antes dessa fase e não existe depois dela. Ele morreu simbolicamente quando se deu a prisão dos grandes coronéis baianos, em 1930. Foi definitivamente enterrado em 1937, em seguida à implantação do Estado Novo e à derrubada de Flores da Cunha, o último dos grandes caudilhos gaúchos⁶⁹.

Para José Murilo de Carvalho o voto no Brasil foi excludente na maior parte da Primeira República, característica que se mantém até a revolução de 1930⁷⁰. Exceção foi o período antes da Lei Saraiva — até 1881, ou seja, nos 58 anos de existência do Império do Brasil— durante boa parte do Império o voto não foi tão excludente e “para os padrões da época, a legislação brasileira era muito liberal”⁷¹, impondo uma restrição de renda de 100\$mil-réis⁷². O autor analisa que houve uma grande redução no número de eleitores a partir de 1882 com a Lei Saraiva que restringia o voto de analfabetos — todos os homens maiores de 25 anos ou 21 sendo chefes de família, — além de não viabilizar o voto feminino — na maioria dos países o voto da mulher também era restrito, não era apenas exclusividade do Brasil —. Ainda impondo um limite de renda anual mínimo no valor de 200\$mil-reis, que para o autor citado esse limite não era inatraponível para uma parte grande da população⁷³. No período prévio a Lei Saraiva havia uma diversidade imensa de eleitores de todas as classes — inclusive libertos—, segundo autor:

Dados de um município do interior da província de Minas Gerais, de 1876, mostram que os proprietários rurais representavam apenas 24% dos votantes. O restante era composto de trabalhadores rurais, artesãos, empregados públicos e alguns poucos profissionais liberais. As exigências de renda na Inglaterra, na época, eram muito mais altas, mesmo depois da reforma de 1832. A lei brasileira permitia ainda que os analfabetos votassem⁷⁴.

⁶⁸Fica clara a atuação do triângulo, como falaremos a frente. Cf.: CARVALHO, José Murilo de. “Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual”. P. 130-155. In: CARVALHO, José Murilo de. Pontos e Bordados: Escritos de História e Política. Belo Horizonte: UFMG, 1998. P.131.

⁶⁹Idem. P.132.

⁷⁰ Quando finalmente o voto feminino foi liberado no Brasil. Cf.: CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. P.64.

⁷¹Idem. P.47.

⁷² Valor que muitos poderiam alcançar de renda anual. Cf.: Idem. P.46.

⁷³ O salário mais baixo de um funcionário público era de 600\$mil-reis, conclui-se que boa parte da população poderia alcançar o valor de 200\$mil-reis. Cf.: CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. P.45.

⁷⁴ Idem. P.26.

As fraudes eram constantes⁷⁵, personagens como “fósforos” assumiam a identidade de alguém falecido e/ou impossibilitado de votar, eram recorrentes nas eleições. Alguns chegavam a trocar de freguesia para votar várias vezes, se passando por diversas pessoas. Os cabos eleitorais arregimentavam eleitores para votar em certo candidato que era protegido ou vinculado a algum mandão local. Também a clássica troca de votos por favores pessoais. Além dos problemas já relatados, eram comuns outros tipos de fraude nos resultados, os chamados “bicos de pena” na qual os mesários nomeados assinavam o nome dos ausentes e contabilizavam os votos na contagem total⁷⁶.

A escravidão para o autor foi empecilho na formação da cidadania e impedimento de grande parte da população de votar. No pós-abolição, com o advento da constituição republicana o quadro também não melhorou, visto que grande parte da população negra era iletrada, conseqüentemente excluída da cidadania. Outra barreira, também herdada do passado colonial foi à falta de experiência com o voto como direito de cidadania, à estrutura fundiária do latifúndio perpetuou as hierarquias de poder existente então no país⁷⁷. Ainda seria atual para nossa agenda, segundo o autor a “desprivatização do poder do público”, ou seja, para o autor o interesse público muitas vezes seria apropriado e usado para fins privados⁷⁸.

Quanto à falta de experiência no manejo eleitoral refutam-se os argumentos da ignorância política do povo — incapaz de decidir, o autor reconhece que o povo fez o possível para manobrar dentro de suas possibilidades —. Excluído muitas vezes dos processos políticos decisórios, pouca questão se fez de inclui-lo no processo eleitoral (foi até a exclusão como vimos). O protagonismo do povo é assumido com revoltas locais, normalmente como insatisfações a medidas que afetam o

⁷⁵ Santa Cruz não escapava das fraudes eleitorais, os mandões locais abusavam delas para favorecer seus candidatos apoiados, são alguns casos citados por Américo Freire. Cf.: FREIRE, Américo Oscar Guichard. “Uma capital para a República: poder federal e forças políticas locais no Rio de Janeiro na virada para o século XX”. Rio de Janeiro: Revan, 2015. P.251.

⁷⁶ CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. P.46.

⁷⁷ CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. P.46.

⁷⁸ Idem. P.47.

cotidiano⁷⁹. Tal como foi a Revolta do Vintém⁸⁰ — citamos por ser um caso local da realidade estudada —, entre outros como a Revolta de Canudos⁸¹.

A avaliação do povo como incapaz de discernimento político, como apático, incompetente, corrompível, enganável, que vimos nos debates sobre a eleição direta, revela visão míope, má-fé, ou incapacidade de percepção. É evidente que não se podia esperar da população acostumar-se da noite para o dia ao uso dos mecanismos formais de participação exigidos pela parafernália dos sistemas de representação. Mesmo assim, vimos que o eleitor do Império e da Primeira República, dentro de suas limitações, agia com racionalidade e que não havia entre os líderes políticos maior preocupação do que a dele com a lisura dos processos eleitorais⁸².

Ganhar uma eleição significaria a perpetuação do grupo mandante no poder, ou seja, a dominação da política local⁸³. Perder a eleição poderia levar a diminuição da influência do mandão — ou mandões —, além da perda de cargos públicos como “como os de delegados de polícia, de juiz municipal, de coletor de rendas, de postos na Guarda Nacional. Tratava, então, de mobilizar o maior número possível de dependentes para vencer as eleições.”⁸⁴.

As eleições poderiam ser violentas, como observamos no desenrolo do assassinato de mesários e eleitores na eleição para intendente municipal (vereador) em 1909, com a invasão de homens armados durante o pleito eleitoral. Os tiros atingem muitas pessoas presentes no local, matando alguns votantes, entre eles o fundador da Sociedade Musical Francisco Braga — mais a frente discutir-se-á mais sobre essa sociedade — Ernesto Pinho⁸⁵. Outra vítima que também faleceu foi Cesar dos Santos Pimentel⁸⁶, sobrinho de um político local de Santa Cruz, o mandão local

⁷⁹ Idem. P.47.

⁸⁰ Para aprofundamento consultar-se-á o artigo de Sandra Graham, e o mais recente de Ronaldo Pereira de Jesus. Ronaldo de Jesus estuda os conflitos ocorridos pela inserção do conflito em uma lógica urbana, a partir do conceito de economia moral de E.P. Thompson. Cf.; GRAHAM, Sandra. O Motim do Vintém e a cultura política do Rio de Janeiro (1880). Revista Brasileira de História. Vol. 10. N. 20. Mar.91/ago.91. e JESUS, Ronaldo Pereira de. A revolta do Vintém e a crise da monarquia. In Revista História Social. N. 12. 2006.

⁸¹ Para aprofundamento consultar-se-á o livro de Marco Antônio Villa. Cf.: ANTONIO VILLA. Marco. Canudos, o povo da terra. São Paulo. Ática. 1995.

⁸² CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. P.68.

⁸³ Idem. P.69.

⁸⁴ Idem. P.29.

⁸⁵ Funcionário público, terceiro escriturário das obras do porto. Ele faleceu aos 34 anos. Nos mostra o perfil dos membros da Sociedade Musical Francisco Braga. Cf.: O País, 1/11/1909.

⁸⁶ A ligação entre Cesar e Camará fica evidente quando Camará pretende ajudar a viúva de Cesar a adquirir uma residência. Cf.: O Século, 2/11/1909.

Honório dos Santos Pimentel, embora seu rival, pois apoiava Otacílio Camará que concorria com Pimentel⁸⁷.

Essa é uma disputa entre potentados políticos locais de Santa Cruz, uma disputa entre mandões: Otacílio Camará (apoiado por Júlio Cesário de Melo), e Honório Pimentel (apoiado pela família Cardoso Pires, Tancredo Guerra Pires também foi réu no processo)⁸⁸, ambos disputavam o cargo para o conselho municipal. Essas facções se acusavam mutuamente pelo mando do assassinato⁸⁹, Camará acusava Pimentel de ter mandado assassinar o sobrinho⁹⁰, Pimentel tentava se defender⁹¹.

Temos no cerne da disputa a troca de acusações na gestão do matadouro municipal de Pimentel. Mais à frente discutiremos sobre o matadouro e a atuação das oligarquias locais nele. Segundo o historiador Américo Freire as relações de clientelagem no Matadouro Municipal vem de longa data, o autor aponta que o órgão era principal instituição dessa esfera de poder na zona oeste rural da capital federal⁹². Essas relações de clientelagem são possíveis graças a troca de favores na esfera municipal. Num trecho advogado de Honório Pimentel (Milcíades Mário de Sá Freire) chega a dizer “depoimento do Doutor Cesário de Melo, inimigo dos acusados contra quem o Coronel Honório Pimentel foi forçado assim insurgir, quando denunciava da Tribuna do Conselho Municipal, o que ocorreria durante administração do matadouro de Santa Cruz”⁹³.

⁸⁷ Honório disputava essa eleição para o conselho municipal, ele foi eleito, conseguindo o cargo. Honório com seu filho Oscar fundou um jornal na época, cujo nome é O Santacruzense. Esse jornal frequentemente cobria os eventos das sociedades: Ginásio Musical 24 de Fevereiro e Sociedade Musical Francisco Braga. Levando-nos a crer em uma forte suspeita de ligação entre Honório com a primeira. Inclusive o jornal saúda Ernesto Pinho em uma de suas reportagens. Mais à frente o tema será discutido. A ligação entre jornal e à família Pimentel, é tão explícita que o jornal chega a dar destaque ao aniversário da filha, e da esposa de Honório Pimentel. Além de exaltar as benfeitorias do político, demonstrando o objetivo eleitoral do jornal. Cf.: O Santacruzense, 11 de outubro de 1908. O Santacruzense, 18 de outubro de 1908.

⁸⁸ Camará chega a atribuir o assassinato a Pimentel. Cf.: O Século, 2/11/1909.

⁸⁹ O País, 1/11/1909.

⁹⁰ Um detalhe importante desse julgamento chamar atenção pelo fato de Otacílio Camará colaborar com a acusação. Cf.: O século, 16 de outubro de 1912.

⁹¹ O País, 1/11/1909.

⁹² FREIRE, Américo Oscar Guichard. “Uma capital para a República: poder federal e forças políticas locais no Rio de Janeiro na virada para o século XX”. Rio de Janeiro: Revan, 2015.

⁹³ UERJ (Brasil). Coleção Núcleo NDBL. COD uerj.131850. Cf.: Pires e Albuquerque. “Os crimes de Santa Cruz : defesa dos denunciados Coronel Honório dos Santos Pimentel, Tancredo Guerra Pires, Oscar dos Santos Pimentel pelo advogado Milcíades Mario de Sá Freire/ Exmo. Sr. Dr. Pires e Albuquerque.”. Rio de Janeiro: Tip. do Jornal do Comércio, 1910.

Honório Pimentel e Tancredo Guerra chegaram a ser preso preventivamente⁹⁴, embora depois fossem libertados. O caso foi a julgamento em outubro de 1912⁹⁵. Esse caso demonstra uma disputa de mandões locais para manter alguns seu poder e status, alguns membros das sociedades analisadas estavam envoltos nesse universo. Algumas delas recebiam patrocínio de Camará, não é de admirar que alguns associados talvez fossem clientes do político. A ligação entre a Sociedade Musical Francisco Braga e Otacílio Camará fica mais evidente quando o presidente Frederico Leal — foi também presidente do Congresso dos Furrecas — vai numa manifestação de apoio a Camará⁹⁶. Já o Ginásio Musical 24 de Fevereiro foi fundado por Felipe Cardoso Pires (faleceu em 1898), tio de Tancredo Guerra Pires era associado, como veremos a frente.

A nomeação de Tancredo Guerra para mesa eleitoral, sendo ele um aliado de Pimentel, leva a crer na possibilidade de que essas mesas eleitorais de Santa Cruz eram nomeadas por clientelagem e apadrinhamento. Ao lado de Tancredo Guerra estava Manoel Acelyno — membro do G.M. 24 de fevereiro, assim como Tancredo Guerra. —, discute-se a frente quem era Manoel Acelyno⁹⁷. Tancredo Guerra era filho de Cândido Basílio Cardoso Pires, um forte indício é um pedido de aforamento reivindicado por Tancredo de uma terra que pertencia a Cândido⁹⁸. Demonstra uma proximidade entre a família Pimentel e a família Cardoso Pires.

O advogado de Pimentel também era um político influente, o que reforça a aliança entre Pimentel e os Cardoso Pires. Segundo a historiadora Surama Pinto, Milcíades Mário de Sá Freire era sobrinho de Felipe Cardoso Pires. A altura do julgamento em 1912, ele era senador da república. Nos governos Rodrigues Alves e Campos Sales, os políticos Augusto Vasconcelos e Milcíades Mário de Sá Freire, promoveram uma articulação política para aglutinação do Partido Republicano do Distrito Federal de Barata Ribeiro. Milcíades também não conseguiu evitar o esfacelamento do partido no ano de 1916. Para a autora “longe de ser um agitador, Sá Freire era

⁹⁴ O País, 9/12/1909.

⁹⁵ Revista Careta, 19 de outubro de 1912.

⁹⁶ A Imprensa, 6/09/1909.

⁹⁷ A notícia, 29 de janeiro de 1909.

⁹⁸ Tancredo Guerra era filho de Cândido Basílio Cardoso Pires e Dona Amélia Guerra Pires. Cf.: MOREIRA, Gustavo Alves Cardoso. Uma família no Império do Brasil: os Cardoso de Itaguai (um estudo sobre a economia e poder). Dissertação de Mestrado em História, Programa de Pós-graduação em História. UFF. Niterói, 2005.

essencialmente um negociador. (...) ainda assim era um profissional da política da Capital Federal.

» 99

Milcíades, assim como seu tio, era membro de um grupo de poderosos políticos locais das zonas rurais. De nome “o triângulo” que foi atribuído pela imprensa grupo constituído de mandões locais, inicialmente por Felipe Cardoso Pires, Augusto de Vasconcelos e Raul Barroso, o grupo dominava certas freguesias rurais da cidade: Santa Cruz, Campo Grande e Guaratiba. A atuação do grupo se deu inicialmente assegurando uma grande quantidade de votos para os candidatos apoiados pelo trio¹⁰⁰. Embora, menos de 10% do eleitorado carioca se comparecesse nas eleições¹⁰¹, em Santa Cruz chegou-se a ter 50% de presença de eleitores¹⁰². Nas três regiões, o grupo conseguiu grandes votações através de falsificação, mesmo essas freguesias tendo número baixo de eleitores, obtendo considerado o peso eleitoral segundo Américo Freire¹⁰³. Alguns exemplos discutidos por Freire mostram algumas falsificações em Santa Cruz, em 1895 o candidato apoiado pelo grupo Lopes Trovão, obteve 327 dos 329 votos totais¹⁰⁴. Outro caso, foi Delfino obtendo 360 votos, contra 9 para Raul Pestana¹⁰⁵.

Após a morte de Felipe Cardoso em 1896, seu sobrinho Milcíades substituiu o tio. A força do triângulo só se fez aumentar, eles deixaram de atuar de forma minoritária, passando a buscar posições mais altas na República, especialmente a partir de 1904, com o fim dos radicalismos. Reconhece-se aqui, que nem sempre o grupo foi unido por uma agenda comum, como na discordância entre Augusto Vasconcelos e Raul Barroso no pleito de 1899¹⁰⁶. Augusto Vasconcelos

⁹⁹PINTO, Surama Conde Sá. Só para iniciados ... o jogo político na antiga capital federal. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011.

¹⁰⁰ FREIRE, Américo Oscar Guichard. “Uma capital para a República: poder federal e forças políticas locais no Rio de Janeiro na virada para o século XX”. Rio de Janeiro: Revan, 2015. P.145.

¹⁰¹ Idem. P.146.

¹⁰² Idem. P.147.

¹⁰³ Idem. P.147.

¹⁰⁴ Cidade do Rio, 21 do 7 de 1895.

¹⁰⁵ Jornal do Comércio, 14 de Maio de 1896

¹⁰⁶ FREIRE, Américo Oscar Guichard. “Uma capital para a República: poder federal e forças políticas locais no Rio de Janeiro na virada para o século XX”. Rio de Janeiro: Revan, 2015. P.145.

chegou ao Senado na legislatura 1906-1915¹⁰⁷. Segundo Freire o grupo fez papel de braço do estado nas zonas rurais cariocas¹⁰⁸.

“Não só exerciam o papel de chefes políticos tradicionais em suas relações pessoais com seus clientes, como também, possivelmente tinham forte influência na intermediação entre os serviços públicos e à população.”¹⁰⁹

Quando analisamos as testemunhas de defesa de Honório Pimentel vemos pessoas como Cândido Basílio Cardoso Pires, segundo documento diretor do matadouro em 1909¹¹⁰. Sabemos que a família Cardoso Pires era tradicional e poderosa, envolvida na administração desde de o tempo da Fazenda Imperial de Santa Cruz, se projetaram e aumentaram suas influências com a instalação do matadouro municipal¹¹¹. A família Cardoso estabeleceu inicialmente em Itaguaí, o imigrante português Francisco José Cardoso chegou ao Brasil por volta de 1830. Ele ascendeu socialmente principalmente pela atividade de negociante, adquiriu terras de Itaguaí. Trabalhou no transporte de café e outros gêneros. Foi contratado pelo governo provincial para construir um canal no Rio Itaguaí, para qual conquistou o direito explorar o monopólio do transporte de café. Ganhou títulos concedidos pelo estado, como de comendador e Imperial Ordem de Cristo. Eleito deputado provincial em 1842 pelo partido conservador, cargo onde permaneceu 32 anos sendo reeleito seguidamente. Pertenceu a Guarda Nacional, com nomeação em 1852. Através de relações privilegiadas com poderosos José Francisco conseguiu cargos e benesses do estado imperial¹¹². Sua descendência também manteve as relações com o poder, como vemos com Felipe e Cândido.

¹⁰⁷Para maiores informações sobre Augusto Vasconcelos. Cf.: Dicionário de verbetes da Primeira República. Rio de Janeiro: FGV, 2009. P. 5. Disponível em: < <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/VASCONCELOS,%20Augusto%20de.pdf>>. Acesso em 22 de junho de 2015.

¹⁰⁸ FREIRE, Américo Oscar Guichard. “Uma capital para a República: poder federal e forças políticas locais no Rio de Janeiro na virada para o século XX”. Rio de Janeiro: Revan, 2015. P.145.

¹⁰⁹ Idem. P149.

¹¹⁰ UERJ (Brasil). Coleção Núcleo NDBL. COD uerj.131850. Cf.: Pires e Albuquerque. “Os crimes de Santa Cruz: defesa dos denunciados Coronel Honório dos Santos Pimentel, Tancredo Guerra Pires, Oscar dos Santos Pimentel pelo advogado Milcíades Mário de Sá Freire / Exmo. Sr. Dr. Pires e Albuquerque.”. Rio de Janeiro: Tip. do Jornal do Comércio, 1910. P.30.

¹¹¹ PEDROZA, Manoela da Silva; TAVARES, Juliana Cavalcanti. As querelas entre marchantes e políticos em torno da carne verde (Matadouro Público de Santa Cruz, 1872-1889). In: ENGEMANN, Carlos.; AMANTINO, Márcia. (Org.). “Santa Cruz: de legado dos jesuítas à pérola da coroa”. Rio de Janeiro: Editora d UERJ, 2013: 315-349.

¹¹² MOREIRA, Gustavo Alves Cardoso. Uma família no Império do Brasil: os Cardoso de Itaguaí (um estudo sobre a economia e poder). Dissertação de Mestrado em História, Programa de Pós-graduação em História. UFF. Niterói, 2005.

Felipe Cardoso Pires¹¹³ foi responsável pela rápida ascensão dos irmãos Pimentel no quadro de funcionários da repartição municipal. Honório Pimentel começou no matadouro trabalhando como estileteiro. Ele chegou a apadrinhar a filha de Felipe Cardoso¹¹⁴.

A cumplicidade de Pimentel e Felipe Cardoso Pires, era de tal ordem, que homenagearam Felipe numa primeira página, numa edição de *O Santacruzense*¹¹⁵. Segundo o *Dicionário de Política da Primeira República*, Felipe Cardoso exerceu vários cargos legislativos:

Lutou na Guerra do Paraguai (1864-1870) e formou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro na década de 1870. Foi eleito pela primeira vez para o Conselho Municipal do Rio de Janeiro para a legislatura de 1892 a 1895. Assumiu novamente uma cadeira no Conselho Municipal em 1928 e exerceu o mandato até 1930. Em 1897 elegeu-se deputado pelo Distrito Federal. Não concluiu o mandato, pois faleceu em 1898.¹¹⁶

Além das escaramuças entre Camará e Pimentel, troca de acusações mútuas, Pimentel atribuiu os assassinatos a Domingos Espírito Santo. Domingos era pedreiro, de cor negra e tinha sido recentemente liberado por um habeas corpus emitido em juízo. Pimentel acusa Camará de ter mandado Domingos disparar os tiros contra ele e os outros¹¹⁷. O advogado de Pimentel acusa Camará de recrutar o capanga Domingos Espírito Santo, segundo o advogado Domingos era fiscal, Domingos ser acabado de ser solto da cadeia. Depoimento de defesa fica evidente rivalidade entre membros do partido democrata (Otacílio Camará e Cesário de Melo) os membros da família Santos Pimentel¹¹⁸. O presidente da seção era Tancredo Guerra Pires, militar e aliado de Pimentel¹¹⁹. Tancredo ocupou o cargo de Secretário na intendência municipal durante muitos anos, ao lado do

¹¹³ Idem.

¹¹⁴ Não é mera coincidência que a Rua Doutor Felipe Cardoso, sede da Sociedade Musical Francisco Braga, seja nomeada em homenagem a esse indivíduo.

¹¹⁵ *O Santacruzense*, 20/07/1909.

¹¹⁶ *Dicionário de verbetes da Primeira República*. Rio de Janeiro: FGV, 2009. P. 5. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PIRES,%20Felipe%20Bas%20ADlio%20Cardoso.pdf>>. Acesso em 22 de junho de 2015.

¹¹⁷ *O comércio de São Paulo* (São Paulo), 2 de novembro de 1909.

¹¹⁸ UERJ (Brasil). Coleção Núcleo NDBL. COD uerj.131850. Cf.: Pires e Albuquerque. “Os crimes de Santa Cruz: defesa dos denunciados Coronel Honório dos Santos Pimentel, Tancredo Guerra Pires, Oscar dos Santos Pimentel pelo advogado Milciades Mario de Sá Freire/ Exmo. Sr. Dr. Pires e Albuquerque.”. Rio de Janeiro: Tip. do Jornal do Comércio, 1910.

¹¹⁹ *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*. 1922, p.150.

filho de Honório Pimentel, Oscar Pimentel¹²⁰. Os réus foram absolvidos dos assassinatos ocorridos no pleito eleitoral.

1.2 - A polícia e as sociedades recreativas

A importância de se discutir a relação da polícia com o associativismo recreativo é essencial, pois era ela o órgão do estado que regulava as atividades das agremiações. Na primeira década do século XX, os ambientes de diversão populares, que já eram mal vistos pelas autoridades policiais, passam a ser objeto de um controle ainda maior, por serem entendidos como desviantes da ética do trabalho¹²¹. Assim, também foram alvos de vigilância constante, pois eram espaços que reuniam as “classes perigosas”¹²². Muitas sociedades recreativas eram ambientes carregados de álcool, diversões até altas horas e outras atividades consideradas desviantes.

Sendo obrigação à submissão dos estatutos para aprovação pela secretaria de polícia. Toda sociedade tinha que anualmente renovar sua licença de funcionamento com a secretaria de polícia, quando fundada deveria obrigatoriamente submeter seu estatuto com as atividades que faria e objetivo de fundação. A preocupação recorrente nos estatutos com a boa moral e a idoneidade dos candidatos a sócios decorre também da vigilância exercida pela polícia, além da tentativa de manter a ordem interna. Pela preocupação com uma imagem externa positiva da sociedade perante o público.

A maioria das sociedades explicitassem em seus estatutos, que a forma de ingresso é feita por convite¹²³. O desejo de expansão do número de sócios também era tido por boa parte das

¹²⁰ Idem.

¹²¹ Sidney Chalhoub exemplifica o que certos membros da elite pensavam como “ética do trabalho”, na análise dos discursos de alguns deputados o autor nos fala: “para os nobres deputados, a principal virtude do bom cidadão é o gosto pelo trabalho (...), finalmente, como indivíduo não consegue acumular, que vive na pobreza, torna-se suspeito de não ser bom trabalhador. Finalmente, o maior vício do ser humano é o não trabalho.”. Esse pensamento era também apropriado por parte da elite e também pela polícia. Cf.: CHALHOUB, Sidney. “Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial.” São Paulo: Companhia das Letras, 1996. P. 21.

¹²² Esse conceito de “classes perigosas” é inspirado pela criminalística francesa do final do século XIX, que para Sidney Chalhoub são ideias incoerentes, sem análise baseadas de dados empíricos. Grosso modo, pensava-se que todo pobre tinha uma inclinação para o crime, na apropriação brasileira feita por alguns deputados, o negro teria tal tendência criminosa. Segundo o autor essa ideologia inspirou a maior parte das polícias do país. Cf.: Idem. P. 21.

¹²³ Elas possivelmente usavam do artifício do convite, não só para escapar da recusa de licença para funcionar, mas também para afastarem indesejados.

sociedades, poucas não o tinham. Porque quanto mais se expandiam as sociedades: mais prestígios adquiriam, mais dinheiro arrecadavam e mais atividades faziam.

O Clube Dos Pepinos, localizado Engenho de Dentro, solicitou permissão para secretaria de polícia para desfilar no carnaval, fez uma lista bastante extensa de seu cortejo. Tendo nos carros alegóricos, "membros e selecionados" fantasiados com suas famílias. A ênfase de mostrar a boa conduta dos membros não é sem motivo, tem como fundamento na verdade facilitar a aprovação do pedido feito à polícia¹²⁴.

Alguns clubes inclusive reforçam em seus estatutos explicitamente que a polícia teria acesso a sua sede, como é o caso do Clube Perfeita União de Brás de Pina, fundado em 1916. Na tentativa de aumentar a chance de aprovação da sociedade pela autoridade policial. O estatuto do clube diz: “funcionará com as cláusulas de não havia jogos proibidos por lei, não fazer uso de armas dará franco acesso às autoridades policiais”¹²⁵.

Até mesmo em casos de mudanças de endereço da sede, uma sociedade deveria apresentar licença à polícia. Vemos claramente um exemplo desse procedimento na Sociedade Dançante Familiar “Madureira Club”. Após fechamento por algum tempo, alguns antigos membros pediram para o clube funcionar na Rua Luís de Camões, n 39. Fato teria ocorrido por mudança de alguns membros (que eram comerciantes com negócios no centro da capital) ou brigas internas no antigo clube desativado pela polícia, tanto que na carta enviado é citada “por devido juízo”. O motivo real, provavelmente, nunca se saberá, mas temos as suspeições possíveis ao historiador¹²⁶.

O Clube Carnavalesco Flor da União de Bangu, pediu licença para desfilar no carnaval de 1906. O delegado de polícia aceitou pedido de licença, ressaltou que a composição social desse clube é formada de sócios operários e "ordeiros e trabalhadores".¹²⁷ A polícia dificultava a renovação ou aprovação de licenças de funcionamento, para sociedades com membros ligados a sindicatos¹²⁸, lugares com excessivo consumo de bebidas alcoólicas e pessoas “desordeiras”, foram vistos com péssimo olhar pela polícia com a ideologia "classes perigosas" — que já trabalham —. O caso do C. C. Flor da União ilustra o trabalhador pacífico e ordeiro, na qual a polícia aprovava

¹²⁴ DP, GIF1 6C171. AN

¹²⁵ DP, GIF1 6C367. AN.

¹²⁶ Carta. JS, IJ648. AN

¹²⁷ DP, GIF1 6C170. AN

¹²⁸ ARANTES, Erica Bastos. “O Porto Negro: trabalho, cultura e associativismo dos trabalhadores portuários no Rio de Janeiro na virada do XIX para o XX”. Tese de Doutorado em História, Niterói, Programa de Pós-Graduação em História Social, UFF, 2010. P.165.

a licença, em oposição ao trabalhador militante, que incomodava autoridade policial. Temos assim, dois perfis de trabalhadores. O ideal para polícia, o trabalhador morigerado e não militante.

O Clube Haddock Lobo, com sede no Engenho Velho, fundado 1916 em, propõe que seus novos sócios sejam convidados por outros sócios quites, tendo que aguardar um parecer de uma sindicância, que investigaria a pessoa, dando o parecer em oito dias. Nada incomum! Porém, chama atenção, que no caso de expulsão “de outra sociedade congênera”¹²⁹, o pretendente a sócio poderá ter sua entrada recusada. Isso ressalta a tentativa do clube de manter a ordem interna e evitar a ação da polícia.

A coluna “A Polícia e nas ruas”, na reportagem “Suplente Maxixeiro” de O Correio Da Manhã, descreve um policial que foi a que um baile de maxixe na freguesia do Espírito Santo. Essa reportagem exemplifica a postura de parte da imprensa e sociedade, perante o associativismo recreativo das classes populares no Rio de Janeiro. Assim, entendendo-se que a autoridade nunca poderia se misturar com os maus exemplos, no caso seriam os frequentadores destas sociedades recreativas populares. Erika Arantes cogita possibilidade de muitos policiais frequentarem essas sociedades, visto que muitos deles eram pobres e poderiam estar no mesmo meio social que os sócios¹³⁰.

Há dias realizou-se um baile numa sociedade existente na rua Espírito Santo, onde a polícia já tem penetrado por várias vezes para apaziguar conflitos que sempre ali se dão. A essa festa presidiu como autoridade policial um tal suplente Mattos, indivíduo já célebre por suas façanhas. Mattos, esquecendo-se, talvez, da compostura que devia conservar, não resistiu às tentações de um ‘choroso maxixe’ e a ele se entregou de corpo e alma, num delírio infernal. Rodeado por mulheres, foi praticando ele cenas que muito depõem contra a autoridade incumbida de manter a ordem, tornando-se assim o primeiro a dar o mau exemplo. Que magnífico mantedor da ordem!¹³¹

Ao sinal de denúncias a autoridade policial poderia agir, como vemos no caso de João da Travessa reportado no jornal Universo, não sendo incomuns as denúncias como instrumento de intrigas para prejudicar inimigos.

João da Travessa residente na localidade da Travessa Paraná n. 20, em Piedade. Por vingança de um amor não correspondido, pela irmã de um associado do “Clube Carnavalesco

¹²⁹ Estatutos da sociedade. DP, GIF 6C367. AN.

¹³⁰ ARANTES, Erica Bastos. “O Porto Negro: trabalho, cultura e associativismo dos trabalhadores portuários no Rio de Janeiro na virada do XIX para o XX”. Tese de Doutorado em História, Niterói, Programa de Pós-Graduação em História Social, UFF, 2010. P.178.

¹³¹ Correio da Manhã, 20/03/1904.

Heróis da Piedade”, fez uma falsa denúncia, de que teria sido agredido por membros do clube, ocasionando assim seu fechamento pela polícia¹³². Não há como saber se João teria pertencido ao clube ou não, porém podemos conjecturar a proximidade ou frequência possível. Possibilitada pela forma como o falso denunciante se vingava da paixão não correspondida. Além, do fato de comprovação do uso de denúncias à polícia para prejudicar inimigos.

O Jornal Suburbano de Madureira, em uma de suas colunas reclama da falta de moralidade de algumas sociedades no subúrbio. Os trechos a seguir aludem de alguma forma a questão da “imoralidade” e mostram que não era só mero pretexto para escapar da censura policial. Esse tipo de acontecimento também poderia difamar as sociedades suburbanas perante seus críticos, facilitando argumentos contrários à existência delas.

Para o autor da coluna, o escrutínio dos sócios seria a melhor solução, pois assim não misturariam indivíduos “com más intenções” que contratam prostitutas para os eventos nessas sociedades onde as “senhoras e moças ingênuas” frequentavam. Assim, dando a ideia que realizavam orgias em algumas sociedades. O autor critica também certas sociedades que priorizarem a escolha de novos membros por possibilidades de pagarem mensalidades mais altas e não por sua índole moral, que na visão do colunista seria péssimo. Entendemos que essa escolha pode ter sido feita em virtude de muitas sociedades apresentarem dificuldades financeiras¹³³.

Infelizmente esses salões onde frequentam senhoras virtuosas e moças ingênuas, também frequentam mulheres cujo viver inibe de penetrar onde o ambiente que se respira é só virtude, é só pureza. Ultimamente está acontecendo de algumas sociedades suburbanas isso nas sociedades localizadas nos subúrbios onde os indivíduos são admitidos somente com recomendação da respectiva importância a mensalidade que pagam sem escrúpulos, e onde levam muitas vezes mulheres de vida alegre fazendo escalas pelos imundos e repugnantes bordeis. (...) A dança, prazer lícito e familiar, é convertida em alguns salões suburbanos num meio fácil de amores baratos bem próprios das tascas e que bem estereotipam o caráter e sentimentos que os indivíduos buscam que os buscam. (...) E nos perdoem por dizermos essas verdades que tem por fito único a estabilidade da moral.¹³⁴

Para a renovação e aprovação de licenças e estatutos, as sociedades eram obrigadas a concordar com algumas regras¹³⁵: Não poderiam os bailes se estender depois das duas da madrugada, ensaios somente até às 10 da noite, praticar jogos ilícitos (jogos do bicho e azar), para

¹³² Jornal “Universo”, 12/01/1912.

¹³³ PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. “A Flor da União: festa e identidade nos clubes carnavalescos do Rio de Janeiro”. Terceira Margem. Rio de Janeiro, janeiro/junho 2006, n.14. P.174.

¹³⁴ Jornal Suburbano, 28/01/1911.

¹³⁵ Contrato de Licença. DP, GIF 6C462. AN

sair às ruas as sociedades tinham que pedir permissão a polícia, a polícia teria acesso livre às atividades internas. Evidente, que a polícia não teria estrutura para repressão e controle suficiente sobre o número de sociedades tão grande quanto havia no Rio de Janeiro. Não sendo raros casos em que bailes pernoitavam até às 7 da manhã do dia seguinte¹³⁶, assim desobedecendo às regras impostas pela polícia. Havendo inclusive vista grossa por parte das autoridades, visto que notícias com esses ocorridos eram recorrentes em jornais suburbanos.

Segundo Marcos Bretas, parte da população aderiu à cruzada de vigilância e defesa da ordem pública, fazendo frequentemente denúncias à secretaria de polícia, principalmente contra sambas e diversões que iam noite adentro¹³⁷. Também parte da vigilância policial era regida por relações de clientelismo, sendo o tratamento dado a uma alta autoridade diferente, se comparado ao dado a um trabalhador pobre.¹³⁸ Mesmo assim a ameaça constante de vigilância poderia inibir certas ilegalidades.

Não eram incomuns, os casos em que a população enviava cartas denunciando certas sociedades por excesso de bebedeira, barulho ou mesmo bailes que perduravam até a manhã. Reclamações poderiam ser frequentes, em denúncia a polícia. Num caso, por exemplo, a diretoria do Clube Caçadores de Esmeralda reclama com o Chefe de Polícia em uma carta enviada ao mesmo, que a denúncia seria contra outra sociedade o Clube União Brasileira¹³⁹, que fazia bailes até a manhã. O clube reclamante possivelmente teria sido alvo de repressão da polícia e o presidente tentou defender sua sociedade, perante as denúncias de alguns dos moradores da Rua São Clemente, em Botafogo.

Depois de todo esse ensaio que fizemos sobre atuação da polícia no tratamento do associativismo no recreativo. Qual seria a causa de nenhuma das sociedades estudadas de Santa Cruz ter tido problemas com a polícia? Como estudaremos mais adiante, as sociedades de Santa Cruz estavam inseridas em uma extensa rede de clientela. Essas redes de clientela tinham em seus topos muitos oligarcas locais, entre os quais: Otacílio de Carvalho Camará, Honório Pimentel, Tancredo Guerra Pires e Júlio Cesário de Melo. Sociedade com perfil elitista (G. M. 24 de Fevereiro) e ligadas a oligarquias (sendo outras mais populares como: S.M. Francisco Braga e as

¹³⁶O Santacruzense, 14/01/1909.

¹³⁷BRETAS, Marcos Luiz. Ordem na cidade. “O exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro. 1907-1930”. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. P.123.

¹³⁸BRETAS, Marcos Luiz. Ordem na cidade. “O exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro. 1907-1930”. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. P.131.

¹³⁹Carta. JS, IJ648. AN

carnavalescas), jamais incomodariam a polícia. O que é praticamente um diferencial imenso em relação às outras sociedades estudadas pela historiografia, normalmente de caráter popular.

Pontuamos assim, a diferença notável em relação às sociedades estudadas em Santa Cruz. Pensamos as sociedades recreativas e carnavalescas estudadas, como ligadas e patrocinadas por elites (embora existam sócios populares também), submetidas a potentados locais, que não constituíam espaço de militância política ou foram formadas por iniciativa popular. Diferente da maioria das sociedades estudadas pela historiografia apresentada através do estudo bibliográfico sobre o tema, em especial nos artigos de Leonardo Affonso¹⁴⁰.

¹⁴⁰ PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. “A Flor da União: festa e identidade nos clubes carnavalescos do Rio de Janeiro”. Terceira Margem. Rio de Janeiro, janeiro/junho 2006, n.14.

2 – A REGIÃO DE SANTA CRUZ E O PERIODISMO LOCAL

2.1 - O jornal O Santacruzense

Os periódicos de Santa Cruz normalmente possuem ligação com oligarquias locais, fomentado por políticos interessados na publicação desses periódicos¹⁴¹. O periodismo local promoveu uma espécie: de fomento, estilo de vida interesses e projetos políticos dessa elite mandante local. No caso específico analisar-se aqui o periódico O Santacruzense, que era ligado a família Pimentel seu objetivo político foi aumentar a base eleitoral do político Honório Pimentel. As ideias de apoio aos interesses da família Pimentel são reforçadas pela constante divulgação de notícias que o periódico publicava. Por exemplo, uma reportagem sobre o calçamento de ruas promovendo como fomentador do benefício Honório Pimentel, assim legitimando sua campanha política.¹⁴² Entre o público leitor do periódico aparenta estar negociantes e funcionários públicos de Santa Cruz, pode-se dizer que parte do público leitor constitui uma espécie de setor médio local, potencial base eleitoral. O periódico buscava construir uma espécie de regionalismo no bairro, ressaltando notícias locais, os serviços locais e também as sociedades com sede no bairro (S.M.F.B. e G.M. 24 de Fevereiro).

O Santacruzense busca aparente isenção em suas notícias, ao menos o jornal gosta de transparecer isso. Embora, já demonstramos a ligação do jornal com os interesses da família Pimentel. Outra possível ligação era do jornal com suas sociedades, fica bem explícita quando o jornal deseja feliz aniversário para Frederico Leal, na coluna voltada para a sociedades, dizendo seu próprio Frederico serviu à mesa e agradeceu o Redator do jornal — veremos mais à frente laço de Frederico com várias sociedades de Santa Cruz.

¹⁴¹ Refere-se aos periódicos O Santacruzense e O Santa Cruz. Ambos os periódicos tinham como colaborador Oscar Pimentel, filho do tenente Honório Pimentel, político de Santa Cruz. É possível a ligação desses periódicos na campanha eleitoral de Honório Pimentel para o cargo de intendente municipal. Cf.: MENDONÇA, Leandro Clímaco. “Nas margens: experiências de suburbanos com periodismo no Rio de Janeiro, 1880-1920”. Dissertação de Mestrado em História, Niterói, Programa de Pós-graduação em História Social, UFF, 2011.

¹⁴² O Santacruzense, 3 abril de 1909.

Eventos católicos também faziam parte do periódico em boa parte de seus números. Além de divulgar as frequentes festas da igreja, ele chegava a pedir fundos para doação para igreja. Como na forte divulgação da festa da natalidade, que ocorreria na Igreja Matriz em Santa Cruz — ao lado da Sociedade Musical Francisco Braga, na Praça Dom Romualdo (Curato de Santa Cruz à época) —. É relevante afirmar que a Sociedade Musical Francisco Braga e o Ginásio Musical 24 de Fevereiro também estavam presentes em boa parte dessas atividades noticiadas pelo jornal — discutiremos mais na frente as representações católicas nas sociedades.

O jornal busca ser um reclamante do interesse local, construindo para si uma imagem de reivindicador dos interesses de Santa Cruz. Ele reconhece ausência de alguém que “defenda letra de forma interesses de Santa Cruz”¹⁴³. Ficando mais evidente essa construção imagens sobre si como periódico reivindicador e “defensor do povo” como mais abaixo na citação veremos. Como se vê o periódico diz que seu objetivo é cuidar dos interesses locais, mais especificamente de Santa Cruz. Seria muito conveniente a Pimentel se pôr como defensor dois interesses de Santa Cruz, seria uma ótima propaganda eleitoral.

*A nossa missão, pois na vida que vamos adotar, é cuidar dos interesses locais e defender arduamente, até o ponto de obtermos tudo. Com a nossa ténrea e a força, temos fé que as nossas ideias as lições que pregamos serão aceitas e medraram, por que teríamos na luta, no campo no combate serenidade puder precisa dos que tem a firmeza convicção a pureza das intenções. (...) os subúrbios tenho direito de pedir alguma coisa para seu desenvolvimento material intelectual e sentido que uma das suas zonas Santa Cruz precisa de tudo para ser feliz, é aqui que apreciamos. **O nosso jornal é do povo, o povo que compreende o que deve fazer em prol de quem surge animado para defendê-lo.** (Grifo Nosso)¹⁴⁴*

Como vemos nos diferentes trechos abaixo a ideia de montagem do projeto político. Hierarquias locais ficam pouco mais claras, também mostrando certa forma a subserviência dos lavradores de Santa Cruz, quando o jornal chama os negociantes locais a construírem a tal “escola de instrução”, ou seja, os negociantes seriam tratados como beneméritos e heróis. Outro detalhe interessante, embora o jornal não fale da idade desses lavradores, é possível inferir através do próprio jornal, que a maioria era jovem, analfabeto e possivelmente pobre. Num tempo onde a maioria da população era analfabeta, como na primeira república, não é de surpreender que a maioria dos lavradores pobres também fossem. O projeto político de alfabetização coletiva fica

¹⁴³ O Santacruzense, 5 de outubro de 1908.

¹⁴⁴ Idem.

mais claro com suas intenções eleitorais na terceira citação, vemos por gratidão “contaria com os votos e louvores de uma população reconhecida”¹⁴⁵, num tempo e como já discutimos em que as eleições, especialmente em Santa Cruz eram altamente coercitivas e ligadas redes de clientela.

É triste e penoso vemos entregue a sombra espectral da *ignorância centenas de indivíduos pela falta absoluta de recursos ou descuido de seus progenitores*, deixarem de quando pequenos, beber assim seiva consoladora da instrução. E hoje, forçados pela necessidade cotidiana da luta pela vida, forçados a labuta diária para gangrenarem, *sentirem-se ainda analfabetos*. Onde possam ilustrar o espírito de respiro o *negro véu do analfabetismo*. Se um grupo de negociantes se coligar-se, no movimento altruístico e liberal, qualificativos a quem o direito, os comerciantes de Santa Cruz. Ou uma das oito sociedades que florescem no nosso meio, chamasse a si essa iniciativa útil e magnânima, certo obteria aprovação geral ver seja fecundada, (...) (Grifo Nosso)¹⁴⁶

Em dois artigos despertou a atenção geral para que um grupo de negociantes se coligasse, ou que uma das oito sociedades existentes, chamasse a si esse útil e nobre empreendimento que, além de ser secundado pelo auxílio material, *contaria com os votos e louvores de uma população reconhecida*. Existe nesta localidade grande número de *rapazes e meninos*, que desde a mais tenra idade entregam-se ao *labor insano da vida campesina, onde tiram os proventos para manter a família*. (Grifo Nosso) (...)

E avante! *Senhores negociantes! Sede os beneméritos desta terra!*... prestai esse humanitário auxílio a mocidade – aos homens de amanhã!(Grifo Nosso)¹⁴⁷

O Santacruzense é um periódico mantido por assinaturas — a saber no valor de 5\$000 rs para assinatura semestral e 8\$000 rs para assinatura anual —¹⁴⁸, além dos possíveis provimentos da família Pimentel e anúncios no jornal. O periódico tinha grande alcance na população de Santa Cruz, sendo de distribuído na estação de trem, mesmo fora do ramal de Santa Cruz. Em uma reportagem do Jornal reclama que impostores estariam se fingindo de vendedores do jornal, fazendo vítimas ludibriados¹⁴⁹. Fica mais claro quando o jornal se vangloria de seu sucesso, em condições que segundo ele poucos acreditavam que seria possível.¹⁵⁰ Dentre os anunciantes do jornal, a maioria localizado em Santa Cruz, temos: alfaiatarias, lojas de roupa, açougues, comerciantes de café, remédios, farmácias, dentistas, médicos, cinemas, tabacarias e fábrica de cigarro. Anunciantes muito diversificados, com muitos tipos de serviços, o que poderia elevar a arrecadação para o jornal. Mesmo assim, é possível que as contribuições da família Pimentel fossem consideráveis.

¹⁴⁵ O Santacruzense, 3 janeiros de 1909.

¹⁴⁶ O Santacruzense, 3 janeiros de 1909.

¹⁴⁷ O Santacruzense, 25 de Outubro de 1908.

¹⁴⁸ O Santacruzense, 3 Janeiro de 1909.

¹⁴⁹ O Santacruzense, 3 Janeiro de 1909.

¹⁵⁰ Idem.

São frequentes no jornal as reclamações em busca de melhores condições de vida. Toda edição frequentemente traz carta de moradores — Algo comum mesmo no jornal do Brasil, não é de se estranhar que esse pequeno jornal reproduzisse esse modelo —, reportagens ou notícias. O jornal se põe como interlocutor entre o poder público municipal e a população. Com esse papel poderia fortalecer a base eleitoral para família Pimentel, como já afirmamos, especialmente para disputa para o cargo intendente municipal para Honório Pimentel. Tanto que o jornal sempre cobra questões e demandas relativas a essa esfera de poder. O jornal anuncia em sua primeira página que aceita cartas de leitores, todas as cartas enviadas eram respondidas, estava também aberto a toda contribuição que ele julgava relevante.

O exemplo temos abaixo, a reclamação de uma vala fedida em Bangu, uma localidade próxima, demonstrando a repercussão do periódico entre os leitores. Reclamações como o mau cheiro da carne e de carcaças jogadas na estação de trem de Santa Cruz, também eram comuns. Outras se referiam a cachorros selvagens que morde os moradores de Santa Cruz na Rua do Encanamento. O mesmo sobre o excesso de capim na Rua Doutor Felipe Cardoso.

Uma crítica relevante é dirigida em várias reportagens a Estrada de Ferro Central do Brasil, a companhia que controlava a linha férrea, importante via de transporte e integração entre o centro e o subúrbio. É de se imaginar a importância do serviço ferroviário em um Subúrbio distante como Santa Cruz. Em uma das reportagens O Santacruzense expõe as péssimas condições de higiene um vagão com a trilha quebrada, tece também críticas a diretoria da companhia¹⁵¹. Essa denúncia expõe a insatisfação dos usuários dos serviços ferroviários, mostra a carência resposta da municipalidade. Novamente o jornal criticando a municipalidade. Dirigidas diretamente ao prefeito talvez com objetivos eleitorais o jornal de essas críticas. Ainda cobra da companhia enviando a denúncia no exemplar para o presidente, Aarão Reis. Outras queixas também, como a feita ao matadouro municipal por jogar carcaças de animais mortos na linha férrea também estão presentes¹⁵². Outra crítica ao matadouro é que ele vendia carnes a preços excessivos e com péssimas condições sanitárias¹⁵³. Crítica direcionada a direção Matadouro Municipal, onde talvez Honório Pimentel tivesse adversários. Além das sociedades, o jornal também dava cobertura times de

151 O Santacruzense, 9 Abril de 1909.

152 Idem.

153 O Santacruzense, 13 Abril de 1909.

futebol de Bangu, como fez no confronto entre *The Athletic Club Bangu* e *Botafogo Foot Ball Club*¹⁵⁴.

2.2 - Da Real Fazenda ao Matadouro de Santa Cruz

A Fazenda de Santa Cruz se originou: de doações de terceiros aos padre inacianos, compras de terras ou trocas. Em 1589, a Marquesa de Ferreira doou parte da terra deixada pelo seu falecido esposo aos Companhia de Jesus, a outra metade pertencente a filha do casal foi trocada por outras terras em 1590, após falecimento da mãe. Outra parte das terras foram compradas em 1616, dos espólios de Manoel Veloso de Espinha, terras em Guaratiba no Baixo Guandu. Os padres compraram mais duas porções em 1654 e 1656: de terras nas cabeceiras do Guandu e outra que se estendia até o alto da Serra do Mar. Feitas pelos jesuítas, com argumento de manter a catequese dos índios e defesa do território. Outra importância da fazenda era o escoamento de ouro e prata vinda das minas espanholas em Potosí — Os negociantes de prata compravam gado da Fazenda de pagavam com metal —. O escoamento de ouro, em especial, ganhou relevância porque o caminho para o Rio de Janeiro, o trato de ouro em Minas Gerais, cruzava a fazenda, deixando-a numa posição estratégica, principalmente para o contrabando de ouro¹⁵⁵. O caminho velho era percorrido pela terra dos jesuítas, a fazenda ficava na via para as minas por Paraty, “seguia-se a trilha dos Índios guainás até e Taubaté, onde se encontrava a trilha aberta o Fernão Dias Paes, em fins do século XVIII”¹⁵⁶.

Nesse processo de acumulação de terras os jesuítas alcançaram grande poder influência, atingindo o ápice no século XVIII:

As fazendas jesuíticas reuniram centenas de escravos. Sua produção abastecia os aldeamentos, a cidade do Rio de Janeiro ou mesmo outras localidades, mais, acima de tudo, era responsável pela geração de enormes de lucros para os colégios dos Jesuítas e à

154 Idem.

¹⁵⁵ AMANTINO, Marcia; COUTO, RONALDO. De “curral dos padres” a gigantesca Fazenda de Santa Cruz. In: ENGEMANN, Carlos.; AMANTINO, Márcia. (Org.). “Santa Cruz: de legado dos jesuítas à pérola da coroa”. Rio de Janeiro: Editora d UERJ, 2013: 15-43.

¹⁵⁶ AMANTINO, Marcia; COUTO, RONALDO. De “curral dos padres” a gigantesca Fazenda de Santa Cruz. In: ENGEMANN, Carlos.; AMANTINO, Márcia. (Org.). “Santa Cruz: de legado dos jesuítas à pérola da coroa”. Rio de Janeiro: Editora d UERJ, 2013: 15-43.

ordem, que aumentava cada vez mais o poder local graças ao controle da mão de obra e da terra.¹⁵⁷

O poder acumulado pelos jesuítas pode ter sido um dos motivos da expulsão da ordem por Pombal (em 1762), esse poder todo contrariou os interesses da Coroa. Não cabe discutir neste espaço sobre historiografia evento. Os autores Marcia Amantino e Ronaldo Couto dividem a historiografia sobre a expulsão dos jesuítas em três correntes¹⁵⁸: Algumas dando ênfase as disputas políticas entre Pombal e a Companhia de Jesus¹⁵⁹, outra seria que a ruptura se efetivou por questões ideológicas entre Pombal e a ordem¹⁶⁰. A terceira diz que seria difícil explicar apenas por essas duas linhas o motivo da expulsão, visto que os jesuítas já estavam inseridos no sistema colonial há muito¹⁶¹.

A fazenda era cercada por uma rede hidráulica complexa, além dos rios que cortavam gigante propriedade, os Jesuítas construíram canais de irrigação, desviando o fluxo de muitos rios. A rede hidráulica da fazenda possibilitou que houvesse grande produção de gado, uma estrutura necessária para abastecimento de carne para a cidade do Rio de Janeiro.¹⁶² Sobre a rede hidráulica construída pelos Jesuítas:

Os dois canais ao lado dos dois grandes rios (Guandu e Itaguaí), formavam uma rede hidráulica ligada a várias valas e pequenos canais que mantinham praticamente toda a extensão da propriedade banhada com água doce controlada em volume o dique de comportas.¹⁶³

¹⁵⁷ Idem. P.30.

¹⁵⁸ AMANTINO, Marcia; COUTO, RONALDO. De “curral dos padres” a gigantesca Fazenda de Santa Cruz. In: ENGEMANN, Carlos.; AMANTINO, Márcia. (Org.). “Santa Cruz: de legado dos jesuítas à pérola da coroa”. Rio de Janeiro: Editora d UERJ, 2013: 15-43.

¹⁵⁹ Aponta-se referência para o autor a seguir. Cf.: FALCON, Francisco Jose Calazans. A Época pombalina. Rio de Janeiro: Ática, 1982.

¹⁶⁰ Cf.: AZEVEDO, João Lúcio. O Marquês de Pombal e sua época. São Paulo: Alameda, 2004.

¹⁶¹ Cf.: AMANTINO, Márcia. “A expulsão dos Jesuítas da capitania do Rio de Janeiro e o Confisco de seus bens”. Revista do IHGB, ano 170, abr-jun. 2009, n.443. p.169-91.

¹⁶² AMANTINO, Marcia; COUTO, RONALDO. De “curral dos padres” a gigantesca Fazenda de Santa Cruz. In: ENGEMANN, Carlos.; AMANTINO, Márcia. (Org.). “Santa Cruz: de legado dos jesuítas à pérola da coroa”. Rio de Janeiro: Editora d UERJ, 2013: 15-43.

¹⁶³ Idem. P.30.

Além do gado, a fazenda adquiriu importância econômica para a Companhia de Jesus no Rio de Janeiro, possuiu um elevado número de escravos. Após a expulsão dos jesuítas, os bens foram inventariados e a fazenda transferida para Coroa portuguesa. Pelos bens inventariados se percebe a importância as propriedades para o abastecimento gêneros alimentícios para a cidade do Rio (mandioca, hortaliças e feijão), não só para exportação de açúcar¹⁶⁴. Embora principal atividade sido a pecuária, como dissemos.

O complexo formado pelas diversas propriedades como escravos e pelo número elevado índios que os jesuítas conseguiram manter nos aldeamentos sob seu controle fazer com que a produção agrícola criatória fosse elevada. As descrições de suas fazendas e engenhos eram sempre voltadas para grandeza, quer as estruturas físicas, quer das produções ou do número de cativos. A Fazenda Santa Cruz era considerada, no Rio de Janeiro, a mais imponente e importante em termos econômicos. Seus de seus maiores destaques criação de gado.¹⁶⁵

A produção da fazenda inicialmente após a expulsão de uma ligeira queda, voltando o no número de cabeças de gado a subir a partir da virada do século XIX. Segundos os autores “em 1759 havia cinco mil cabeças de gado, em 1780, apenas 3.457; mas entre 1800 e 1801, o gado havia atingido 7.159 cabeças.”¹⁶⁶ Essa reversão na queda, é em parte explicada “pela preocupação das autoridades” com a baixa na produção, e os efeitos potenciais de desabastecimento.¹⁶⁷

Tabela 1¹⁶⁸

Ano	Escravos	Bovinos	Equinos	Ano	Escravos	Bovinos	Equinos
1701	950	20000	1800	1756	1500	15500	5000
1707	900	17790	2864	1738	2586	23836	4443
1725	1000	25133	—	1743	2337	35378	5158

¹⁶⁴ AMANTINO, Marcia; COUTO, RONALDO. De “curral dos padres” a gigantesca Fazenda de Santa Cruz. In: ENGEMANN, Carlos.; AMANTINO, Márcia. (Org.). “Santa Cruz: de legado dos jesuítas à pérola da coroa”. Rio de Janeiro: Editora d UERJ, 2013: 15-43.

¹⁶⁵ Idem. P.20.

¹⁶⁶ Idem. P.31.

¹⁶⁷ Idem. P.32.

¹⁶⁸ ARCHIVUM ROMANUM SOCIETATIS IESU (Itália). Base, 6-II e 6-II. apud AMANTINO, Marcia; COUTO, RONALDO. De “curral dos padres” a gigantesca Fazenda de Santa Cruz. In: ENGEMANN, Carlos.; AMANTINO, Márcia. (Org.). “Santa Cruz: de legado dos jesuítas à pérola da coroa”. Rio de Janeiro: Editora d UERJ, 2013: 15-43.

1732	1200	15000	5500	1757	2651	29141	5780
------	------	-------	------	------	------	-------	------

A Fazenda de Santa Cruz diferente de outras propriedades como Itaguaí ou Piauí, nunca foi vendida, apenas parte de suas terras foram arrematadas ou vendidas.¹⁶⁹ Quando administração jesuítica deixou a fazenda de Santa Cruz, mudou muito o cotidiano. Houve maior controle sobre a escravidão, rebeliões e fugas — no tempo dos inicianos a escravidão gozava de uma vida tranquila —.¹⁷⁰ Quanto ao modo de vida os habitantes da fazenda, os autores dão ênfase na liberdade que esses indivíduos tinham para se locomover e usar a infraestrutura: “a escola, a cadeia, a Botica e o hospital eram estruturas que atendiam tanto aos escravos quanto aos índios”.¹⁷¹

Na cidade do Rio de Janeiro durante o império as disputas entre marchantes (intermediários entre os criadores de gado e o abatedouro) e Câmara Municipal, eram profundas. A carne fresca (ou verde, termo usado à época) era tida como produto de elite, a população pobre normalmente consumia o charque. Manuela Pedroza, nos mostra como eram as querelas entre marchantes e o poder municipal. Autora fala que associações marchantes propagandeavam nos jornais uma construção de que o poder público era o culpado pelo alto preço e imagens condições de distribuição da carne na cidade. Os marchantes buscavam para si formas de barganhar o maior lucro possível, por sua vez a câmara municipal também o poderia pressionar os marchantes. Perante os jornais, essa perspectiva que busca incessante de lucro. Os papéis algozes e benfeitores se revezavam dependendo da época, também desenrolo do jogo político. Em geral, os clientes e boiadeiros eram os mais prejudicados pelos péssimos serviços prestados¹⁷². Segundo autora:

Os atores desse jogo estavam em constante disputa para ver quem conseguia manter o controle sobre a política de abastecimento que carne verde, o mercado que movimentava grande capital. O estado Imperial, a câmara e os marchantes disputavam capacidade de

¹⁶⁹ Idem. P.40.

¹⁷⁰ AMANTINO, Marcia; COUTO, RONALDO. De “curral dos padres” a gigantesca Fazenda de Santa Cruz. In: ENGEMANN, Carlos.; AMANTINO, Márcia. (Org.). “Santa Cruz: de legado dos jesuítas à pérola da coroa”. Rio de Janeiro: Editora d UERJ, 2013: 15-43.

¹⁷¹ Idem. P.35.

¹⁷² PEDROZA, Manoela da Silva.; TAVARES, Juliana Cavalcanti. As querelas entre marchantes e políticos em torno da carne verde (Matadouro Público de Santa Cruz, 1872-1889). In: ENGEMANN, Carlos.; AMANTINO, Márcia. (Org.). “Santa Cruz: de legado dos jesuítas à pérola da coroa”. Rio de Janeiro: Editora d UERJ, 2013: 315-349. P.320.

influenciar e ditar regras desse jogo comercial, manipulando e pelo poder público político o comércio de carne proporcionava.¹⁷³

Levaram 10 anos até a escolha pela implantação do matadouro municipal em Santa Cruz. Houveram vários outros locais para sediar matadouro: Engenho da Pedra em Inhaúma, a fazenda da segunda imperatriz Dona Amélia na Gávea, a fazenda do Marquês de Quixeramobim em Itaguaí, e etc¹⁷⁴. Construção do matadouro de Santa Cruz foi necessária, pois matadouro de Santa Luzia Construído em 1774, depois transferido para o aterro de São Cristóvão, onde hoje se localiza a Praça da Bandeira.

Uma das críticas recorrentes as instalações dos matadouros anteriores são da falta de infraestrutura e precariedade das condições higiênicas. O matadouro de Santa Luzia, que foi o primeiro matadouro da cidade localizado na Rua Santa Luzia. Recebia críticas referentes ao mau cheiro que levava para a cidade, incapaz de atender a necessidade de abastecimento da cidade, foi fechado em 1853. O segundo matadouro foi localizado em São Cristóvão, recebeu críticas também quanto às condições de higiene e a capacidade de sua produção. Era servido pelo Rio Maracanã, cujo a água era usada para limpar os detritos gerados na produção. Também espalhava odor pútrido pela vizinhança¹⁷⁵. Segundo Manuela Pedroza o discurso higienista¹⁷⁶ para o qual a cidade passava nas décadas de 1870 a 1880, foi um dos motivos para o fechamento desse matadouro e a construção de um novo estabelecimento para abastecimento da cidade. Outro motivo para o retardo na transferência do matadouro foram os grupos de pressão de negociantes, que atuavam no matadouro de São Cristóvão. Tais teriam que se reorganizar, ou seriam substituídos por outros grupos. Foi fechado com a criação do matadouro de Santa Cruz¹⁷⁷. Pedroza nos aponta os principais motivos para mudança do matadouro:

¹⁷³ Idem. P. 321.

¹⁷⁴ FREITAS, Benedicto. Santa Cruz. “O Matadouro de Santa Cruz (cem anos a serviço da comunidade)”. Rio de Janeiro: 1977. P. 45.

¹⁷⁵ PEDROZA, Manoela da Silva.; TAVARES, Juliana Cavalcanti. As querelas entre marchantes e políticos em torno da carne verde (Matadouro Público de Santa Cruz, 1872-1889). In: ENGEMANN, Carlos.; AMANTINO, Márcia. (Org.). “Santa Cruz: de legado dos jesuítas à pérola da coroa”. Rio de Janeiro: Editora d UERJ, 2013: 315-349. P. 333.

¹⁷⁶ Cabe ressaltar que discutimos no primeiro capítulo um pouco sobre a ideologia higienista do início do século XX. Cf.: PEDROZA, Manoela da Silva.; TAVARES, Juliana Cavalcanti. As querelas entre marchantes e políticos em torno da carne verde (Matadouro Público de Santa Cruz, 1872-1889). In: ENGEMANN, Carlos.; AMANTINO, Márcia. (Org.). “Santa Cruz: de legado dos jesuítas à pérola da coroa”. Rio de Janeiro: Editora d UERJ, 2013: 315-349.

¹⁷⁷ Idem. P. 331.

O primeiro reforça os aspectos topográficos: matador de vida está localizado em um terreno amplo e seco, adequado para o escoamento de dejetos e o enterro dos restos e do gado condenado; deveria, ainda que abundância de água para limpeza do local e para o gado. Em segundo lugar, deveria ter condições para receber o gado chegava de muito longe, oferecendo pastos bons e próximos. Em terceiro, não poderia provocar mal estar da população que morava nas proximidades, ou seja, não poderia corromper a atmosfera contribuindo para proliferação de doenças.¹⁷⁸

O matadouro acabou sendo transferido para Santa Cruz pelos arranjos políticos de José de Saldanha da Gama, então Superintendente da Fazenda Imperial de Santa Cruz, que atua diretamente no convencimento para a venda da Fazenda de Santa Cruz para câmara. Outro lobista, foi José Pereira Rego, justamente o relator da comissão que deveria apresentar o custo-benefício para construção do matadouro em Santa Cruz. A família Rego foi influente tanto na corte, quanto em Santa Cruz¹⁷⁹. O lucro também para câmara era arrendar terreno, ao lado do matadouro para criadores de gado e marchantes no período de engorda. O fato do matadouro está distante da cidade, ter água abundante e pasto. Pesou na escolha do novo local. Alguns influentes vereadores foram contra o projeto, alguns foram: Hermeto Henrique Carneiro Leão e Malvino da Silva Reis, ligados a empresas de abastecimentos de carne. O matadouro não foi fácil de ser construído, a obra levou tempo e foi custosa. Uma firma Coimbra & Farini, chegou a ser contratada, mas foi substituída pelo poder central¹⁸⁰.

O novo matadouro foi inaugurado em 1881, muito embora a obra não estivesse sido concluída ainda. Não sendo isento de problemas, o novo matadouro recebeu críticas de que a carne era mal manejada e de baixa qualidade¹⁸¹. Ele foi concebido para ser um modelo para o país, uma moderna empreitada feita pelo Império, ou seja, o progresso no manuseio de carne e abastecimento¹⁸². Nota-se que a ideia de progresso vem sendo discutida desde a década de 1870, o advento da República apenas catalisou essa realidade. Como já foi discutido no primeiro capítulo, entende-se, que o matadouro estava completamente inserido no contexto social que projetos

¹⁷⁸ Idem. P. 331.

¹⁷⁹ PEDROZA, Manoela da Silva.; TAVARES, Juliana Cavalcanti. As querelas entre marchantes e políticos em torno da carne verde (Matadouro Público de Santa Cruz, 1872-1889). In: ENGEMANN, Carlos.; AMANTINO, Márcia. (Org.). "Santa Cruz: de legado dos jesuítas à pérola da coroa". Rio de Janeiro: Editora d UERJ, 2013: 315-349.

¹⁸⁰ FREITAS, Benedicto. Santa Cruz. "O Matadouro de Santa Cruz (cem anos a serviço da comunidade)". Rio de Janeiro: 1977. P. 60.

¹⁸¹ PEDROZA, Manoela da Silva.; TAVARES, Juliana Cavalcanti. As querelas entre marchantes e políticos em torno da carne verde (Matadouro Público de Santa Cruz, 1872-1889). In: ENGEMANN, Carlos.; AMANTINO, Márcia. (Org.). "Santa Cruz: de legado dos jesuítas à pérola da coroa". Rio de Janeiro: Editora d UERJ, 2013: 315-349. P.320.

¹⁸² Idem. P.320.

políticos da época de sua fundação. O matadouro como agência de interesse representada por funcionários públicos, proprietários de terra e profissionais liberais.

Matadouro também poderia ser alvo de disputas eleitorais (tal como as sociedades), acusações de corrupção não faltam. Manuela Pedroza aponta alguns casos, acusação em 1897, contra Cândido Basílio Cardoso Pires de usar as oficinas da repartição para construir bens terceiros, desvio de verbas e favorecimento de marchantes aliados. Outro diretor também envolvido em fraudes, foi João Francisco Soares, demitiu funcionários sem a permissão da Câmara Municipal, substituído por seus apadrinhados e fraudou contas. O cargo de diretor era um cargo de influência, nomeados diretamente pela câmara, ele controlava a produtividade fiscalizava os contratos. O cargo dava prestígio social, certa liberdade de atuação pela distância com centro da cidade Para os funcionários agirem e criação de rede gigante de clientela¹⁸³. Uma das relações de clientelagem que chama atenção apontada por Pedroza, foi de Filipe Cardoso Pires, irmão de Cândido Basílio Cardoso Pires diretor do matadouro em 1880. Felipe apadrinhou a filha de Honório Pimentel¹⁸⁴. Felipe foi médico do matadouro, o fundador do Ginásio Musical Recreativo 24 de Fevereiro¹⁸⁵. Honório Pimentel projetou-se através da aliança com os Cardoso Pires. Aliança foi vista também na disputa eleitoral que analisamos, entre o sobrinho de Felipe Cardoso, Tancredo Guerra Pires e Honório Pimentel. Em posição antagonista, temos Otacílio Camará e Júlio Cesário de Melo (associados da Sociedade Musical Francisco Braga).

¹⁸³ Idem. P. 330.

¹⁸⁴ PEDROZA, Manoela da Silva.; TAVARES, Juliana Cavalcanti. As querelas entre marchantes e políticos em torno da carne verde (Matadouro Público de Santa Cruz, 1872-1889). In: ENGEMANN, Carlos.; AMANTINO, Márcia. (Org.). "Santa Cruz: de legado dos jesuítas à pérola da coroa". Rio de Janeiro: Editora d UERJ, 2013: 315-349. P.331.

¹⁸⁵ Dicionário de verbetes da Primeira República. Rio de Janeiro: FGV, 2009. P. 5. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PIRES,%20Felipe%20Bas%C3%ADlio%20Cardoso.pdf>>. Acesso em 22 de junho de 2015.

3 – ASSOCIATIVISMO RECREATIVO EM SANTA CRUZ, POSSIBILIDADES DE IDENTIDADES E REDES DE SOCIABILIDADE.

Analisar o associativismo recreativo de Santa Cruz, como espaço importante: de sociabilidade, clientelismo e criação de identidades coletivas. O conceito de identidade, permite compreender os laços de sociabilidade e clientelismo¹⁸⁶, conflitos e barganhas assimétricas.

Buscamos a compreender algumas dinâmicas sociais e políticas do bairro de Santa Cruz no período estudado. Mesmo nas sociedades mais populares¹⁸⁷ como as carnavalescas o fomento das oligarquias era importante, afinal nada se move em Santa Cruz sem o consentimento de um oligarca local. Analisamos as possíveis fontes de financiamento, atividades internas e externas, composição social e outras atividades, desse associativismo recreativo em Santa Cruz, através de estudos de caso de cada sociedade.

Tenta-se também reconhecer trajetórias de alguns membros dos grupos estudados, principalmente de diretores.

3.1 – Sociedades Musicais

3.1.1 - Sociedade Musical Francisco Braga e Ginásio Musical 24 de Fevereiro

¹⁸⁶Entendemos o conceito de “rede” como instrumento para apreender as relações no tecido social onde estão inseridos os atores históricos em certo período de tempo. Como esses atores se relacionavam entre si de forma interpessoal com: valores coletivos, afinidades, objetivos associativos, relações de dependência, amizade entre outros valores. Cf.: GINZBURG, Carlo. O nome e o como. In: Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

¹⁸⁷ Para Stuart Hall o conceito de “popular” não é o que é feito para o consumo das massas ou mesmo o que o feito pelo “povo”, mas o que é está afastado dos meios de poder e cria tensão com a “cultura dominante”. Entendemos que muitas dessas sociedades estudadas são fontes de conflitos com a “cultura dominante” de elites, mesmo um espaço alternativo de busca por lazer, aonde trabalhadores tinham acesso. Cf.: HALL, Stuart. “Notas sobre a desconstrução do popular”; In: SOVIK, Liv (Org.). Da Diáspora. Identidades e Mediações Culturais. Belo Horizonte/Brasília: Editora da UFMG/UNESCO, 2003.

A Sociedade Musical Francisco Braga era sediada na Rua da Mirante n.2 ¹⁸⁸, em Santa Cruz. Fundada em 22 de janeiro de 1905, a Sociedade Musical Francisco Braga tinha finalidade artística, musical e teatral. Mais tarde incorporou-se o caráter esportivo e atlético, segundo estatuto. O nome da sociedade é uma homenagem ao maestro Antônio Francisco Braga (Nascido em 15 de abril de 1868, falecido 13 de março de 1945), patrono da sociedade. Nomes carregam representações, não é à toa, que as homenagens são feitas com a data de falecimento do maestro, onde o pavilhão da sociedade deveria ser hasteado¹⁸⁹.

É frequente no jornal suburbano O Santacruzense notícias do cotidiano e eventos da Sociedade Musical Francisco Braga e Ginásio Musical 24 de Fevereiro. O Santacruzense ¹⁹⁰ aponta a existência da S.M.F.B. no carnaval, em fevereiro de 1908. Ativa na década de 1950, mesmo até a década de 1980 ¹⁹¹. Em 1909, a infraestrutura da S.M.F.B. era de um cinema e teatro, banda que tocava ao público nas praças e fazia concertos ¹⁹². Nas atividades a ênfase dessa sociedade era claramente a organização de sua banda, quermesses e saraus na igreja do Curato de Santa Cruz.

O jornal O Santacruzense reporta inclusive sobre festejos promovidos em conjunto entre as duas associações existentes no bairro, ¹⁹³ comentando os eventos realizados por ambas. A construção da sede da Sociedade Musical Francisco Braga ¹⁹⁴ foi iniciada em fevereiro de 1909. A sede da S.M.F.B. sociedade parece ter sido construída em um período curto. Alguém capitalizou a construção da sede, possivelmente algum membro da sociedade mais abastado e benemérito. Informando que a sociedade mantinha um circo com capacidade para 1200 pessoas o jornal reporta que em apenas uma noite a sociedade vendeu 800 bilhetes ¹⁹⁵.

¹⁸⁸ Depois se mudou para a Praça Dom Romualdo, 19. Nesse endereço está atualmente.

¹⁸⁹ NOPH – Eco Museu de Santa Cruz (Brasil). Estatuto da Sociedade Musical Francisco Braga. Caixa do Acervo de Culturas e Festas, 1950.

¹⁹⁰ O periódico O Santacruzense, circulou no ramal de Santa Cruz entre 1908-1909, o jornal foi vendido nas estações de trem próximas a Santa Cruz. Fundado por João B. Alves e Oscar Santos Pimentel. O jornal buscou promover os interesses políticos da família Pimentel em Santa Cruz. O fim imediato do jornal era promover a eleição de Honório Santos Pimentel para as eleições de intendente municipal. O periódico tinha como alvo os negociantes e funcionários públicos das imediações onde circulou. Nossa escolha do periódico para pesquisa se deu por ser o único jornal de Santa Cruz com um ano corrido de edições presentes no setor de periódicos da Biblioteca Nacional. Tornando o jornal uma excelente fonte para o estudo do associativismo recreativo em Santa Cruz.

¹⁹¹ O Globo, 11/12/1988.

¹⁹² O Santacruzense, 14/01/1909.

¹⁹³ O Santacruzense, 21 de janeiro de 1909.

¹⁹⁴ O Santacruzense, 14 de janeiro de 1909.

¹⁹⁵ O Santacruzense, 29 de abril de 1909.

O Santacruzense em reportagem assinada por Hélios Sakatrapos acusa o Ginásio Musical Recreativo 24 de Fevereiro de superlotar o circo onde era realizada uma apresentação de recita. A diretoria do Ginásio responde em carta dizendo que não houve superlotação do circo, sendo vendido 749 bilhetes de entradas e 190 cadeiras¹⁹⁶. Isso mostra a grande capacidade do ginásio quando realizava eventos, sua infraestrutura e poder financeiro. Afinal, o número de ingressos vendidos era relevante e geraria talvez grande caixa para o clube. O Ginásio Musical 24 de Fevereiro era uma sociedade com o número considerável de sócios, como consta em reportagem o número de 111 sócios votantes¹⁹⁷. O elevado número de sócios favorecia a arrecadação da sociedade, em parte pode explicar a infraestrutura da sociedade.

O G.M. 24 de Fevereiro estava integrado ao cotidiano do bairro de Santa Cruz, entre 1908 e 1909 e realizava atividades de comemoração do carnaval percorrendo as ruas em desfile de carnaval, realizando quermesses e um sarau¹⁹⁸. Na semana seguinte à comemoração, o jornal descreve que o ginásio realizou uma corrida e um baile em benefício da construção de sua sede¹⁹⁹.

A Sociedade Musical Francisco Braga se sustentava com doações feitas pelos sócios, a banda ainda tocava em eventos gerando renda para a sociedade, além obviamente das mensalidades e joias²⁰⁰ — para ingresso na sociedade —. O aluguel do salão para associados para realizarem festas particulares e outras atividades também parece ter sido uma fonte de renda considerável para Sociedade Musical Francisco Braga. Outra fonte de renda, são as constantes quermesses feitas em benefício da sociedade, que constituiriam mais recursos no caixa da sociedade. As atividades: dramáticas, saraus e préstitos. Geravam renda considerável para sociedade através do ingresso, em vista, da grande quantidade desses espetáculos realizados na sociedade.

Ambas as sociedades não parecem desfilar no carnaval de Santa Cruz, pois o periódico critica a ausência de blocos e reclama que as bandas preferiram ir a capital a convite de Souza

¹⁹⁶ Capacidade máxima de 800 bilhetes e 200 cadeiras. O Santacruzense, 05/05/1909.

¹⁹⁷ Não foi possível saber a quantidade de membros da Sociedade Musical Francisco Braga, pode-se especular que seria próximo ao G.M. 24 de Fevereiro. Tal sociedade apresenta também grande infraestrutura como ginásio. Cf.: O Santacruzense, 8 de julho de 1909.

¹⁹⁸ O Santacruzense, 1 de janeiro de 1909.

¹⁹⁹ O Santacruzense, 7 de janeiro de 1909.

²⁰⁰ Não conseguimos saber o valor exato da mensalidade ou joia. Usa-se o termo joia para referir-se um valor de quantia normalmente determinada nos estatutos, era prática comum em muitas sociedades, o pagamento da joia pelo novo membro ingressante.

Aguiar prefeito a época²⁰¹. Talvez houvesse interesse da oligarquia por trás do jornal, no fomento dos blocos. Talvez houvesse interesse da oligarquia por trás do jornal, no fomento de blocos. Realidade bem diferente de alguns anos depois, já que em 1913 haviam dois blocos (os Democráticos de Santa Cruz e os Progressistas) fundados no bairro se articulando com as duas sociedades mais antigas e com oligarquias locais, como mostraremos.

Uma disputa de diretorias no Ginásio Musical 24 de Fevereiro, a diretoria eleita acusa a chapa concorrente formada por Victor Villon e Frederico Leal de tentarem se eleger para fundir o ginásio com a S.M.F.B. O que demonstra que havia rivalidade em certos setores das duas sociedades, apesar de terem membros em comum²⁰². Outra carta resposta, enviada por alguém que usa o codinome Centurius — possivelmente ligado a chapa que concorreu a diretoria do G.M.24 de Fevereiro e perdeu a eleição — ressalta que o objetivo não era a fusão dos dois grêmios, mas apenas a união dos membros das duas sociedades. Falando de uma rivalidade nas bandas que segundo o missivista “era desnecessária”²⁰³. A análise da carta análise das cartas nos mostra que havia uma rivalidade entre alguns membros dessas sociedades, também mostra a tentativa de agregação e de criação de identidades entre ambas sobre o mesmo projeto político. Disputas entre diferentes projetos políticos antagônicos: um visando união e o outro isolamento.

²⁰¹ Talvez fosse desejo dos Pimentel a constituição de blocos locais para valorizar o bairro. Desejo que mais tarde, não se passando uma década seria realizado. Fomentado pelo outro mandão Camará. Cf.: O Santacruzense, 14 de fevereiro de 1909.

²⁰² Carta enviada ao jornal, enviada por Tancredo Guerra Pires, sócio do G.R.M. 24 de Fevereiro. Já nos referimos aqui a quem era Tancredo e sua inserção na rede de clientela de Honório Pimentel e seu parentesco com o fundador do grupo Felipe Cardoso Pires. Não é de se estranhar que o jornal publicasse a carta dele. Cf.: O Santacruzense, 7/07/1909.

²⁰³ O Santacruzense, 8/07/1909.



Figura 1 – Sede da Sociedade Musical Francisco Braga²⁰⁴. Fonte desconhecida, imagem fornecida pelo atual diretor do Clube Braga, clube remanescente e que é o atual dono do terreno da sede.

Pela imagem tem-se uma vaga noção da excelente infraestrutura da Sociedade Musical Francisco Braga. Em comparação, a outras sociedades suburbanas, mesmo sociedade de outros lugares. Percebe-se que a Sociedade Musical Francisco Braga goza de certo poder aquisitivo. Muitas sociedades tinham suas sedes em condições precárias, algumas em casa de cômodo, outras

²⁰⁴ Não é possível precisar a data de compra da sede própria, mas boa parte das sociedades tinham projetos de adquirir sede própria, vemos no Congresso dos Furrecas tal projeto. Google Street View. Disponível em: <

em botequins²⁰⁵. As sociedades com sede em habitações coletivas eram mais comuns nas freguesias centrais da cidade, devido ao grande número desse tipo de habitação na região do centro do Rio de Janeiro. Essas eram compostas por pobres, em oposição, a S.M.F.B. O tamanho da S.M.F.B também explica o poder financeiro, o fato de ser composta por funcionários públicos de classe média.

²⁰⁵ PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. “A Flor da União: festa e identidade nos clubes carnavalescos do Rio de Janeiro”. Terceira Margem. Rio de Janeiro, janeiro/junho 2006, n.14.

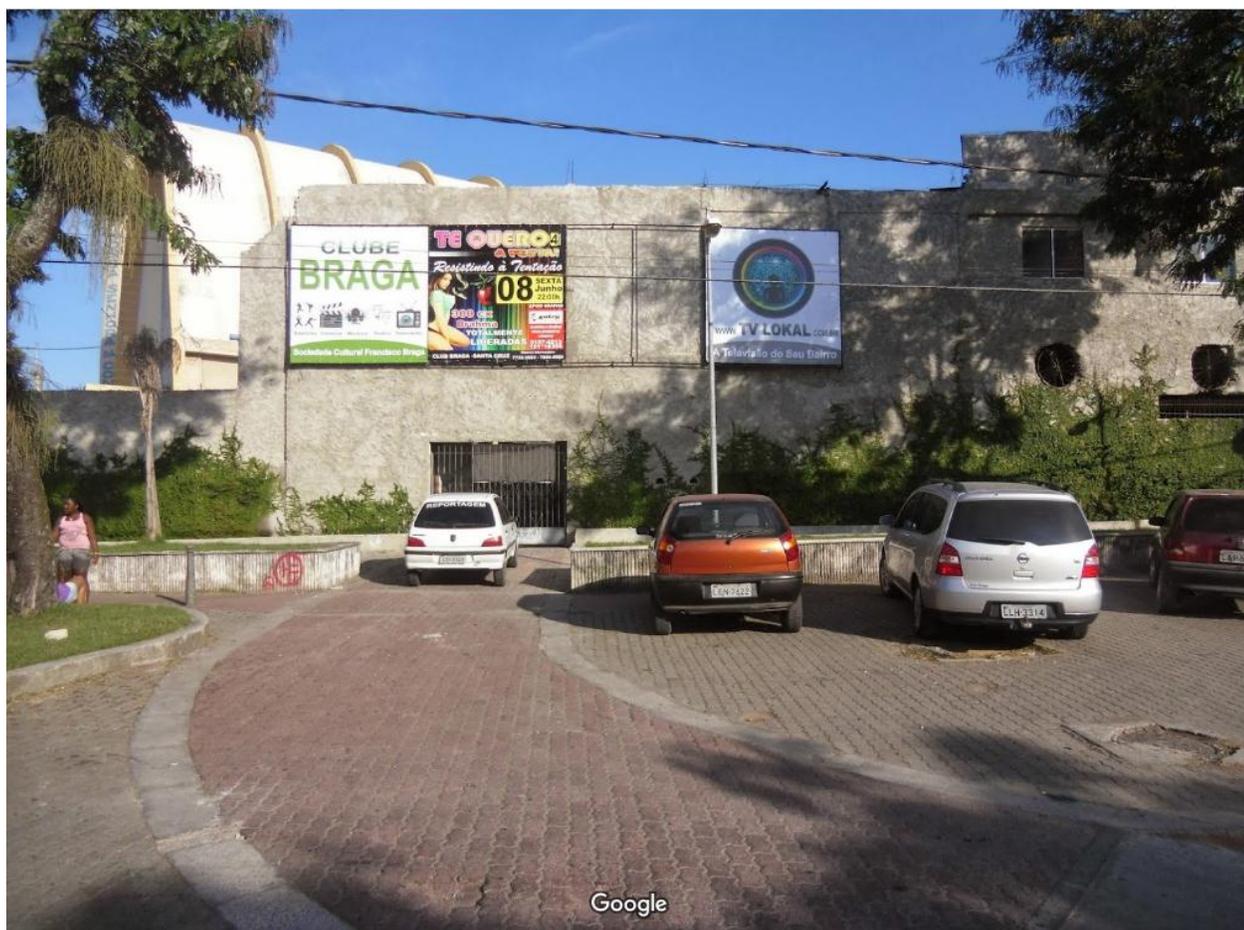


Figura 2²⁰⁶ – A foto atual da sede do Clube Braga, sociedade remanescente que herdou o terreno e o prédio da S.M.F.B. Ao fundo a Igreja. Imagem fornecida pelo Google.

²⁰⁶ Google Street View. Disponível em: < https://www.google.com.br/maps/place/CLUBE+BRAGA/@-22.935574,-43.6668143,3a,75y,90t/data=!3m8!1e2!3m6!1s-l2d74i-vRDs%2FVNclQqstGDI%2FAAAAAAAAAA0%2Fkk_SKYBpLpQ!2e4!3e12!6s%2F%2Fh4.googleusercontent.com%2F-l2d74i-vRDs%2FVNclQqstGDI%2FAAAAAAAAAA0%2Fkk_SKYBpLpQ%2Fs203-k-no%2F!7i624!8i480!4m2!3m1!1s0x9bfa5b584000f1:0xe9a91097b233335!6m1!1e1 >. Acesso em 22 de junho de 2015

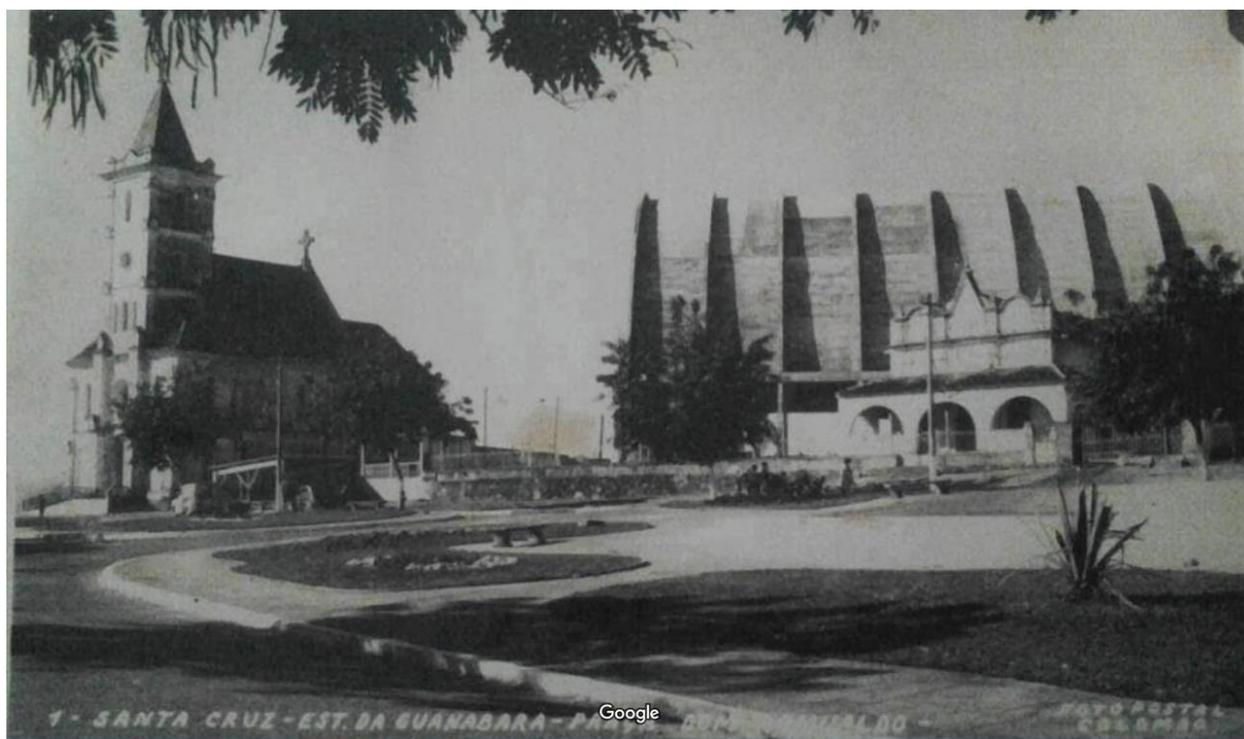


Figura 3²⁰⁷ –Foto da sede da Praça Dom Romualdo em Santa Cruz, na década de 1960. A Sociedade Musical Francisco Braga e a fundo a Igreja Matriz. Imagem fornecida pelo Google.

Percebemos uma extensa rede de clientela e colaboração entre os associados. Ao menos nas direções que eram formadas por sócios mais elitizados como analisaremos a frente²⁰⁸. A rede de colaboração dessas sociedades com outras é imensa, não é incomum sociedade colaborarem entre si, seja na arrecadação, seja na organização de eventos ou atividades.

²⁰⁷ Google Street View. Disponível em: < <https://www.google.com.br/maps/place/CLUBE+BRAGA/@-22.935574,-43.6668143,3a,75y,90t/data=!3m8!1e2!3m6!1s-FFYsUW9rWYU%2FVNclRbyX6aI%2FAAAAAAAAAA8%2FFzjRiN1MeKU!2e4!3e12!6s%2F%2Flh3.googleusercontent.com%2F-FFYsUW9rWYU%2FVNclRbyX6aI%2FAAAAAAAAAA8%2FFzjRiN1MeKU%2Fs203-k-no%2F!7i960!8i566!4m2!3m1!1s0x9bfa5b584000f1:0xe9a91097b233335!6m1!1e1> >. Acesso em 22 de junho de 2015

²⁰⁸ Não era incomum, negociantes e operários conviverem na mesma sociedade. Um exemplo comparável é o Clube Carnavalesco Progressos Do Paraíso do bairro vizinho Campo Grande (onde inclusive a Sociedade Musical Francisco Braga tinha alguns associados residentes). Na lista de associados do clube entregue a polícia também constam pessoas de diversas profissões entre: operários, funcionários públicos e pedreiros. Definimos a S.M.F.B. como mais “elitizada” por sua infraestrutura e ênfase na atividade dramática e óperas. Embora, nela congregasse vários estratos sociais. Cf.: ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Secretaria de polícia do Distrito Federal. Fundo, GIF Codex 6C366. Rio de Janeiro, 1911.

Como já afirmamos, acreditamos que muitos associados da Sociedade Musical Francisco Braga congregavam em outras sociedades. Associações como: Sociedade Musical Francisco Braga, G.M. 24 de Fevereiro, Congresso dos Furrecas e Democráticos de Santa Cruz, também colaboravam com clubes de futebol e outras sociedades carnavalescas. Observamos um caso que comprova essa cooperação entre sociedades. As quatro associações acima, promoveram atividades para ajudar financeiramente o Esperança Futebol Clube de Santa Cruz.²⁰⁹ Há a possibilidade de haverem associados em comum congregando entre as sociedades, além de buscarem novos associados para o clube em uma atividade como futebol. Associados da Sociedade Musical Francisco Braga e G.M. 24 de Fevereiro que aparentam estarem ligadas ao clube de futebol: Arlindo Coelho dos Santos e Antônio Coelho de Souza (ex-presidente e fundador da S.M.F.B.).²¹⁰

Em Santa Cruz, na sede da Sociedade Musical Francisco Braga se realizará, no dia 12 do corrente, à noite, importante festival dramático, cujo resultado será destinado aos cofres do Esperança Futebol Clube. Uma banda de música tocará durante o festival estará caprichosamente a frente dessa referida sociedade.²¹¹

Não sabemos quais mais estariam associados ao clube de futebol, mas esse evento nos demonstra a busca por construção de uma rede de sociabilidade entre os sócios e frequentadores dessas sociedades. Também cooperação entre dois tipos de sociedades: recreativas e esportiva, muito comum nos subúrbios²¹².

²⁰⁹Não sabemos a data de fundação do clube, mesmo mais detalhes sobre sua existência ou composição societária. Há possibilidade de ter sido fundado próximo a data e buscar reforço de caixa. Cf.: O País, 7/05/1918.

²¹⁰ NÓPH – Eco Museu de Santa Cruz (Brasil). Estatuto da Sociedade Musical Francisco Braga. Caixa do Acervo de Culturas e Festas, 1950.

²¹¹Esperança Futebol Clube, p.5. O País, 26/10/1929.

²¹²O conceito subúrbio carioca deve ser entendido como construído socialmente e historicizado, pois sofreu modificações conforme o tempo no seu entendimento e interpretação. Buscamos entender o conceito na época estudada, por isso recorremos a autores que nos aclaram a compreensão do conceito, especialmente a Nelson Fernandes e Maria Soares. Nelson Fernandes fala que a categoria sofreu uma mudança abrupta da passagem do séc. XIX para o séc. XX principalmente depois da reforma Pereira Passos, passando a ser negativado como lugar de pobreza e falta de infraestrutura urbana, o que ele chama de “rpto ideológico da categoria subúrbio”, um conceito apropriado a partir do sociólogo Henri Lebrve. Concordamos com o autor quanto à importância da estrutura de transportes, principalmente devido à conexão bondes/trens suburbanos. Cf.: FERNANDES, Nelson da Nóbrega. O rpto ideológico da categoria subúrbio: Rio de Janeiro 1858/1945. Rio de Janeiro: Apicuri. 2011. Recorremos a Maria Soares para delimitação espacial do que era entendido como subúrbio, Meier e Todos os Santos e adjacências atendidas pela ferrovia. Bairros do Engenho Velho (Andaraí e Grande Tijuca) e zona norte e sul do maciço da Tijuca. Bairros como Jacarepaguá e Irajá, possuíam linhas diretas de bondes com ligações com locais com estações ferroviárias. Os subúrbios periféricos de Santa Cruz e Campo grande também possuíam estações de trem. Cf.: SOARES. Maria Therezinha de Segadas. Fisionomia e estrutura do Rio de Janeiro. Revista Brasileira de Geografia. v. 27, n. 3. P. 359-387, 1965.

3.1.2 - A representação de si externa²¹³ baseada na fé católica

A Sociedade Musical Francisco Braga e o G.M. 24 de Fevereiro buscavam construir uma imagem externa de sociedades caridosas e ligadas profundamente a atividade religiosa. Notamos que essa imagem muito frequentemente nas reportagens publicadas nos jornais que pesquisamos principalmente no jornal suburbano O Santacruzense²¹⁴.

Junto com outras sociedades, a Sociedade Musical Francisco Braga e G.M. 24 de Fevereiro, promoviam, por vezes, atividade de caridade. No natal de 1907, a sociedade agenciou uma festa de natal para crianças pobres, agregando outras sociedades de Santa Cruz²¹⁵. Uma parte de seus membros era católica, percebemos pelas constantes atividades ligadas à igreja da na região²¹⁶. Sabemos que a S.B.D.F.C. (Sociedade Beneficente Doutor Felipe Cardoso) fazia parte da rede de colaboração da Sociedade Musical Francisco Braga, no próprio nome da Sociedade Beneficente Doutor Felipe Cardoso²¹⁷ temos a ênfase na função principal dessa sociedade que é praticar a caridade e construir uma representação externa de “bom católico”. O associado da Sociedade Musical Francisco Braga, Victor André Villon era membro da ordem religiosa a irmandade de São Benedito da areia branca. ²¹⁸ Ele foi secretário da diretoria dessa ordem,

213 O conceito de representação segundo o autor Roger Chartier, nos ajuda apreender signos de uma leitura do mundo social para os grupos que investigamos. Assim segundo as representações que são socialmente construídas e produzidas pelos grupos que as forjam. Buscamos entender como eram os discursos construídos por cada grupo social e de que posições são utilizadas. O autor afasta a neutralidade do discurso atrás de uma roupa institucional e diz que percepções são disputas de poder. Assim influenciado indivíduos, suas escolhas, projetos de poder e reformas. Cf.: CHARTIER, Roger. Introdução. Por uma sociologia histórica das práticas culturais. In: CHARTIER, Roger. Introdução. *A História Cultural entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, p. 13-28.

214 Sobre esse periódico, há possibilidade de membros das sociedades terem pertencido ao corpo de colaboradores ou jornalistas dele, não há se como se ter certeza, porém o que reforça suspeita foi por insatisfação com uma nova diretoria eleita na sociedade ter impedido o jornal de cobrir as retratas. Cf. O Santacruzense, 3/01/1909. Outro indício é a proximidade com que os colunistas do jornal se referem a membros da diretoria da Sociedade Musical Francisco Braga e do G.M.24 de Fevereiro, percebemos na coluna a seguir um sentimento de cumplicidade, “Já nosso destino está amigo Ernesto de Pinho, saudando general prefeito, em sua passagem por Guaratiba”. Cf. O Santacruzense, 4/02/1909. Essa ligação entre sociedades jornal fica mais explícita ainda quando em carta enviada ao jornal pelo presidente da Sociedade Beneficente Felipe Cardoso parabeniza pela sua atividade jornalística e principalmente “buscar o progresso intelectual de Santa Cruz”. Cf. O Santacruzense, 4/02/1909

215 Grêmio Dramático de Santa Cruz, Sociedade Dramática Flor Santa Cruz, Sociedade Beneficente Doutor Felipe Cardoso, e uma sociedade católica a Coroa de Santa Rita.

²¹⁶O Santacruzense, 4/02/1909. JB, 30/12/1907.

²¹⁷ Pouco se sabe sobre sociedade, não se achou documentação sobre ela. A única referência é a do jornal O Santacruzense. Sua finalidade parece ser filantrópica. O nome é de Felipe Cardoso Pires, fundador do Ginásio Musical 24 de Fevereiro. Com o Ginásio a proximidade aparentar ser muito maior.

²¹⁸ O País, 28/07/1921.

empossado em 1927. O que reforça a tese de que muitos sócios da S.M.F.B. seriam ligados a ordens de religiosas²¹⁹.

A construção das representações externas é propositada, uma sociedade formada por imigrantes portugueses, negociantes brasileiros e funcionários públicos, que sabidamente tinham uma fé católica muito forte, não dá para duvidar que queiram passar a imagem de católicos fervorosos²²⁰. Isso facilitaria até mesmo que pessoas externas às sociedades vissem com melhores olhos a sociedade, inclusive levando aprovação de licença pela polícia e deixando a sociedade desenvolver suas atividades em paz, livre da vigilância policial —não apenas isso, mas em conjunto com outros fatores—.

Outras vezes, algumas sociedades foram além, construíram um hospital para facilitar o atendimento na região de Realengo, essas sociedades buscaram a união, talvez relações de clientelismo com políticos beneméritos (e autopromoção dos mesmos) para a realização dessa obra na ausência e carência da presença do Estado. Algumas sociedades que se reuniram com esse objetivo de construção foram: Congresso dos Furrecas, Sociedade Musical Francisco Braga, G.M. 24 de Fevereiro, Progressistas e Democráticos de Santa Cruz²²¹. Além de demonstrar possibilidade de haverem sócios em comum nessas sociedades, buscava-se construir uma imagem externa de caridade dessas sociedades e reforçar o cacife político dos doadores beneméritos.

A Sociedade Musical Francisco Braga tocava frequentemente em eventos religiosos. Não eram poucas, as vezes, que a banda tocava na igreja local, o mesmo vale para a banda do G.M. 24 de Fevereiro²²². Em Campo Grande, na festa do Sagrado Coração de Jesus com a presença de bandas musicais com orquestra²²³, ou Sociedade Musical Francisco Braga fazendo uma quermesse para arrecadar fundos para a mesma comemoração em Santa Cruz ou tocando na festa de N. S. do Rosário²²⁴.

²¹⁹ O Jornal, 10/06/1927.

²²⁰ O que excluí a Igreja como instituição, não localizamos provas de envolvimento ativo dela. O que se sobressai é professar a religião católica

²²¹ Uma Grande Obra Humanitária, O diário carioca 10/11/1928. P. 4.

²²² A Sociedade Musical Francisco Braga tocava nas missas de Santo Inácio de Loyola. Onde tocavam duas sociedades a Sociedade Musical Francisco Braga e Ginásio Musical 24 de Fevereiro. A festa de São Benedito com a presença do Ginásio Musical 24 de Fevereiro. O Santacruzense, 3/01/1909.

²²³ O Santacruzense, 11/09/1909.

²²⁴ O Santacruzense, 10/08/1909.

A prática de ritos fúnebres também está ligada a possibilidade de se desenvolver sociabilidades e identidades. A importância dos ritos fúnebres fica mais evidente, quando na ocasião da morte de Ernesto Pinho, a Sociedade Musical Francisco Braga e o Ginásio Musical 24 de Fevereiro colocaram suas bandas para homenagear o falecido, sócio de ambas²²⁵. Como já se discutiu, causada pela penosa disputa entre as oligarquias locais, em meio a um estranho assassinato de Pinho. A representação da morte, principalmente com festa e presença de banda de música, não era tão em comum quanto parece hoje. João José Reis fala da importância simbólica dos ritos fúnebres tanto para brasileiros, como para africanos, a vivência barroca para acomodação da cultura africana. Embora, a repressão às práticas da religiosidade africana estivesse sempre presente. O autor estuda irmandades católicas que mostram “clivagens sociais e econômicas e etno-raciais, os problemas da representação política, a inserção das mulheres dos libertos, as competições internas e a concorrência irmandades”²²⁶. Ele também reconstrói fatos de um evento que aconteceu na Bahia, uma revolta popular chamada “cemiterada”. Essa revolta foi contra a proibição de enterros em igrejas e contra a entrega do monopólio de enterros, ela ocorreu em 1826. O evento também revela interesses econômicos envolvidos nessa trama, autor dedica um capítulo do livro para analisar os interesses econômicos. Para o autor o rito funerário ganha aporte simbólico “no momento que a sociedade tecia solidariedade, marcava seus distanciamentos. A prática da ostentação era fórmula de exibição do poder.”²²⁷

Não foi possível analisar o estatuto do Ginásio Musical 24 de Fevereiro, mas no da S.MF.B. constam homenagens: com o hasteamento de bandeiras e ajuda de custo do funeral. Uma outra sociedade de Santa Cruz que tinha a possibilidade de hasteamento de bandeiras em caso de falecimento de um associado escrita no estatuto era o Democráticos de Santa Cruz²²⁸. Demonstra assim que é possível a construção e laços de sociabilidade entre os associados de vários grupos, indicando a possibilidade de formação de signos e laços em comum. Mostrando as relações sociais

²²⁵ O País, 1/11/1909.

²²⁶ KANTOR, Iris, Resenha: A morte é uma festa (João José Reis). Cadernos de Campo, São Paulo, v. 27, n.2, p. 173-176, 1992. Cf.:

²²⁷ REIS, João José. A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX, São Paulo, Cia. das Letras, 1991.

²²⁸ ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Secretaria de polícia do Distrito Federal. Fundo, GIFÍ Codex 6C365. Rio de Janeiro, 1906.

da formação dessa identidade comum, mas também das redes clientelares em disputa — já que Camará assumiu a defesa de Pinho, acusando os Pimentel de serem mandantes do homicídio—.

3.1.3 - Composição social e hierarquia internas

O Ginásio Musical 24 de Fevereiro era formado por comerciantes, funcionários públicos e negociantes. Suas atividades não diferem muito da outra sociedade que analisamos nesse tópico (Sociedade Musical Francisco Braga), mantendo uma banda, talvez a diferença maior seja pela ausência de atividade dramática²²⁹. Em sua direção temos também imigrantes portugueses, o presidente do ginásio era José Henrique Fernandes, português, comerciante e funcionário do Matadouro Municipal do Rio de Janeiro²³⁰. Fernandes possuía terras em loteamentos em Santa Cruz, além de um botequim numa localidade de nome Largo do Bodegão²³¹. Por vezes, o botequim de Fernandes foi alvo da polícia em confusões e brigas, mas não conseguimos averiguar mais denúncias ou cartas pedindo fechamento do estabelecimento. Vemos em O País tal notícia sobre o botequim do português:

As proezas do Pedro

Pedro Loredó é um temível desordeiro que há pouco saiu da detenção porque cumprindo sentença oriunda de uma de suas inúmeras façanhas em Santa Cruz. Hoje pela manhã, acompanhado do seu colega de desordem João Marinho, vulgo pequenino, tinha indo ao botequim de José Henrique Fernandez, no Largo do Bodegão, em Santa Cruz, em verdadeira polvorosa, ao aproximar-se a praça, a quarta Companhia do terceiro Batalhão, investiram contra ele, alegando seu informe, tirando-lhe a pistola de que se achava nada, evadidos em seguida. A polícia do 27º, que soube do fato da caça dos valentes.²³²

²²⁹ Ao menos não achamos indícios de atividades dramáticas.

²³⁰ O País, 17/09/1911.

²³¹ O nome bodegão vem estabelecimentos conhecidos como bodegas. O maior deles é conhecido como bodegão. Cf.: FREITAS, Benedicto. Santa Cruz. “O Matadouro de Santa Cruz (cem anos a serviço da comunidade)”. Rio de Janeiro: 1977. P. 45. Um grande ponto comercial de Santa Cruz, próximo ao Matadouro Municipal. Segundo site do Ecomuseu de Santa Cruz: “Ali se encontravam marchantes, donos de açougues, funcionários do Matadouro, boiadeiros e magarefes e as fartas feiras. O comércio no largo cresceu com a prosperidade do Matadouro.” Disponível em: <<http://www.quarteirao.com.br/matadouro.html>>. Acesso em 22 de junho de 2015.

²³² O País, 19/08/1917.

Fernandes aparenta estar inserido em uma extensa rede de colaborações e clientelagem em Santa Cruz. Assim como boa parte desses sujeitos que estudamos. Consta em anúncio de obituário e missas a presença de Fernandes junto com o coronel Honório Pimentel.²³³ Que dá grande cobertura a Sociedade Musical Francisco Braga e Ginásio Musical 24 de Fevereiro e aos eventos feitos por ambas às sociedades. Na notícia acima não é de se estranhar que a polícia deixasse funcionar um estabelecimento que mesmo com álcool abundante e a presença de “desordeiros”. Isso poderia ser ocasionado pela poderosa rede de sociabilidade e clientelismo do comerciante, possivelmente e tolerância a esse botequim seria maior.

Outro membro da diretoria do ginásio era o também português e negociante Manoel Joaquim Leitão. Leitão era dono de um armazém de secos e molhados no Largo da Boa Vista, que fornecia alimentos para operários do Matadouro Municipal²³⁴, em Santa Cruz²³⁵, além de possuir terrenos em Guaratiba, na Rua da Passagem do Gado²³⁶ que foram penhorados pela fazenda municipal possivelmente por dívida de impostos com erário do município²³⁷. A rede de sociabilidade de Leitão com políticos fica mais evidente quando ele participa de uma festa para recepção do então oligarca e político Otacílio Camará, residente em Santa Cruz, em Caxambu em Minas Gerais²³⁸. Assim como seu companheiro de ginásio, Leitão também possuía em certa época seu botequim, onde deveria servir muita cachaça Paraty aos moradores de Santa Cruz. Reproduzimos abaixo a notícia:

Ao mal atirador serve-se do cacete!

No botequim de Joaquim Leitão, em Santa Cruz, no Largo da Boavista, entendeu praticar desordens valente João Batista de Oliveira, residente também a Santa Cruz, o lugar denominado areia branca Porto de o Estado pelo dono do botequim hoje ou descarregou sobre ele toda carga de seu revólver. Mal atirador, nenhuma das balas atingiu o alvo. Então brandindo o cacete, o João atirou-se de novo contra o botequim mineiro, ferindo na cabeça.

²³³O País, 17/09/1911.

²³⁴No jornal O País consta reportagem acusando o comércio de Leitão de vender alimentos fora da tabela municipal com preços abusivos e revender carne de porca de má qualidade. O País, 13/04/1919.

²³⁵Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro. 1910, p.1023.

²³⁶ Rua da Passagem de Gado é a atual Rua Álvaro Alberto. Essa rua foi aberta em 1882 na construção do matadouro de Santa Cruz. Cf.: FREITAS, Benedicto. Santa Cruz. “O Matadouro de Santa Cruz (cem anos a serviço da comunidade)”. Rio de Janeiro: 1977. P. 44.

²³⁷O País, 05/10/1919.

²³⁸O País, 01/08/1918.

A polícia do 27º Distrito chegou a tempo de prender em flagrante o Valente tratatando no xadrez. Manuel Joaquim foi socorrido pela assistência. ²³⁹

Tal como Fernandes, Leitão também teve um incidente com seu estabelecimento, talvez se não fosse sua inserção na poderosa rede de clientela, seu estabelecimento poderia ter tido problemas com a polícia, por pura sorte o português saiu ileso.

Na fotografia abaixo, temos a banda da Sociedade Musical Francisco Braga com seus componentes posando para uma foto, após uma retrata provavelmente. Poderia ser uma simples fotografia, mas na mão de um historiador pode ser uma preciosa fonte ²⁴⁰. Segundo Ciro Cardoso e Ana Mauad, uma fotografia é parte importante de uma memória e silenciada, como um documento/monumento. Para os autores:

A imagem considerada como fruto de trabalho humano pauta-se em códigos convencionalizados socialmente, possuindo, sem dúvida, um caráter com conotativo que remete às formas de ser e agir do contexto no qual estão inseridas as imagens como mensagens. ²⁴¹

239O País, 27/10/1919.

240 Na historiografia recente sobre o associativismo recreativo alguns autores como Leonardo Affonso e Eric Brasil, têm recorrido ao uso de imagens das bandas, orquestras ou mesmo de direções. Com objetivo de tentar esquadrihar o perfil de membros de algumas sociedades, mesmo tentar entender alguns processos formativos de identidade das sociedades estudadas. Cf.: NEPOMUCENO, Eric Brasil. “Cidadania "na ponta": participação negra nos carnavais cariocas da Primeira República (1889-1917)”. XXVI Simpósio Nacional de História - Anpuh: 50 anos. In: Anais do XXVI simpósio nacional da ANPUH - Associação Nacional de História. São Paulo: ANPUH-SP, v.1, n.10/11, 2011. E PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. Os Anjos da Meia-Noite: trabalhadores, lazer e direitos no Rio de Janeiro da Primeira República. Tempo. Niterói. v. 19. p. 97-116. 2013.

241 MAUAD, Ana Maria; CARDOSO, Ciro Flamarion. História e Imagens: Os exemplos da fotografia e do cinema. In: CARDOSO, Ciro. & VAINFAS, Ronaldo. Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro, Campus, 1997. P. 314.



Figura 4- Banda da Sociedade Musical Francisco Braga – O Malho, 3/08/1907.

A imagem revela traços de um passado, escolhas individuais e coletivas de múltiplos atores históricos. Desperta muito mais que se buscou ao ser fotografado, contém signos não escritos e representações. Para os autores “sob este aspecto, a própria fotografia integra um sistema de signos não verbais que pode ser compreendido através de um duplo ponto de vista: enquanto artefato produzido pelo homem e que possui uma existência autônoma como relíquia.”²⁴².

Não há como se saber se o item da cor foi modificado ao longo desse tempo. A foto de O Malho de 1907, leva-nos a suspeitar que o item existe desde dessa época, pois há negros na foto. Como na maioria das sociedades estudadas a entrada de novos sócios era feita por convite. A sociedade tinha cargos como diretor esportivo e diretor artístico. Responsáveis por desenvolver atividades em ambos os ramos respectivos²⁴³.

A fotografia revela vinte e seis pessoas fotografadas da banda da Sociedade Musical Francisco Braga. Importante, pois revela a composição social dessa sociedade. O trio da frente vestidos com trajes brancos possivelmente eram membros da diretoria, os de trajes padronizados seriam da

²⁴² Idem. P.314.

²⁴³ NOPH – Eco Museu de Santa Cruz (Brasil). Estatuto da Sociedade Musical Francisco Braga. Caixa do Acervo de Culturas e Festas, 1950.

banda. Percebemos a distinção social pelo traje dos indivíduos. Pela foto percebemos que a maioria dos membros da banda são brancos e percebemos outros negros (pelo menos três). Parte da banda era “formada por moços pobres”²⁴⁴. Entendemos que ambas as associações possuíam bandas, que tocavam nas reuniões e eventos, nos quais muitas vezes eram contratadas. O pavilhão da sociedade como vemos acima, era composto das cores verde, branco e encarnado em sentido horizontal. Uma lira ao centro com as iniciais da sociedade (S.M.F.B.)²⁴⁵. A versão analisada do estatuto data de 1950, nos primeiros anos depois da fundação não vemos tanto o caráter esportivo nas atividades da sociedade. O acesso na sociedade aparenta ser bem democrático pelo estatuto (não há restrições de votos para as categorias de sócios), pois permite a sócios sem distinção de sexo (permitindo que mulheres adentrassem, embora mais à frente veremos que poucas entraram²⁴⁶), de nacionalidade (estrangeiros poderiam ser membros), e o que é o estatuto chama de “cor política” (negros poderiam entrar na sociedade, não seria uma sociedade de caráter étnico)²⁴⁷.

A sociedade incentivava os sócios realizarem: atividades artísticas, científicas e literárias. Uma vez por ano poderiam ficar isento de cobrança. Entre as categorias de sócio chama atenção duas: os estagiários e alunos da escola Musical ou teatral. Categoria alunos seria reservada para os menores de 17 anos ingressaram na escola de música ou teatro, as aulas serão gratuitas. O estagiário é o que presta serviço a banda o grupo de teatro²⁴⁸.

Francisco Hardman destaca a importância dessas bandas em cidades pequenas do interior de São Paulo na década de 1920, como “elos importantes na vida social”²⁴⁹, o que poderia ser realidade Santa Cruz no Rio de Janeiro, por se tratar de um local distante do centro e ser um subúrbio rural. Reconhecemos haverem outros possíveis vínculos para formação e fundação do quadro social de sociedades, como Maria Clementina Pereira Cunha nos aponta ou mesmo a

²⁴⁴Embora não saibamos exatamente quem eram esses pobres. Cf.: O Santacruzense, 28 de fevereiro de 1909.

²⁴⁵ NPH – Eco Museu de Santa Cruz (Brasil). Estatuto da Sociedade Musical Francisco Braga. Caixa do Acervo de Culturas e Festas, 1950.

²⁴⁶ NPH – Eco Museu de Santa Cruz (Brasil). Lista de sócios até 1960. Caixa do Acervo de Culturas e Festas, 1950.

²⁴⁷ NPH – Eco Museu de Santa Cruz (Brasil). Estatuto da Sociedade Musical Francisco Braga. Caixa do Acervo de Culturas e Festas, 1950.

²⁴⁸ Idem.

²⁴⁹HARDMAN, Francisco Foot. Lyra da Lapa: acorde imperfeito menor. In: Antonio Arnoni Prado. (Org.). “Libertários no Brasil: memória, lutas e cultura”. São Paulo: Brasiliense, 1986. P. 156.

documentação com listas de sócios²⁵⁰ Os convites para a bandar tocar não eram pouco frequentes, notamos na década de 1950. Também havia demandas para criação de uma escola musical pelas bandas²⁵¹ por parte do jornal O Santacruzense, tal banda somente seria criada pela Sociedade Musical Francisco Braga em 1926²⁵².

Ausência das mulheres é notada na foto, excluídas da maioria das sociedades, elas estão tão ativas na sociedade na participação e organização das atividades. Elas auxiliariam seus maridos nas atividades, participavam dos bailes e dramas, até cuidando das crianças que vemos na foto. Nomes de mulheres estão presentes na lista de alguns eventos publicados em jornais. Mesmo e saraus e apresentações para as famílias a presença feminina se fazer é forte atividades da Sociedade Musical Francisco Braga²⁵³. Quanto às mulheres, embora o estatuto permita o ingresso, poucas fizeram parte do quadro social. Contamos até a década de 1960, apenas três mulheres. Sendo duas estagiárias, e apenas uma honorária em 1935. Na prática o ingresso de mulheres era muito difícil, praticamente vedado²⁵⁴. Ainda mais democrática em relação às mulheres do que as grandes sociedades, que eram exclusivamente para homens²⁵⁵. Historiografia tende a apontar a exclusão das mulheres da maioria das sociedades, segundo os autores Vitor Marques da Fonseca²⁵⁶, Leonardo Pereira²⁵⁷ e Uassyr de Siqueira²⁵⁸. Uassyr de Siqueira inclusive estudou um grêmio formado por trabalhadores, no bairro do Bom Retiro em São Paulo, embora a entrada de mulheres não fosse proibida no clube, a presença de sócias era mal vista pelos diretores em virtude da isenção de mensalidades. Segundo o autor:

250O tipo de vinculação entre os sócios, segundo Maria Clementina normalmente foi: entre pessoas que trabalhavam no mesmo local de trabalho e entre vizinhos. Cf.: CUNHA, Maria Clementina Pereira. “Ecos da folia: Uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920”. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. P.153.

251O Santacruzense, 14/02/1909.

252Jornal do Brasil, 6/10/1926.

253 Jornal do Brasil, 6/10/1926.

254 NOPH – Eco Museu de Santa Cruz (Brasil). Lista de sócios até 1960. Sociedade Musical Francisco Braga. Caixa do Acervo de Culturas e Festas, 1950.

255 Cf.: CUNHA, Maria Clementina Pereira. “Ecos da folia: Uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920”. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

256 MARQUES DA FONSECA, Vitor Manoel. “No gozo dos direitos civis: associativismo no Rio de Janeiro, 1903-1916”. Rio de Janeiro/Niterói: Arquivo Nacional/Muiraquitã, 2008. P. 221.

257PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. “E o Rio dançou”. Identidades e tensões nos clubes recreativos cariocas (1912-1922). In: CUNHA, Maria Clementina Pereira (org.). “Carnavais e outras f(r)estas”. Campinas: Editora Unicamp, 2002. P. 429.

258SIQUEIRA, Uassyr de. Clubes e sociedades dos trabalhadores do Bom Retiro: organização, lutas e lazer em um bairro paulistano (1915-1924). Dissertação de mestrado em História Social, Campinas, Programa de Pós-Graduação em História Social, UNICAMP, 2002. P. 140.

Embora a admissão das “moças” propostas como sócias tenha sido aceita, notamos que, para alguns diretores, a inclusão de mulheres ao quadro de associado não era vista com muito bons olhos. As palavras do diretor Sr. Luiz Cerri deixam entender que sócias estavam isentas de mensalidades e, como qualquer associado, recebiam os estatutos, distintos do Grêmio e gozavam de “todas as regalias” - provavelmente direitos.²⁵⁹

Podemos perceber que apesar de não fazerem parte das administrações sociedades, às mulheres estavam presentes no cotidiano das agremiações muitas vezes formando seu próprio espaço mesmo servindo a outra sociedade. A presença feminina nas atividades também chama atenção, pois acompanhavam seus maridos e pais nas atividades, embora algumas sociedades excluíssem a mulher das atividades isso não demonstra total exclusão feminina²⁶⁰. Elas tinham seus espaços bem definidos.

Como já ressaltamos, percebemos a distinção do homem que segura o estandarte na ponta, possivelmente alguém ligado à direção ou o presidente da sociedade, não temos como saber, provavelmente ele detinha alguma importância hierárquica por segurar o estandarte. O estandarte era um símbolo importante para preservação de identidade criando uma representação exclusiva de muitas sociedades, não era qualquer um em uma foto como a mostrada que poderia porta-lo. Ainda mais numa foto cheia de símbolos de hierarquia como já se discutiu — discutimos quando falamos dos uniformes e suas distinções —. Claudio Batalha analisa a dimensão do uso de bandeiras e estandartes no movimento operário, muito comum em muitos tipos de associações. Poderiam ser de variadas cores e com simbolismo normalmente ligado ao ofício da associação, símbolos cristãos ou revolução francesa²⁶¹. Para o autor:

Bandeiras e estandartes e os símbolos e divisas que os integravam eram apenas uma parte da identidade das associações. Essa identidade era reafirmada por práticas e celebrações capazes de aglutinar em torno da associação os seus membros e dar ao público externo uma impressão de coesão e unidade.²⁶²

²⁵⁹ Idem. P.141.

²⁶⁰ Havia sociedades que vetavam expressamente a entrada de mulheres em suas como sócias, caso do estatuto do Grêmio Carnavalesco Frascarebas que definia que “só poderão fazer parte do “Grêmio” indivíduos do sexo masculino”. Cf.: ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Secretaria de polícia do Distrito Federal. Fundo, GIFÍ Codex 6C443. Rio de Janeiro, 1909.

²⁶¹ BATALHA, Claudio Henrique Morais. Cultura associativa no Rio de Janeiro da Primeira República. In: Claudio H. M. Batalha; Fernando Teixeira da Silva; Alexandre Fortes. (Org.). Culturas de classe: Identidade e diversidade na formação do operariado. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004, p. 95-119.

²⁶² Idem.P.102.

Ainda sobre a composição social, se percebe que haviam imigrantes na S.M.F.B., quando vemos na lista de membros pessoas como: Victor André Villon, funcionário público administrador do Matadouro Municipal²⁶³, radicado no Brasil e da segunda geração de imigrantes franceses, pai do ator de teatro e cinema André Villon²⁶⁴. Outro membro também é Antônio Coelho de Souza também imigrante português radicado no Brasil e fundador da Sociedade Musical Francisco Braga²⁶⁵. Outro membro também parente de Antônio Martinho Coelho de Souza também trabalhava no Matadouro Municipal, um vínculo entre colegas de trabalho é possível nessa sociedade. Temos: “a sociedade musical Francisco Braga, com sede à Rua do Mirante número dois, Santa Cruz, composta **de negociantes e empregados no comércio**, sobre as quais nada consta nesta inspetoria.” (Grifo Nosso).²⁶⁶ Este trecho ainda refere-se ao ofício dos membros dessa sociedade que era segundo: o inspetor de comerciantes, negociantes, empregados do comércio e funcionários públicos. A diretoria que exerceu mandato no ano de 1912 era formada por empregados do comércio, negociantes e funcionários públicos²⁶⁷, possivelmente homens letrados.

Conseguindo a Sociedade Musical Francisco Braga (SMFB) obter licença pela polícia para funcionamento sem grandes problemas, não era muito incomum desde que se apresentasse o perfil desejado pelas autoridades — sociedade de elite que não tinham trabalhadores militantes —, ou mesmo houvesse um contato mais estrito com elas como já discutimos. Como é o caso do cabo Damásio Correia pertencente à banda, esse cabo foi da 17ª Delegacia de Polícia²⁶⁸ e possivelmente devia fazer parte da sociedade, assim poderia ter facilitado a aprovação de licença da sociedade pela polícia. Além do fato de Victor André Villon ter trabalhado na delegacia e depois ter sido

²⁶³Victor era ajudante do administrador da diretoria do Matadouro, depois foi administrador do matadouro Municipal de Santa Cruz. Cf.: Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro. 1924, p.744. O País, 04/07/1926. A família Villon se perpetua nos cargos do Matadouro Municipal, consta o nome de Ivan de Souza Villon em 1957, como diretor do Departamento da Renda de Transmissão. Cf.: Correio da Manhã, 12/05/1957.

²⁶⁴ Filho de funcionário público, o ator fez parte das atividades dramáticas da S.M.F.B. e de outra sociedade dramática Grêmio Procópio Ferreira na juventude, ambas em Santa Cruz. Vindo depois a obter fama nacional no teatro e cinema. Cf.: André Villon e sua vida no teatro. P. 44. Jornal das Moças, 9/09/1954.

²⁶⁵ ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Secretaria de polícia do Distrito Federal. Fundo, GIFÍ Codex 6C365. Rio de Janeiro, 1906.

²⁶⁶ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Secretaria de polícia do Distrito Federal. Fundo, GIFÍ Codex 6C365. Rio de Janeiro, 1906.

²⁶⁷NOPH – Eco Museu de Santa Cruz (Brasil). Lista de sócios da Sociedade Musical Francisco Braga. Caixa do Acervo de Culturas e Festas, 1950.

²⁶⁸JB, 17/08/1908.

nomeado para Administração do Matadouro Municipal²⁶⁹ de polícia como auxiliar, lembre-se que ele foi sócio de: Sociedade Musical Francisco Braga, Clube Democráticos de Santa Cruz, Progressistas de Santa Cruz.

Outro detalhe importante da composição social da S.M.F.B. é quanto à residência de seus membros. Embora muitos membros da sociedade residissem nas proximidades do curato Santa Cruz. Como o presidente de Antônio Coelho de Souza da diretoria de 1905, que residia na Rua Felipe Cardoso n. 2, próximo à sede da sociedade. Alguns moravam e outras cidades como Itaguaí, inclusive fazendo com que a sociedade promovesse passeios e atividades na cidade vizinha ao Rio²⁷⁰. O vínculo associativo seria outro ao invés de vizinhança, talvez trabalho, conhecidos em comum e etc. São muitas as possibilidades, embora a historiografia normalmente aponte para trabalho ou residência.²⁷¹

3.1.4 - Sociedade Dançante União Familiar

Essa sociedade foi fundada no dia 18 de abril de 1918, na R. Avenida Isabel n. 247, em Santa Cruz. A S.D.U.F. aparenta ser uma sociedade fundada por um grupo de pequeno associados, pois o contingente mínimo era de seis sócios, supomos que esse total seria metade, totalizaria pouco mais de 12 sócios.²⁷² Algo bem distante da S.M.F.B., que tinha centenas de membros.²⁷³ O S.D.U.F. era uma sociedade pequena e que queria se reconhecer como exclusiva. O que se diferencia nessa sociedade das outras é a preocupação com a ordem interna, isso sugere que foram um moralista. Talvez o grupo quisesse se diferenciar de outras sociedades “desordeiras” do subúrbio. Não era mero pretexto para escapar da polícia, não!

²⁶⁹ ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Secretaria de polícia do Distrito Federal. Fundo, BOLIER. Codex IJ694. Rio de Janeiro, 1918

²⁷⁰ O País, 05/12/1911.

²⁷¹ CUNHA, Maria Clementina Pereira. “Ecos da folia: Uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920”. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

²⁷² ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Secretaria de polícia do Distrito Federal. Fundo, BOLIER. Codex IJ694. Rio de Janeiro, 1918.

²⁷³ NOPH – Eco Museu de Santa Cruz (Brasil). Lista de sócios da Sociedade Musical Francisco Braga. Caixa do Acervo de Culturas e Festas, 1950.

Apesar de ser um grupo pequeno essa sociedade exigia um burocrático controle financeiro, como percebemos nas atividades do tesoureiro perante a assembleia geral dos sócios: “apresentar a diretoria, o balancete trimestral da receita e despesas, e as assembleia e assembleia geral o balanço geral.”²⁷⁴ Esse mecanismo só é possível em uma sociedade com maioria letrada, como talvez fosse a S.D.U.F. No valor das mensalidades e joia essa sociedade é similar ao da Sociedade Dançante União Familiar, o estatuto ênfase que o sócio ao pagar a primeira mensalidade já gozaria o direito de sócio.

Não percebemos grande hierarquização entre sócios na S.D.U.F. como em outras sociedades, todos deveriam contribuir²⁷⁵, inclusive não havendo a categoria “benemérito” para quem doasse valores mais altos e criando distinção entre os associados. Reconhecemos que esse critério é subjetivo e não torna o clube popular. Pelo contrário, tudo nos dá a ideia de um grupo fechado.

O nome dessa sociedade também chama atenção por dois termos presentes: *Familiar e União*. Passa longe nessa sociedade o termo familiar ser mera justificativa para escapar da polícia. Essa sociedade, pelo que percebemos, se empenhava em zelar pela ordem moral interna e externa. É explícita no estatuto essa preocupação, pois proibiam bebidas alcoólicas nas atividades, se preocupavam com a boa conduta de seus associados nas atividades internas e externas, era função do procurador zelar pela ordem interna, proibiam também o acesso de membros bêbados às assembleias. A S.D.U.F. frisa em seus estatutos que está aberta para divertimento dos associados à noite, desde que estes “não perturbem a ordem”. Mais uma vez a preocupação com a ordem interna é reforçada. Ainda enfatiza que somente “divertimentos morais e honestos” poderiam ser realizados na sede²⁷⁶. Já o termo união fala da busca de união e cumplicidade entre os associados, que seriam muito próximos.

Suas atividades aparentam ser internas e fechadas, um grupo de sócios fechado. Vemos novamente o grupo querendo se manter fechado. Seu estatuto não menciona desfile no carnaval ou

²⁷⁴Idem.

²⁷⁵Idem.

²⁷⁶ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Secretaria de polícia do Distrito Federal. Fundo, BOLIER Codex IJ694. Rio de Janeiro, 1918.

outra atividade externa. O estatuto tem referência há possibilidade da S.D.U.F. realizar um baile mensal.

São seus fins proporcionar aos seus associados, diversões apropriadas à sua espécie(...) Divertimentos desde que sejam morais e honestos, aos quais terão lugar em sua sede. ²⁷⁷

O acesso era restrito, pois além do tradicional e comum convite o nome do candidato a membro deveria ser proposto à diretoria da S.D.U.F. Para o ingresso do novo membro ele deveria estar em “pleno gozo dos direitos” ²⁷⁸ muitas associações inclusive as recreativas exigiam certos documentos e referências dos convidados a se associar (a S.D.U.F também) como: idade, local de residência, profissão, ser de “boa moral”. O historiador Vitor Manuel define a expressão “no gozo dos direitos”, como um estado de reconhecimento cidadania, ou seja, ser considerado cidadão e ser reconhecido como cidadão pelo grupo que se associa. Assim, como ressalta o autor para ser aceito no grupo o convidado devia ser reconhecido “cidadão” em Santa Cruz, a sociedade era seletiva e ao mesmo tempo se buscava o reconhecimento da cidadania dos membros do grupo. Para o autor:

A leitura de muitos estatutos com essa condição sugere que o adjetivou civis seja aí como base na etimologia, do latim se *civilis* significando hoje direitos que dizem respeito às relações dos cidadãos entre si. Assim por cidadãos entender se os habitantes da cidade, ou seja, todos os membros da sociedade excluindo-se apenas estrangeiros em trânsito. A constância dessa *forma sugere também que participação em associações era um direito que só se realiza quando individuo já era per si um cidadão, alguém que, habitando em um local específico, era reconhecido como membro daquele grupo.* (Grifo nosso) ²⁷⁹

Já o termo união fala da busca de união e cumplicidade entre os associados, que seriam muito próximos, buscar-se-ia a cidadania e a união do grupo. Mesmo construir uma identidade comum entre o grupo, pois as experiências associativas para muitos fins (incluso recreativo) poderiam fomentar a construção de identidade do grupo ²⁸⁰.

²⁷⁷Idem.

²⁷⁸Idem.

²⁷⁹ MARQUES DA FONSECA, Vitor Manoel. “No gozo dos direitos civis: associativismo no Rio de Janeiro, 1903-1916”. Rio de Janeiro/Niterói: Arquivo Nacional/Muiraquitã, 2008. P.17.

²⁸⁰ MARQUES DA FONSECA, Vitor Manoel. “No gozo dos direitos civis: associativismo no Rio de Janeiro, 1903-1916”. Rio de Janeiro/Niterói: Arquivo Nacional/Muiraquitã, 2008. P.16.

3.2- Sociedades Carnavalescas

3.2.1 - Rancho Carnavalesco Netinhos de Vovó

O Rancho Carnavalesco Netinhos De Vovó é o único rancho²⁸¹ que localizamos em Santa Cruz, fundada em 27 de fevereiro de 1918, tendo como presidente Carlos Albino Almeida. Não sabemos quem era Carlos, não conseguimos maiores informações sobre sua profissão, apenas um alvará concedido pela prefeitura para uma empresa que leva nome de uma Fernandes e de Carlos Albino Almeida, possivelmente ele foi um comerciante²⁸². Tudo leva a crer que Carlos Almeida residisse em Santa Cruz. À única informação, porém de relevância extrema que conseguimos foi que Carlos estava presente no Estado-maior na polícia para fazer uma visita a ninguém menos que o Coronel Honório Pimentel e seu filho Oscar Pimentel, diretor de O Santacruzense²⁸³. Carlos estaria inserido na rede de clientela do político, isso foi quase oito anos antes da fundação do rancho. Carlos poderia fazer parte dos eleitores de Pimentel.

Deixamos agora o presidente dessa sociedade e atentemos para a análise dos estatutos do rancho. Como já discutimos os nomes das sociedades recreativas está coberto de significados e representações, o fato de o Rancho Carnavalesco Netinhos de Vovó usar o termo “rancho”, e não sociedade recreativa ou grêmio recreativo, já desperta atenção para esse se detalhe dessa significação. Porque então essa seria a única sociedade a ser chamada de rancho em Santa Cruz? Não é uma resposta fácil, cabe-nos aqui analisar de onde teria surgido o termo rancho, em especial do ponto de vista as atividades que o rancho faz.

Para isso recorreremos à autora Maria Clementina Pereira Cunha, ela diz que ranchos teriam surgido na região da Saúde, com as mães de santo vindas da Bahia para o Rio de Janeiro no séc.

²⁸¹ O termo rancho é usado para designar algumas sociedades, especialmente as sociedades sediadas na Saúde e Gamboa. Como a “Grupo Carnavalesco Flor dos Navegantes” e um rancho formado possivelmente por marinheiros, fundado em 1906, no bairro da Saúde. Cf.: ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Secretaria de polícia do Distrito Federal. Fundo, GIF1 Codex 6C171. Rio de Janeiro. 1906.

Esse termo foi cunhado pela imprensa para referir-se essa experiência associativo. Um grande fundador de rancho foi Hilário Jovino Ferreira, fundou “Rosa Branca”, “As Jardineiras” entre outros. Os ranchos diferentemente de outras agremiações eram tidos abre aspas como “modelo baiano”, porque tiveram muitos baianos que vieram se associar neles. Se o modelo de carnaval se diferenciava dos cordões, por se inspirar no carnaval baiano. Cf.: CUNHA, Maria Clementina Pereira. “Ecos da folia: Uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920”. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

²⁸²Gazeta de Notícias, p. 5. 24/03/1909.

²⁸³Coronel Honório Pimentel, p.4. Gazeta de Notícias, 24/03/1909.

XIX. A mais famosa foi Tia Ciata e seus sambas, embora o associativismo recreativo no Rio de Janeiro, já tivesse surgido antes dos denominados ranchos, tivesse mantido durante boa parte do final do séc. XIX até o início do séc. XX, em especial com a fundação de cordões que continuaria até a década de 40, embora com outras especificidades e outros motivos para fundação. Outra figura simbólica de grande destaque na fundação de ranchos na Saúde era Hilário Jovino, negro e baiano. Fundador de vários ranchos como: As Jardineiras, Botão de Rosa, Filhos Das Jardineiras, Reino das Magnólias e Ameno Resendá. Na década de 1920 ranchos como Ameno Resendá já estavam consolidados como grande exemplo do carnaval pela imprensa, em oposição aos tão mal falados cordões ²⁸⁴.

A resposta para nossa questão vem de forma rápida, quando descobrimos que na região da Saúde nessa época existia um rancho homônimo a esse fundado em Santa Cruz. Esse rancho tinha entre seus músicos ninguém menos que o sambista Donga ²⁸⁵. Isso indica possível inspiração nessa sociedade para fundação da santacruzense. A adoção desse nome nos indica que o rancho tinha muita ênfase na organização das atividades carnavalescas, as importâncias dos preparativos para o carnaval para esse grupo já é notada somente pela escolha do nome ²⁸⁶. Uma influência estética externa dialogando com o Carnaval local de Santa Cruz. Em seu estatuto o R.C.N.V define que “são seus fins proporcionar aos seus associados diversões em época apropriada às sua espécie e outros divertimentos desde que seja desde que sejam morais e honestos” ²⁸⁷, deixando mais evidente ainda a destaque do grupo para a atividade carnavalesca. Mas quanto aos outros divertimentos o que e quais seriam? Atividades internas como ensaios, pois segundo estatuto nenhuma atividade externa poderia ser feita fora do carnaval, ainda segundo estatuto é direito dos associados alugar um salão. Havia os bailes internos em que os sócios e suas famílias poderiam participar ²⁸⁸.

²⁸⁴ CUNHA, Maria Clementina Pereira. “Ecos da folia: Uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920”. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. P.230.

²⁸⁵ Netinhos de Vovó, p.7. JB, 19/01/1915.

²⁸⁶ O que também não quer dizer que grupo seja popular ou não, afinal um nome poderia ser escolhido por qualquer um.

²⁸⁷ ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Secretaria de polícia do Distrito Federal. Fundo, BOLIER Codex IJ694. Rio de Janeiro, 1918.

²⁸⁸ Idem.

Apesar de o presidente ter a rede de sociabilidade ligada a um tradicional político de Santa Cruz, essa sociedade tem um perfil diferente das outras duas que até agora analisamos, um perfil de sócios mais populares e menos abastados. Talvez fosse até mais popular. A começar pela mensalidade a R.C.N.V. tinha mensalidade próxima a outro rancho da Saúde, o Macaco é Outro, fundado também por Hilário Jovino Ferreira, frequentado por negros e com mensalidade relativamente barata, a saber, mil reis e joia de cinco mil reis ²⁸⁹.

Quanto à situação financeira do clube o estatuto registra que valores maiores a \$400 mil reis não poderiam ficar na sede do rancho. A mensalidade da R.C.N.V era de mil reis e dois de joia para ingresso. Possivelmente essa mensalidade era mais barata que as outras duas sociedades, em virtude da infraestrutura apresentada por elas – o que tende a encarecer o preço –, em especial da Sociedade Musical Francisco Braga que tinha um teatro e cinema. Reconhecemos que esse critério é um pouco subjetivo, pois muitas vezes não havia necessidade de se pagar caro para manter uma atividade de pouco custo, mas era costume em sociedades de elite como: *Vianense Club e Fluminense Foot-ball Club*. Nas quais as mensalidades e joias fossem valores altos. ²⁹⁰ O valor era comparável ao clube fundado por operários em Bangu, de nome Grêmio Carnavalesco Flor da União ²⁹¹. Ou mesmo a Clube Carnavalesco Chuveiro De Ouro da Gávea formado por trabalhadores da fábrica de tecidos Carioca²⁹², esse valor era relativamente barato se comparado as grandes sociedades que cobravam 5 mil reis de mensalidade e 20 mil reis joia²⁹³.

²⁸⁹ ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Secretaria de polícia do Distrito Federal. Fundo, GIFÍ Codex 6C362. Rio de Janeiro, 1908.

²⁹⁰ PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. “A Flor da União: festa e identidade nos clubes carnavalescos do Rio de Janeiro”. Terceira Margem. Rio de Janeiro, janeiro/junho 2006, n.14. P.153.

²⁹¹ Idem. P.153.

²⁹² ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Secretaria de polícia do Distrito Federal. Fundo, GIFÍ Codex 6C250. Rio de Janeiro, 1908. Cf.: COSTA, Mariana Barbosa Carvalho Da. “Entre o lazer e a luta: o associativismo recreativo entre os trabalhadores fabris do Jardim Botânico (1895-1917)”. Dissertação de Mestrado em História, Programa de Pós-graduação em História Social da Cultura. PUC-RJ. Rio de Janeiro, 2014.

²⁹³ Cf.: CUNHA, Maria Clementina Pereira. “Ecos da folia: Uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920”. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

3.2.2 - Congresso dos Furrecas / Clube dos Furrecas²⁹⁴

O Congresso dos Furrecas²⁹⁵ é uma sociedade voltada inteiramente para o carnaval. Fica evidente isso porque o estatuto fala a maior parte do tempo de como o grupo vai se organizar para o carnaval. Tendo novamente a influência estética baseada em “ranchos” do centro, semelhante ao Netinhos de Vovó. Como já discutimos a importância da representação do nome para as sociedades recreativas, ressaltamos que a palavra “congresso” no nome não é uma escolha deliberada ou aleatória. O nome congresso vem de uma sociedade carnavalesca do século XIX, o Congresso das Sumidades, sendo modelo inspirador para outras para as grandes sociedades²⁹⁶. A escolha do nome demonstra a inspiração e a ênfase para atividade carnavalesca do Congresso dos Furrecas. Os furrecas seriam uma das sociedades mais populares de Santa Cruz. O C.F. foi fundado em 19 de julho de 1919²⁹⁷. Essas duas sociedades agregariam maior número de pessoas para festejar a folia, coisa levada muito a sério pelos Furrecas. Fica claro quando percebemos que a sociedade ganhou concursos organizados por jornais através de votos²⁹⁸. O C.F. está inserido na rede de clientela do político e mandão local, tanto que prestou homenagem na morte do senador Otacílio Camará não desfilando no carnaval de 1921²⁹⁹, a sede do grupo era na Rua Senador Camará³⁰⁰, não sendo mera coincidência este nome da rua, percebe-se a influência do político, antes a sede era na Rua do Comércio n.23, não sabemos se mudaram ou o nome do logradouro foi alterado. Os Furrecas

²⁹⁴ A variação do nome “furrecas” ou “clube”, é feita em épocas diferentes. Inicialmente era “furrecas”, depois o nome é trocado posteriormente na década de 1960 para “clube”. Não é possível saber com certeza o que motivou a mudança do nome. Uma hipótese é que tenha se tornado comum a denominação de “clubes” para as sociedades recreativas de Santa Cruz, assim o Congresso dos Furrecas teria adotado tal denominação comum. O grupo mantém identidade através do nome “furrecas”. Cf.: NOPH – Eco Museu de Santa Cruz (Brasil). Panfleto do Clube. Caixa do Acervo de Culturas e Festas, 1960.

²⁹⁵ Segundo Dicionário Michaelis, o termo Furreca é “Insignificante, apoucado, mixo”. Cf.: MICHAELIS: moderno dicionário da língua portuguesa. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1998- (Dicionários Michaelis). 2259p.

²⁹⁶ Referimo-nos aos Tenentes do Diabo, Clube dos Democratas e Clube dos Fenianos. Cf.: PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. O Carnaval das Letras: literatura e folia no Rio de Janeiro do século XIX. Editora da UNICAMP, 2004.

²⁹⁷ ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Secretaria de polícia do Distrito Federal. Fundo, BOLIER Codex IJ694. Rio de Janeiro, 1918.

²⁹⁸ O Campeão do Carnaval, p.8. O País, 31/03/1923.

²⁹⁹ A importância de Camará era tanta que uma sociedade cujo fim era desfilando no carnaval se recolheu para homenagear o mandão. Congresso dos Furrecas de Santa Cruz, p.6. O País, 29/12/1920.

³⁰⁰ Pelos Clubes, p.11. O Jornal, 19/12/1922.

também costumavam comemorar seus aniversários de fundação com grandes bailes, acompanhamos notícias até o baile do décimo primeiro ano de fundação no ano de 1930 ³⁰¹, isso demonstra certa estabilidade no grupo e nas suas atividades carnavalescas e internas.

Chama atenção a estabilidade dos fundadores na diretoria, notamos que isso não acontece nas outras sociedades. Nos furrecas a dupla quase sempre presente em cargos de direção é Frederico Leal e Manoel Acilyno de Oliveira. Frederico Leal era capitão do exército, esteve em sucessivas direções até 1930, em diversos cargos e sendo considerado pela imprensa “o braço forte” do grupo ³⁰². Frederico já tinha feito parte da experiência associativa em Santa Cruz, já tinha sido membro da Sociedade Musical Francisco Braga ³⁰³, isso o inseria na rede clientelar de Otacílio Camará. Afinal, o mandão era um dos patrocinadores de seu grupo.



Figura 6 – O Malho, 5/02/1927. Caricatura de Frederico Leal, o diretor que acima analisamos e patrocinador do Congresso.

³⁰¹Congresso dos Furrecas, p.14. O País, 09/01/1926.

³⁰²Congresso dos Furrecas, p.30. O Malho, 5/02/1927.

³⁰³Idem.

Quando nos referimos a Acilyno, remetemos ao pai. Manoel Acilyno de Oliveira³⁰⁴, outro membro regular do era Evodio Acilyno de Oliveira³⁰⁵, filho de Manoel Acilyno de Oliveira, não foi possível saber em que Acilyno trabalhava, sabemos apenas que ele atuava com bandas desde 1909³⁰⁶, executando retratas junto com bandas como da Sociedade Musical Francisco Braga e Ginásio Musical 24 de Fevereiro, o fato de estar referenciado muitas vezes no jornal dos Pimentel nos mostra que Acilyno possivelmente teria ligações com esses oligarcas e seus projetos políticos. Afinal, nada se associa ou se move em Santa Cruz sem ter alguma forma de ligação com essa oligarquia local. Ao fundar o furrecas Acilyno já teria participado de outras sociedades de Santa Cruz.

O C.F. teria tido um perfil de sócios bem diversos, nessa sociedade parece caber um político como o senhor Camará e um trabalhador com emprego inseguro, como reza o estatuto furrequiiano: “em caso de perda do emprego o sócio estará isento das mensalidades”³⁰⁷ de dois mil reis, o dobro das acessíveis mensalidades dos Netinhos de Vovó. Um trabalhador que perde o emprego possivelmente era alguém pouco abastado e não teria negócio próprio. Não nos esqueçamos das hierarquias internas que não faltam nas sociedades, talvez um pouco abastado não seria agraciado com título de benemérito, sobrando contentar-se em ser regular e frequentar as atividades ou ser honorário por algum “grande serviço ter prestado” ao grupo³⁰⁸. O senhor Camará deveria ter um título de benemérito (como na S.M.F.B.), há Acilyno e Leal era assegurado o título de fundador³⁰⁹.

³⁰⁴ Suspeitamos da ligação de Manoel com políticos locais, especialmente com família de mandões, os Pimentel. Não achamos evidência suficiente para comprovar tal ligação, o que sabemos é que Manoel era frequentemente chamado para ser mesário, como ocorreu nas eleições municipais de 1918. Seção 1. P.158. Diário Oficial da União, 16/01/1918. Segundo Victor Nunes Leal os mesários eram nomeados pelo presidente da Câmara Municipal, quatro para cada distrito, o que só reforça nossa suspeita para a ligação com políticos. Cf.: LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, Enxada e Voto. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

³⁰⁵ Evodio era operário e residente em Santa Cruz. Seção 3. P.210. Diário Oficial da União, 20/09/1925.

³⁰⁶ O Santacruzense, 3/01/1909, 4/03/1909 e 15/05/1909.

³⁰⁷ ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Secretaria de Polícia do Distrito Federal. Fundo, BOLIER Codex IJ694. Rio de Janeiro, 1918.

³⁰⁸ Idem.

³⁰⁹ Em Santa Cruz não haverá festa alguma. O jornal, p. 7. 29/01/1921.

Afinal o deputado Camará era um dos maiores financiadores do C.F. e de outros grupos. Sendo este benemérito dos Furrecas, por doar altas quantias para o clube, como percebemos abaixo. Discutiremos a frente um pouco mais sobre a questão.

Em Santa Cruz não haverá festa alguma!

A morte do senador Otacílio Camará entristeceu muito os moradores de Santa Cruz, mesmo seus adversários políticos e por esse motivo, não haverá próstitos nem festas naquele longínquo subúrbio, que é um dos mais carnavalescos e para onde foi meu primeiro dia consagrada Momo. O Congresso dos Furrecas deliberou sumariamente não fazer carnaval este ano e os democráticos, resolveram depois de reunidos em assembleia, acompanhará que a agremiação na demonstração de prezar pela passagem do esforçado político. (...) Conforme unanimemente desenho, foi um dos maiores contribuintes nos auxílios solicitados pelas suas cidades carnavalescas, o que fazia com que com grande boa vontade e com fito de ir à população em Santa Cruz tomar parte com destaque na solenidade do deus da folia.³¹⁰

O grupo se financiava com as mensalidades e joias – valor de 2 mil reis e 3 mil reis de joia –³¹¹, também deveria receber doações de seus associados beneméritos e subsídios da prefeitura de 400 mil reis³¹².

Mas afinal, que teriam sido as principais atividades dos furrecas? A resposta é simples, carnavalescas! Quantos as atividades, além dos bailes e grupos internos que seriam facultativos, segundo o estatuto do grupo, os desfiles no carnaval essa era principal atividade dos furrecas. Por vezes, os grupos internos proviam bailes. Os grupos internos parecem influenciar nas disputas pela direção da sociedade:

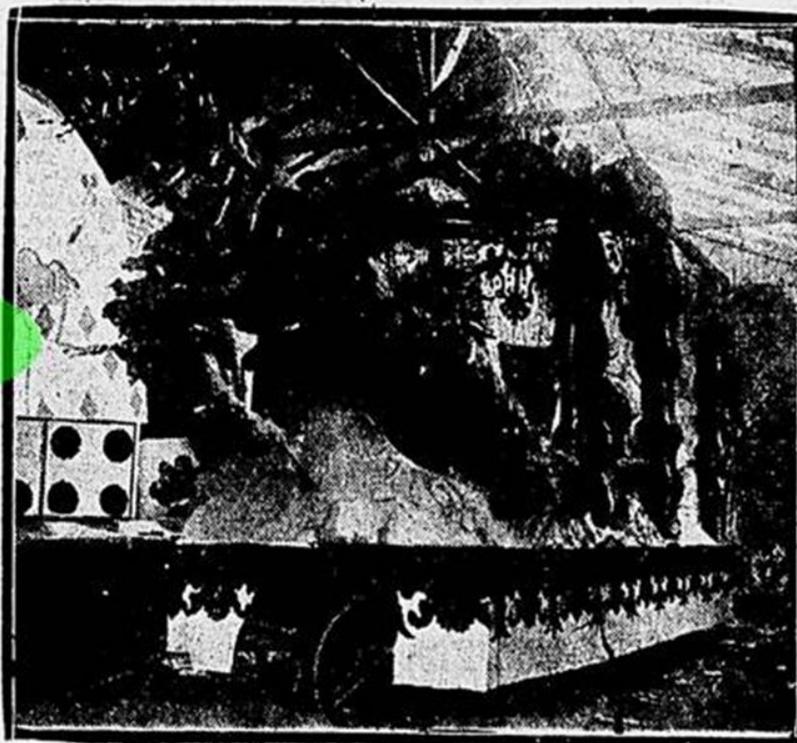
Congresso dos Furrecas promovido pelo grupo de peso, realizar sim, hoje, 11 do corrente na sede da veterana sociedade Santacruzense, uma grande festa que constará de sessão solene da posse da nova diretoria do grupo e uma preleção do professor Luís Loureiro, sobre a data de comemoração da Batalha da ilha do Riachuelo. Finalizar a festa, animado baile tocará a excelente jazz-band.³¹³

³¹⁰Idem.

³¹¹ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Secretaria de polícia do Distrito Federal. Fundo, BOLIER Codex IJ694. Rio de Janeiro, 1918.

³¹²A Manhã, 11/06/1927

³¹³Idem.



O carro chefe do "Congresso dos Furrecas" — "Templo Furrilulano", tirado no barracão pelo nosso photographo

Figura 7 – O Diário, 26/01/1922.

Os furrecas tinham uma infraestrutura imensa para construir suas alegorias para o desfile, no estatuto encontramos a possibilidade de construir um barracão ³¹⁴, projeto que foi completado com a obtenção da sede própria. Possivelmente pessoas trabalhariam durante um longo período para construir alegorias do clube, além de um grande número de pessoas ajudando nos desfiles. A sociedade se organizava com barracões, infraestruturas e estrutural organizacional parecida com sociedades como Ameno Resedá.

Os furrecas tinham uma organização interna que contava com muitas comissões – como Comissão de Barracão, comissão de tração, comissão de críticas e previsão —³¹⁵, inclusive um cenógrafo português de nome Miguel Billota³¹⁶, eleito depois benemérito do grupo ³¹⁷. A ocupação de Billota não é conhecida porém temos a ideia de que ele mantinha atividades dramáticas e artísticas³¹⁸. O grupo teria o que hoje entendemos por “carnavalesco” na figura Billota.

³¹⁴ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Secretaria de polícia do Distrito Federal. Fundo, BOLIER Codex IJ694. Rio de Janeiro, 1918.

³¹⁵ A Manhã, 2 de fevereiro de 1927.

³¹⁶ Sabe-se que Bilota era imigrante português, além do Congresso dos Furrecas ele desempenhava atividades de coreógrafo em outras sociedades, consta notícia no jornal do Brasil, uma de caráter étnico Clube Ginásio Português. Cf.: JB,28/08/1926.

³¹⁷Congresso dos Furrecas, p. 10. O Imparcial, 27/01/1929.

³¹⁸ A Rua,12/04/1927.



Figura 8 – A Manhã, 01/01/1927.

3.2.3 - Clube Democráticos de Santa Cruz

Fundado em 1913, o clube possivelmente foi inspirado no tradicional Clube dos Democráticos. “Número limitado de membros”, assim diz o estatuto do Clube Democráticos de Santa Cruz, tal como na Inglaterra³¹⁹, notamos a forte tendência à busca da expansão do número de sócios. Muito embora, as maiorias das sociedades explicitassem em seus estatutos, que a forma de ingresso é feita por convite³²⁰, como também já discutimos o desejo de só ingressar na sociedade quem era reconhecido como membro cidadão, ou seja, aquele reconhecido pelo grupo. O desejo de expansão

³¹⁹ O autor indica que sindicato Sociedade Londrina de Correspondência de carteiros também possuía tal dizer em seus estatutos, afastemos comparações quanto composição social ou mesmo atividades das sociedades. Queremos apenas indicar o desejo de expansão comum há muitas sociedades. Cf.; THOMPSON, Edward. Palmer. A Formação da Classe Operária Inglesa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. P.15.

³²⁰Elas possivelmente usavam do artifício do convite, não só para escapar da recusa de licença para funcionar, mas também para afastarem indesejados.

do número de associados cada vez maior era natural³²¹, porque quanto mais se expandiam as sociedades: mais prestígios adquiriam mais dinheiro arrecadavam e mais atividades faziam.

Outro fator que difere esta sociedade é o carácter das atividades realizadas. Ela propõe em seus estatutos que sejam carnavalescas e internas. As internas seriam bailes realizados por associados, baile de aniversário, baile de datas comemorativas (1º. de maio, Corpus Christi e Natal). A comemoração do dia do trabalhador em 1º. de maio, explícita no estatuto chama atenção, nenhum dos estatutos das sociedades estudadas continham essa ênfase. Mais interessante ainda é estar explícito no estatuto que um dos temas relevantes para os Democráticos é o que chamam de “assuntos operários”³²². O estatuto também indica que boa parte dos sócios do grupo eram letrados, afinal como vemos abaixo, ocorreriam “conferências literárias”. Outra ênfase da importância da atividade carnavalesca do grupo é ter um cargo chamado 1º e 2º diretores de sala algo bastante similar aos mestres de cerimônia, além de agregarem a função de mediadores de conflitos internos na comissão de “polícia composta” por sócios³²³.

Tendo por fim cooperar para engrandecimento intelectual e social desta localidade, promovendo festejos carnavalescos, na época própria do carnaval, bailes, conferências literárias, científicas, operárias, piqueniques, em caso de calamidade no país ou no estrangeiro oferecer certa [...] de filantrópica nos limites de suas forças.³²⁴

Não há como saber se seriam assuntos sindicais ligados a militância. Provavelmente não, porque o estatuto diz serem proibidas discussões políticas no grupo. Se era não explicitariam no estatuto submetido a polícia, com o risco de não aprovação. Essa informação nos indica que haveria operários associados ao clube — em um número significativo de associados talvez —, um dos fundadores dos Democráticos era Manoel Felipe Thiago, condutor da E.C.F.B. (Estrada de Ferro Central do Brasil).

³²¹Vemos que a sociedade tem esse desejo, pois a estrutura interna era mais burocrática que em outros grupos que estudamos. Referimo-nos ao controle financeiro, como obrigatoriedade da apresentação dos balancetes em assembleia de sócios, os secretários deveriam guardar as notas fiscais e apresentá-las no balancete, dentre outros dispositivos notados estatuto. O que dá uma ideia de que a sociedade buscava a construção de uma grande estrutura.

³²²ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Secretaria de polícia do Distrito Federal. Fundo, GIF Codex 6C366. Rio de Janeiro. 1913.

³²³Idem.

³²⁴Idem.

Gláucia Cristina nos mostra vários casos de luta cotidiana dos trabalhadores da E.F.C.B. em busca de melhores condições de trabalho. Os funcionários da Central do Brasil tinham um status privilegiado na classe operária, mesmo com as diferenças internas de salários e hierarquias de cargos, não gozando talvez de um salário tão maior que outras categorias, em alguns casos. Gozavam de grande barganha com poder público, o que permitiu que conquistassem muitos direitos antes da maioria do operariado, como por exemplo, uma caixa de aposentadoria 40 anos antes da lei que tornaria obrigatória entre ferroviários em 1923³²⁵. Embora, conhecidos como morigerados, os funcionários da Central do Brasil também estavam envolvidos nas lutas e negociações cotidianas do movimento operário. O fato de se tratar de um serviço essencial para economia do país, permitia maior negociação dos operários em busca de melhores condições de trabalho. Por outro lado, o governo construindo a imagem de trabalhador morigerado evita revoltas. Mesmo envolvidas em medidas paternalistas, o que não afezreceu a luta desses operários³²⁶.

É possível afirmar, que outros trabalhadores membros do Clube dos Democráticos, poderiam trabalhar na E.F.C.B, mesmo morar nas imediações no clube. Afinal, Santa Cruz tinha uma estação ferroviária controlada pela companhia. O condutor (cargo de Manoel) da companhia ganharia o suficiente para pagar a mensalidade do clube, a saber 13\$300³²⁷. Quando estatuto do clube fala em “assuntos operários”, poderia referir-se a membros operários da companhia (que se conheciam no trabalho e se associavam no clube), e principalmente a uma cultura operária que esses membros tinham, embora o estatuto faça questão de afastar assuntos políticos³²⁸.

Mesmo não tendo sido possível ter acesso à lista de sócios do clube, apenas a uns poucos membros fundadores, nele não aparenta ter nenhum militante operário em seus quadros. O que torna essa hipótese viável? O fato de a polícia ter aprovado licença aos Democráticos, ao menos a autoridade policial não achou nada que fosse contrário ao grupo. Como sabemos a polícia

325 FRACCARO, Gláucia Cristina Candian. “Morigerados e Revoltados: trabalho e organização de ferroviários na Central do Brasil e na Leopoldina (1889-1920)”. Dissertação de Mestrado em História, Programa de Pós-graduação História Social. Unicamp. São Paulo, 2008.

326 Idem. P.31.

327 Idem. P.105.

328 ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Secretaria de polícia do Distrito Federal. Fundo, GIFÍ Codex 6C366. Rio de Janeiro. 1913.

frequentemente barrava sociedades com trabalhadores envolvidos com militância operária ³²⁹. O delegado local (do 27º Distrito Policial) de Santa Cruz não fez nenhuma objeção ao grupo, o mesmo fez o inspetor policial: “cabe informar de que [...] é composta por pessoas idôneas, assim como a diretoria.” ³³⁰

A mensalidade do grupo era de 1 mil reis e joia de 5 mil reis³³¹, um valor comparável a outras sociedades (como Rancho Carnavalesco Netinhos de Vovó e Rancho Macaco é Outro) e com um valor barato, portanto acessível a populares. O que também não quer dizer que qualquer um poderia ter acesso ao quadro de sócios dos Democráticos, a seleção era bem rigorosa, como a maioria das sociedades, pedia um convite de um membro quite e ser aprovado pela diretoria. Ser reconhecido “cidadão entre iguais³³²” (no gozo dos direitos), levada à proposta a votação em assembleia, o ingresso só é possível com a maioria positiva dos votos. A hierarquia entre os sócios seria apenas simbólica e política, já que todos os associados votavam e podiam ser votados. O diferencial seria que sócios beneméritos é que doam quantias de 300\$000 reis³³³, valor alto, pois é valor máximo no caixa do clube (fora do banco) e trezentas vezes a mensalidade. Outra fonte de renda do clube é o aluguel do salão para a realização de eventos dos sócios ³³⁴.

Urge também mostrar como era importante a busca por união e cumplicidade no seio dessa sociedade, está implícito no estatuto quando dá incentivo e prevê a formação de grupos internos e “piqueniques familiares” ³³⁵, o que também demonstra uma busca por identidade comum no grupo. Identidade no sentido grupo identificar-se, com características idênticas em comum, reconhecer-se no outro semelhante. Como já discutimos essa colocação ainda é mais reforçada quando está no estatuto de que no outro é reconhecida a cidadania, ou seja, “no gozo dos direitos” há uma procura por formação identitária. Também o fato do estatuto proibir a mudança de local para fora do Curato

³²⁹ ARANTES, Erica Bastos. “O Porto Negro: trabalho, cultura e associativismo dos trabalhadores portuários no Rio de Janeiro na virada do XIX para o XX”. Tese de Doutorado em História, Niterói, Programa de Pós-Graduação em História Social, UFF, 2010. P.165.

³³⁰ ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Secretaria de polícia do Distrito Federal. Fundo, GIFÍ Codex 6C366. Rio de Janeiro, 1913.

³³¹ Idem

³³² Já discutimos abundantemente a questão de estar no “gozo dos direitos”, o estatuto reforça ainda mais quando restringe a entrada somente a pessoas com a maioria e com “posição social definida”.

³³³ Discutiremos a frente o peso político dessas doações nas sociedades.

³³⁴ ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Secretaria de polícia do Distrito Federal. Fundo, GIFÍ Codex 6C366. Rio de Janeiro, 1913.

³³⁵ Idem.

de Santa Cruz reforça ainda mais a ideia de uma busca por identificação comum. Esse também era um grupo patrocinado por Camará.³³⁶

3.2.4 - Clube Progressistas de Santa Cruz

Esse clube também fundado em 1913 tem a ênfase na atividade carnavalesca e sua principal atividade é o desfile, embora realize bailes internos. Os Progressistas também possuíam desejo de expansão, pois seu estatuto também tem números de ilimitados sócios (inclusive quem frequentar o clube por três vezes recebe um convite)³³⁷, o ingresso também é feito por indicação de associados quites. A mensalidade dessa sociedade como as outras com ênfase carnavalesca (exceto o Congresso dos Furrecas) era de 1 mil reis³³⁸, valor acessível e barato (comparável ao Rancho Macaco é Outro, como já discutimos). O clube também se preocupava com imagem externa e na manutenção da interna, assim como os outros clubes carnavalescos. Não aparenta haver grande hierarquia entre os sócios, já que o voto é secreto e todos (associados) poderiam votar³³⁹. Há uma distinção para o título de benemérito por doação ou nomeação, mas sem nenhum grande privilégio administrativo.

O clube também busca prestar uma forma de auxílio mutuo entre os associados, não apenas homenageando com hasteamento da bandeira em caso de falecimento do sócio, também promovendo rateio para auxílio-funeral a família. Essa informação ajuda a compreender a busca por união entre os associados, o que como já discutimos em outros grupos, leva ao processo de formação de uma identidade comum ao grupo por tentar estreitar os laços entre os membros. Victor Andrade Villon também era associado do clube carnavalesco progressistas de Santa Cruz, sendo diretor³⁴⁰. Outro grupo patrocinado por Camará.³⁴¹

³³⁶ Pelos Clubes, p.11. O Jornal, 19/12/1922.

³³⁷ ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Secretaria de Polícia do Distrito Federal. Fundo, GIFÍ Codex 6C366. Rio de Janeiro, 1913.

³³⁸ Idem.

³³⁹ Idem.

³⁴⁰ JB, 27/01/1927.

³⁴¹ Pelos Clubes, p.11. O Jornal, 19/12/1922.

3.3- Redes de clientela e ligações com mandões locais

Como percebemos nas sociedades estudadas acima, boa parte de seus associados é ligado a um potentado político local. Mas o porquê dessas ligações? Não é simples responder, mas tudo indica que é por ajuda financeira e por status e benesses com a oligarquia. Pelo auxílio financeiro como percebemos em certa reportagem em homenagem a morte como benemérito dos: Clube Progressistas, Clube Democráticos de Santa Cruz, Congresso dos Furrecas ³⁴². A Sociedade Musical Francisco Braga também fazia eventos em homenagem a Camará³⁴³.

Embora, como já evidenciamos acima, parte dos membros do Ginásio Musical 24 de Fevereiro tendia a ter fortes ligações Honório Pimentel, referimo-nos em específico a Tancredo Guerra Pires, membros do ginásio, e de sua direção, como já discutimos. Ele inclusive sendo réu no processo dos assassinatos no pleito eleitoral, na disputa entre Camará e Pimentel. Outro membro também ligado a políticos como discutiremos era Victor Villon que mantinha relação com Júlio Cesário de Melo, embora em período posterior ao assassinato e disputa discutidos.

Mas como as sociedades, em específico a Sociedade Musical Francisco Braga e o Ginásio Musical 24 de Fevereiro se posicionaram perante a disputa de oligarquias no período do assassinato? Provas diretas não há, mesmo pronunciamentos oficiais das duas sociedades. Afinal, nenhuma sociedade gostaria de ter inimigos declarados dentro dessa s oligarquias. O que há são indícios que levam a crer que a S.M.F.B., tenderia se posicionar do lado de Camará, enquanto o G.M. 24 de Fevereiro se posicionaria favor de Pimentel e Tancredo Guerra Pires. Tancredo Guerra Pires tinha muita influência na sociedade fundada seu tio (nos referimos Felipe Cardoso Pires). Não é possível afirmar que Pimentel era associado do Ginásio, não tivemos acesso à lista de sócios. No caso da outra sociedade a S.M.F.B., quem foi um dos assassinados fundadores Ernesto Pinho (aliás, o primeiro assinar a lista de sócios, que se teve acesso). No dia da data de falecimento de

342Pelos Clubes, p.11. O Jornal, 19/12/1922.

343 O Século, 9/02/1909.

Ernesto a sociedade hasteava a bandeira em homenagem a ele, foi o idealizador da sociedade³⁴⁴. Já se disse que no morte de Camará a bandeira também era hasteada na S.M.F.B.³⁴⁵

Das três principais sociedades carnavalescas de Santa Cruz no final da década de 1910, Camará poderia ser apenas um entusiasta. Mas seria difícil esse poderoso político que tinha forte base eleitoral em Santa Cruz e adjacências ser apenas um entusiasta. Camará residiu em Santa Cruz e tinha interesses no bairro. É aventada uma rede de clientelagem e a procura por Camará, numa espécie de barganha assimétrica. Segundo o Dicionário de verbetes da primeira República sobre Camará:

Transferindo-se para o Rio de Janeiro, então capital do Império, formou-se pela Faculdade de Medicina e também pela Faculdade de Direito. Fixou residência no bairro de Santa Cruz, onde passou a atuar como médico e advogado e conquistou grande influência política. Iniciou uma forte campanha contra o grupo político liderado pelo senador Augusto de Vasconcelos, que dominava o Rio de Janeiro.

Nas eleições de 31 de janeiro de 1915 foi eleito deputado federal pelo Distrito Federal. Assumindo sua cadeira na Câmara dos Deputados em maio desse ano, exerceu o mandato até 31 de dezembro de 1917. Reeito para a legislatura seguinte, permaneceu na Câmara até 1919. Foi então eleito para o Senado, e aí ocupou uma cadeira até 1920, quando faleceu. Como parlamentar, trouxe verbas para os bairros da Zona Oeste do Rio de Janeiro, favorecendo o desenvolvimento urbano do subúrbio carioca.³⁴⁶

Camará teria total interesse em se aproximar de sociedades, pois o carnaval poderia ser um evento divulgador e uma forma de se promover politicamente, conquistar votos de um grupo letrado que votava e compunha muitas direções dessas sociedades como mostramos nas discussões acima. As sociedades recebiam dinheiro e apoio do político, além de favores em outras instâncias da vida.

³⁴⁴ Segundo um documento escrito pela própria sociedade contando sua história Ernesto de Pinho é apresentado como idealizador. A importância simbólica dele é ressaltada. Cf.: NOPH – Eco Museu de Santa Cruz (Brasil). Estatuto da Sociedade Musical Francisco Braga. Caixa do Acervo de Culturas e Festas, 1950.

³⁴⁵ NOPH – Eco Museu de Santa Cruz (Brasil). Estatuto da Sociedade Musical Francisco Braga. Caixa do Acervo de Culturas e Festas, 1950.

³⁴⁶ Dicionário de verbetes da Primeira República. Rio de Janeiro: FGV, 2009. P. 5. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/CAMAR%C3%81,%20Otac%C3%ADlio%20de%20Carvalho.pdf>>. Acesso em 22 de junho de 2015.

Mas era Camará, o único político que tinha rede de clientela com membros de sociedades?³⁴⁷ Talvez com mais evidências que pudemos analisar e com mais provas empíricas. Suspeitamos que como já se discutiu aqui, que a família Pimentel e Júlio Cesário de Melo também tivessem. Nesse caso as frequentes reportagens no jornal O Santacruzense de Oscar Pimentel dando ampla cobertura a Sociedade Musical Francisco Braga e o Ginásio Musical 24 de Fevereiro, não são sem motivos ou aleatórios. Alguns dos associados da Sociedade Musical Francisco Braga principalmente poderiam ter teriam ligações com Honório Pimentel e seu filho Oscar Pimentel, como tinham com Camará. Embora, não possamos comprovar vínculo direto dos Pimentel com as sociedades — Sociedade Musical Francisco Braga e o Ginásio Musical 24 de Fevereiro e as outras—, é apenas uma possibilidade sugerida pela ligação do jornal com as sociedades e membros em eventos da família mandões. Mesmo os cumprimentos cordiais a Ernesto Pinho secretário da Sociedade Musical Francisco Braga e membro do Ginásio Musical 24 de Fevereiro, demonstram que haveria alguma relação de respeito mútuo³⁴⁸. Não sabemos se algum dos Pimentel era associado alguma sociedade. Talvez os motivos tivessem sido parecidos com o apoio de Camará, ainda mais em 1909, quando Honório Pimentel estava envolvido na campanha para ser eleito intendente Municipal.

A influência de Pimentel no poder municipal chegou a ser tanta que Santa Cruz foi um dos poucos subúrbios a ter uma usina própria de geração de energia, conhecida como “Usina do Matadouro”³⁴⁹. O fato de Santa Cruz ter uma usina própria por si, não é tão relevante, pois o matadouro municipal recebeu iluminação desde 1889. O que o torna relevante para nossa análise é que os subúrbios normalmente eram tidos como precários pela maioria da imprensa, justamente num subúrbio distante do centro, recebeu essa benesse em detrimento de outros. Graças à influência desse político na municipalidade (e troca de favores) e também sua capacidade de autopromoção na localidade.

Notam-se essas barganhas com Victor Villon que foi nomeado chefe administrador do Matadouro Municipal, uma reportagem do jornal Correio da Manhã deixa bem clara as relações de

³⁴⁷ Exceção de Felipe Cardoso Pires fundador do G.M. 24 de Fevereiro, mas que não é um foco direito do período estudado.

³⁴⁸ O Santacruzense, 3/01/1909.

³⁴⁹ FREITAS, Benedicto. Santa Cruz. “O Matadouro de Santa Cruz (cem anos a serviço da comunidade)”. Rio de Janeiro: 1977. P.47.

clientelismo existentes em Santa Cruz, sabe-se Villon foi membro de várias sociedades como analisamos acima. Frederico Leal e Vitor Villon também eram sócios em uma mesma companhia, essa empresa passou a anunciar no Santacruzense³⁵⁰. A notícia se refere ao mandão local Júlio Cesário de Melo³⁵¹, muito embora o nome de Cesário de Melo não seja referido nas fontes relativas às sociedades³⁵². Lembramos que no conflito estudado (entre Camará e Pimentel) Cesário se posicionou contra Pimentel e Guerra Pires. É possível que Cesário de Melo talvez tenha sido mecenas e benemérito de alguma³⁵³. O político foi deputado federal pela então capital. Segundo guia de política da primeira República da FGV:

Júlio Cesário de Melo nasceu em Recife no dia 6 de setembro de 1876, filho de José Cesário de Melo e de Vicentina de Paula Cesário de Melo. Depois de formado em medicina, exerceu mandatos de deputado federal pelo Distrito Federal de novembro de 1924 a dezembro de 1926 e de maio a outubro de 1930, quando a revolução vitoriosa naquele mês levou à dissolução dos órgãos legislativos do país. Filiado ao Partido Autonomista do Distrito Federal, em fevereiro de 1935 elegeu-se senador pelo voto dos deputados constituintes cariocas. Empossado em maio de 1935 para a legislatura que findaria em 1942, exerceu o mandato apenas até novembro de 1937, data da implantação do Estado Novo, que mais uma vez dissolveu os órgãos legislativos no país.³⁵⁴

A ligação entre Villon e Cesário de Melo fica mais clara quando lemos a notícia abaixo. A época o político era deputado federal em 1926, Cesário teria acabado de ser reeleito para uma nova legislatura que se estenderia até a Revolução de 30. A reportagem acusa Villon de não ter se naturalizado, tendo conseguido sua nomeação através de favores eleitorais.

Está mais ou menos explicado o silêncio do senhor Cesário de Melo, na Câmara, onde por algum tempo o político de Santa Cruz e adjacências justificou, pela sua (...). A impressão de que haviam conferido o encargo de orientar a maioria. Esse representante do distrito não tem falado por achar-se muito ocupado com os interesses de sua clientela eleitoral. Agora, por exemplo, o senhor Cesário fez uma excelente conquista: conseguiu nomeação de um seu eleitor, sem embargo de estrangeiro, para o cargo de administrador do matadouro municipal. Colocou-se ali, segundo uma reportagem de a tribuna, para satisfazer os negócios eleitorais do senhor Cesário de Melo, se o cidadão Vitor André

³⁵⁰ O Santacruzense, 7/01/1909.

³⁵¹ Correio da Manhã, 07/07/1926.

³⁵² Não com tanta abundância em relação aos outros mandões, esse era membro da S.M.F.B. Cf.: NOPH – Eco Museu de Santa Cruz (Brasil). Lista de sócios da Sociedade Musical Francisco Braga. Caixa do Acervo de Culturas e Festas, 1950.

³⁵³ Na Sociedade Musical Francisco Braga era sócio comum. Idem.

³⁵⁴ Dicionário de verbetes da Primeira República. Rio de Janeiro: FGV, 2009. P. 5. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/MELO,%20Ces%C3%A1rio%20de.pdf>>. Acesso em 22 de junho de 2015.

Villon, que afirma, por não haver sequer ingressado na comunhão Nacional por meio de uma carta de naturalização, de fácil aquisição. Mas tudo isso não tem importância. São formalidades dispensáveis, desde que a política assim determine.³⁵⁵

O matadouro era principal instituição dessa esfera de poder na zona oeste rural da capital federal³⁵⁶. Não é de se estranhar que no caso de Victor Villon acima relatado seja realmente uma retribuição ao serviço eleitoral prestado a Cesário de Melo.

Essas relações de clientelagem são possíveis graças a troca de favores na esfera municipal, como crítica e denuncia a notícia.

Outro caso, que aponta a existência do vínculo de Villon com Cesário de Melo é a fundação de um jornal local chamado O triângulo³⁵⁷. Pouco se sabe sobre esse o periódico, exceto as felicitações de O País. Pela experiência já muito discutida nessa dissertação sobre o periodismo suburbano, principalmente em O Santacruzense, acredita-se que a oligarquia teria objetivos eleitorais e de perpetuação no poder com esse periódico. Consta na ata o nome de Victor Villon e Cesário de Melo.

O triângulo em reunião de assembleia Geral, realizada no dia 31 de março do findo, está sociedade anônima “o triângulo”. Ficou resolvido a publicação de bissemanal do nosso colega O triângulo. Felicitamos com muito prazer seu distinto diretor, nosso colega doutor Norberto dos Santos, pela vitória alcançada pelo grande passo dado como imprensa suburbana, e produto de esforço e distinção. Na mesma assembleia Geral ficou constando em ata um voto de louvor, que proferia a diretoria, pelo acertou as contas apresentadas ao Conselho Fiscal, pela maneira criteriosa e brilhante porque desempenhava suas funções.³⁵⁸

Uma reportagem que demonstrar a ligação e dependência, de Villon em relação a Cesário de Melo. É a presença de Victor na recepção do presidente Washington Luís em Santa Cruz, ao lado de Cesário³⁵⁹.

Outra prova do envolvimento de Victor com a oligarquia de Santa Cruz, é feita no periódico A manhã. A reportagem onde Victor citado, faz uma violenta crítica Arthur Bernardes, apontando nome de Victor com um dos apoiadores do governo de Bernardes. A família Câncio

³⁵⁵Correio da Manhã, 07/07/1926.

³⁵⁶ FREIRE, Américo Oscar Guichard. “Uma capital para a República: poder federal e forças políticas locais no Rio de Janeiro na virada para o século XX”. Rio de Janeiro: Revan, 2015.

³⁵⁷ Não foi possível a consulta ao periódico, ele não foi preservado no acervo da Biblioteca Nacional.

³⁵⁸ O País, 14/04/1930

³⁵⁹ A Noite, 14/11/1926.

Pontes é uma outra poderosa família de Santa Cruz, assim como a família Cardoso Pires. Ligada à elite política do matadouro, envolvida também na disputa de poder é na colaboração com os Cardoso Pires, também com Honório Pimentel. Essa família esteve sempre ligada ao Ginásio Musical 24 de Fevereiro. Novamente, temos o Matadouro Municipal como centro das disputas políticas locais. Segundo periódico:

Opressão em Santa Cruz

Quem ler o manifesto mendismo está contra Seabra, encontrará estes nomes: Francisco Cândia Pontes³⁶⁰, Victor André Villon e Lydio Lopes. O primeiro é vegetariano, o segundo é o administrador e o terceiro é o chefe da Ronda. Tudo matadouro de Santa Cruz. Ora, com a chefe da frente esses outros de serviço, inaugurou o Mendismo a opressão aos operários com este lema: —ou vota contra Seabra ou vai para rua! Centenas de operários sofreram assim o horror dos quadros da política, sem liberdade de voto, porque, Victor André Villon, seus sequazes estão ali para cumprir as ordens dos subornadores dos mistificadores na verdade eleitoral.³⁶¹

Para as sociedades e seus membros o apoio do político, além de trazer obras públicas de interesse de alguns³⁶² membros. Facilitava a aprovação pela polícia ao construir uma representação sobre si positiva, pois ter políticos como beneméritos afasta a visão pela polícia de uma sociedade desordeira, com bebedeiras, bailes que virassem a noite ou “ofendiam a moral”. Doações altas beneméritas eram em comuns, em sociedade fundadas por trabalhadores como por exemplo algumas na Gávea, as doações também eram praticadas³⁶³. Os valores também variavam em torno de 500\$000 rs— valor até mais alto do que alguns clubes de Santa Cruz como Democráticos de Santa Cruz—. Percebe-se assim que não era exclusividade das sociedades de Santa Cruz a prática da inclusão de sócios beneméritos nos quadros sócias.

³⁶⁰ Cf.: PEDROZA, Manoela da Silva.; TAVARES, Juliana Cavalcanti. As querelas entre marchantes e políticos em torno da carne verde (Matadouro Público de Santa Cruz, 1872-1889). In: ENGEMANN, Carlos.; AMANTINO, Márcia. (Org.). “Santa Cruz: de legado dos jesuítas à pérola da coroa”. Rio de Janeiro: Editora d UERJ, 2013: 315-349.

³⁶¹ A manhã, Ano III, N. 468.

³⁶² Percebemos essa relação quando o Jornal Santacruzense de Oscar Pimentel, cobra da prefeitura, obras de construção de um coreto e praça pública para a Sociedade Musical Francisco Braga e Ginásio Musical 24 de Fevereiro tocarem. Possivelmente faria parte da campanha para a eleição de intendente Municipal de Honório Pimentel.

³⁶³ COSTA, Mariana Barbosa Carvalho Da. “Entre o lazer e a luta: o associativismo recreativo entre os trabalhadores fabris do Jardim Botânico (1895-1917)”. Dissertação de Mestrado em História, Programa de Pós-graduação em História Social da Cultura. PUC-RJ. Rio de Janeiro, 2014.

CONCLUSÃO

Como se percebe acima o associativismo recreativo em Santa Cruz, sempre esteve ligado oligarquias. Não sendo apenas só locais, mas oligarquias que influenciavam na política nacional. Quando nos referimos as decisões políticas nacionais, lembramos da aliança que já discutida do triângulo (da qual Milcíades de Sá Freire e seu tio Felipe Cardoso Pires fizeram parte). Entender a dinâmica política local, onde a sociedades estavam inseridas é essencial, pois seus membros estavam diretamente ligados a essas disputas. As oligarquias em Santa Cruz, vem desde do Império se estabelecendo (lembremos da família Cardoso). Com um passado rural e escravista, as sociedades Santa Cruz, dialogam com elementos modernos e urbanos. O matadouro e a ferrovia foram pontos de modernidade e progresso, em uma região altamente rural. Não é de se estranhar que as estruturas coronelistas e oligárquicas, estejam incrustados no associativismo recreativo e na dinâmica política de Santa Cruz.

Também se percebe que nenhuma sociedade recreativa de Santa Cruz, jamais tenha tido problemas com a polícia (ao menos no período analisado que seja de nosso conhecimento). Afinal, sociedades ligadas oligarquias não poderiam sofrer perseguição da polícia, como as experiências já estudadas por outros trabalhos no centro do Rio. Já que não reuniam elementos como militante ou incomodassem as autoridades. Como já discutimos, a dinâmica política do associativismo recreativo santacruzense, difere em parte das outras experiências já estudadas pela historiografia, nenhum trabalho analisou sociedades ligadas oligarquias ou fundadas por uma.

O matadouro se torna a principal agência de disputas nessa dinâmica política local, embora outras sociedades como a S.M.F.B. Não estivessem diretamente ligadas as disputas políticas traçadas no âmbito do matadouro municipal. A oligarquia Honório Pimentel e de Milcíades de Sá Freire (e de seu tio Felipe Cardoso Pires), mantinha grande controle sobre a política da instituição e local. As disputas entre oligarquias e seus candidatos, ficaram mais evidentes no processo analisado no primeiro capítulo.

Ali não é apenas uma disputa eleitoral entre Pimentel e Camará, é uma medição de força por quem influenciará nas políticas do matadouro, através de Câmara Municipal. Pimentel e os Cardoso Pires (lembremos que além de Milcíades de Sá Freire ser o advogado de Honório, Tancredo Guerra Pires foi nomeado depois secretário por Honório Pimentel) acabaram ganhando

a disputa pelo cargo. Independentemente de quem tenha enviado aqueles homens armados para atacar em seção eleitoral, os Cardoso Pires e Honório Pimentel acabaram duplamente vitoriosos, pois se livraram da acusação e como já dissemos eles ganharam eleição.

Vimos como o grupo de Honório Pimentel e Cardoso Pires era profundamente ligada e sustentava, o Ginásio Musical 24 de Fevereiro. Essa sociedade sendo a mais antiga de Santa Cruz, fundada por Felipe Cardoso Pires em 1891, tendo os Cardoso Pires e seus aliados (incluído os Câncio Pontes e Honório Pimentel) como membros possivelmente.³⁶⁴ Mesmo nas eleições dentro do Ginásio, aviam disputas na chapa formada por Victor Villon e Frederico Leal, concorrendo com a de Tancredo Guerra Pires. Tancredo chegou a acusar a outra chapa de querer fundir a sociedade com a S.M.F.B. Novamente os Cardoso Pires são vitoriosos na disputa. Mostra que mesmo dentro da sociedade o grupo de Cardoso Pires e Pimentel também tinham rivais. É aventada a possibilidade de uma rivalidade entre as duas sociedades, como já se comentou, embora apenas uma fonte afirme tal rivalidade e elas colaborem entre si.³⁶⁵ Cesário de Melo e Camará cooperavam na acusação dos Pimentel e Cardoso Pires.

Já a Sociedade Musical Francisco Braga, que no ataque a seção eleitoral perdeu seu fundador Ernesto de Pinho, embora a sociedade de forma alguma tenha se manifestado oficialmente contra Pimentel ou Cardoso Pires (apenas pediu justiça). A sociedade tenderia a ter proximidade com Otacílio Camará, talvez até mesmo Júlio Cesário de Melo. Sobre o segundo é apenas possível afirmar que era associado.³⁶⁶ Camará era benemérito da sociedade, um de seus patrocinadores. Ela tinha um perfil de sócios de funcionários públicos e negociantes. O político aparenta ter acumulado grande poder e respeitabilidade dentro da sociedade. A S.M.F.B. teve poucas mulheres em seu quadro de sócios, nenhuma chegou a benemérita. Mas esse era o único critério que realmente tornava seletivo o acesso a S.M.F.B. Lembramos que é uma sociedade democrática (embora formada por setores médios): permitido ingresso sem distinção de cor ou nacionalidade e todos os membros participavam das eleições.

³⁶⁴ Não se achou a lista de associados do Ginásio Musical 24 de Fevereiro, há uma grande probabilidade de Pimentel e Câncio Pontes serem membros da sociedade.

³⁶⁵ O Santacruzense, 8/07/1909.

³⁶⁶ NOPH – Eco Museu de Santa Cruz (Brasil). Estatuto da Sociedade Musical Francisco Braga. Caixa do Acervo de Culturas e Festas, 1950.

O ingresso como na S.M.F.B., era feito por convite e passava por uma assembleia geral (ou outros tipos de comissão). Outro associado que era aliado político de Cesário de Melo e era membro dos Progressistas, Victor Villon. Não é possível saber Cesário de Melo, era associado patrocinador dessas sociedades, mas alguma influência política dentro delas ele chegou a ter.

Outras sociedades também estariam sob a influência de Camará, eram as sociedades carnavalescas: Congresso dos Furrecas, Clube Democráticos de Santa Cruz e Clube Progressistas de Santa Cruz. Fundada na década de 1910, posteriores as outras duas mais antigas. Essas sociedades tinha uma lógica carnavalesca, ou seja, seu objetivo fundacional era a celebração dos festejos carnavalescos e desfilar no carnaval. Elas sofreram influência como dissemos, de outras sociedades carnavalescas que desfilavam no centro do Rio de Janeiro.

De caráter democrático, pois suas atividades abarcavam públicos diversos: como funcionários públicos e ferroviários da Estrada de Ferro Central do Brasil. Os Democráticos de Santa Cruz iam além, permitiam a discussão de assuntos do movimento operário em seu corpo associados. Outro fator, que também denota o quão o popular elas eram, suas baixas mensalidades e joias de ingresso.

Pode-se afirmar também, que o Congresso dos Furrecas chegou a ser influenciado pela estética de sociedades do centro do rio. Em virtude, da sociedade se organizar com barracões, infraestruturas e estrutural organizacional parecidas com sociedades como Ameno Resedá. O preço também era acessível, como comparamos os preços com a sociedade de Tia Ciata.

Apesar de Santa Cruz aparentar ser a princípio um lugar isolado e distante do grande centro do Rio. Aqui se mostrou o contrário, o bairro estava integrado a capital na busca pela ideologia do progresso com o Matadouro, como referência moderna no final do Império, o carnaval local não foi diferente. Embora, possuísse lógicas próprias, principalmente quanto às questões políticas (coronelistas e incomum em outros lugares), o associativismo recreativo em Santa Cruz, dialogava também com elementos de outras experiências associativas da cidade do Rio. Se inspirou em elementos estéticos e na organização dos carnavais de outros lugares da cidade. Mesmo em sociedades mais antigas como a S.M.F. B., como observamos nas fotos da estrutura da banda (Figura 1). A banda da S.M.F.B. também comparável com outras bandas de cidades pequenas do interior de São Paulo. Ou mesmo a representação do pavilhão da banda, comparado a outras

sociedades. Os instrumentos da banda S.M.F. B., também eram de origem europeia como saxofone, outro de origem africana como tambor. Algo comparável a outras sociedades do centro do Rio, que também utilizavam tambor.

A única exceção, quanto a alianças foi a proximidade entre Honório Pimentel e o fundador do Rancho Carnavalesco Netinhos de Vovó, através de Carlos Almeida. Embora, isso não queria dizer que Pimentel patrocinasse ou fosse ligado ao clube. O R.C.N.V. apresenta todas as características das outras sociedades quanto a preço barato, acesso por convite e objetivo fundacional para desfilar no carnaval. Embora, sua organização interna fosse mais hierárquica. Quanto ao fato de ser democrática ou não, há uma lacuna, pois não obtivemos lista de sócios. O que se pode dizer, é que seu presidente era um negociante português, possivelmente radicado em Santa Cruz. Essa sociedade era mais explícita em seu objetivo fundacional, se inspirando nas sociedades do centro do Rio.

LISTA DE FONTES

ARQUIVO NACIONAL. SECRETARIA DE POLÍCIA DO DISTRITO FEDERAL (RIO DE JANEIRO):

Fundo, GIFÍ Codex 6C171. Rio de Janeiro. 1906.
Fundo, GIFÍ Codex 6C251. Rio de Janeiro. 1906.
Fundo, GIFÍ Codex 6C462. Rio de Janeiro. 1906.
Fundo, GIFÍ Codex 6C365. Rio de Janeiro, 1909.
Fundo, GIFÍ Codex 6C366. Rio de Janeiro, 1910.
Fundo, Bolier Codex IJ6-595. Rio de Janeiro. 1920.
Fundo, Bolier Codex IJ6-694. Rio de Janeiro. 1920.
Fundo, Bolier Codex IJ6-595. Rio de Janeiro. 1920.
Fundo, Bolier Codex IJ6-648. Rio de Janeiro. 1921.

JORNAIS DO SETOR PERÍODICOS BIBLIOTECA NACIONAL (RIO DE JANEIRO) E HEMEROTECA DIGITAL:

A Imprensa, 6/09/1909.
A Manhã, 01/01/1927.
A Manhã, 11/06/1927
A Manhã, 2 de fevereiro de 1927.
A notícia, 29 de janeiro de 1909.
A Rua, 12/04/1927.
Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro. 1922, p.150.
Cidade do Rio, 21 do 7 de 1895.
Correio da Manhã, 07/07/1926.
Correio da Manhã, 07/07/1926.
Correio da Manhã, 12/05/1957.
Correio da Manhã, 20/03/1904.
Gazeta de Notícias, 24/03/1909.
Gazeta de Notícias, p. 5. 24/03/1909.
Jornal "Universe", 12/01/1912.
Jornal das Moças, 9/09/1954.
Jornal do Brasil, 19/01/1915.
Jornal do Brasil, 21/11/1909.
Jornal do Brasil, 27/01/1927.
Jornal do Brasil, 27/01/1927.
Jornal do Brasil, 30/12/1907.10/1929.
Jornal do Brasil, 6/10/1926.
Jornal do Brasil, 6/10/1926.

Jornal do Brasil,28/08/1926.
Jornal do Comércio, 14 de Maio de 1896
Jornal Suburbano, 28/01/1911.
O Diário, 26/01/1922.
O Globo, 11/12/1988.
O Imparcial, 27/01/1929.
O Jornal, 10/06/1927.
O Jornal, 19/12/1922.
O jornal, p. 7. 29/01/1921.
O jornal, p. 7. 29/01/1921.
O Malho, 5/02/1927.
O País, 01/08/1918.
O País, 05/10/1919.
O País, 09/01/1926.
O País, 1/11/1909.
O País, 1/11/1909.
O País, 17/09/1911.
O País, 17/09/1911.
O País, 19/08/1917.
O País, 26/10/1909
O País, 27/10/1919.
O País, 28/07/1921.
O País, 29/12/1920.
O País, 31/03/1923.
O País, 7/05/1918.
O Santacruzense, 1 de janeiro de 1909.
O Santacruzense, 10/08/1909.
O Santacruzense, 11/09/1909.
O Santacruzense, 13 Abril de 1909.
O Santacruzense, 14 de fevereiro de 1909.
O Santacruzense, 14 de janeiro de 1909.
O Santacruzense, 14/01/1909.
O Santacruzense, 14/01/1909.
O Santacruzense, 14/02/1909.
O Santacruzense, 20/07/1909.
O Santacruzense, 21 de janeiro de 1909.
O Santacruzense, 25 de Outubro de 1908.
O Santacruzense, 28 de fevereiro de 1909.
O Santacruzense, 29 de abril de 1909.
O Santacruzense, 3 abril de 1909.
O Santacruzense, 3 Janeiro de 1909.

O Santacruzense, 3 janeiros de 1909.
O Santacruzense, 3/01/1909, 4/03/1909 e 15/05/1909.
O Santacruzense, 3/01/1909.
O Santacruzense, 4/02/1909.
O Santacruzense, 5 de outubro de 1908.
O Santacruzense, 7 de janeiro de 1909.
O Santacruzense, 7/01/1909.
O Santacruzense, 8/07/1909.
O Santacruzense, 9 Abril de 1909.
O século, 16 de outubro de 1912.
O Século, 2/11/1909.
O Século, 9/02/1909.
O Século, 9/02/1909.
Seção 3. P.210. Diário Oficial da União, 20/09/1925.

OUTRAS FONTES:

NOPH – Eco Museu de Santa Cruz (Brasil). Lista de sócios da Sociedade Musical Francisco Braga. Caixa do Acervo de Culturas e Festas, 1950.
NOPH – Eco Museu de Santa Cruz (Brasil). Estatutos da Sociedade Musical Francisco Braga. Caixa do Acervo de Culturas e Festas, 1950.
NOPH – Eco Museu de Santa Cruz (Brasil). Panfleto do Clube do Clube dos Furrecas. Caixa do Acervo de Culturas e Festas, 1960.
UERJ (Brasil). Coleção Núcleo NDBL. COD uerj.131850

REFERÊNCIAS

AMANTINO, Marcia; COUTO, RONALDO. De “curral dos padres” a gigantesca Fazenda de Santa Cruz. In: ENGEMANN, Carlos.; AMANTINO, Márcia. (Org.). “Santa Cruz: de legado dos jesuítas à pérola da coroa”. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2013: 15-43.

ARANTES, Erica Bastos. “O Porto Negro: trabalho, cultura e associativismo dos trabalhadores portuários no Rio de Janeiro na virada do XIX para o XX”. Tese de Doutorado em História, Niterói, Programa de Pós-Graduação em História Social, UFF, 2010.

BATALHA, Claudio Henrique Morais. “Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária”. Cadernos AEL, v.6, n.10/11, 1999.

_____. Cultura associativa no Rio de Janeiro da Primeira República. In: Alexandre Fortes. (Org.). Culturas de classe: Identidade e diversidade na formação do operariado. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.

BENCHIMOL, Jaime Larry. Pereira Passos: um Haussmann Tropical. A renovação urbana na cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1992.

BRETAS, Marcos Luiz. Ordem na cidade. “O exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro. 1907-1930”. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

CARVALHO, José Murilo de. “Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual”. P. 130-155. In: CARVALHO, José Murilo de. Pontos e Bordados: Escritos de História e Política. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

_____. Cidadania no Brasil. O longo Caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

CHALHOUB, Sidney. “Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial.” São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. Campinas: Editora da Unicamp. 2008.

CHARTIER, Roger. Introdução. Por uma sociologia histórica das práticas culturais. In: _____. A História Cultural entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, p. 13-28.

COSTA, Mariana Barbosa Carvalho Da. “Entre o lazer e a luta: o associativismo recreativo entre os trabalhadores fabris do Jardim Botânico (1895-1917)”. Dissertação de Mestrado em História, Programa de Pós-graduação em História Social da Cultura. PUC-RJ. Rio de Janeiro, 2014.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. “Ecos da folia: Uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920”. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo de. A Vida fora das fábricas. Cotidiano operário em São Paulo (1920-1934), São Paulo: Paz e Terra, 1987.

Dicionário de verbetes da Primeira República. Rio de Janeiro: FGV, 2009. P. 5. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/CAMAR%C3%81,%20Otac%C3%ADlio%20de%20Carvalho.pdf>>. Acesso em 22 de junho de 2015.

_____. Rio de Janeiro: FGV, 2009. P. 5. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/MELO,%20Ces%C3%A1rio%20de.pdf>>. Acesso em 22 de junho de 2015.

_____. Rio de Janeiro: FGV, 2009. P. 5. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PIRES,%20Felipe%20Bas%C3%ADlio%20Cardoso.pdf>>. Acesso em 22 de junho de 2015.

Ecomuseu de Santa Cruz. Disponível em: <<http://www.quarteirao.com.br/matadouro.html>>. Acesso em 22 de junho de 2015.

FERNANDES, Nelson da Nóbrega. Escolas de samba: sujeitos celebrantes e objetos celebrados. Rio de Janeiro, 1928-1949. Rio de Janeiro: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. 2001.

_____. O rapto ideológico da categoria subúrbio: Rio de Janeiro 1858/1945. Rio de Janeiro: Apicuri. 2011.

FRACCARO, Glaucia Cristina Candian. “Morigerados e Revoltados: trabalho e organização de ferroviários na Central do Brasil e na Leopoldina (1889-1920)”. Dissertação de Mestrado em História, Programa de Pós-graduação História Social. Unicamp. São Paulo, Campinas, 2008.

FRANCA, Lucia Pena. Teatro Amador: a cena carioca muito além dos arrabaldes. Dissertação de Mestrado em História, Programa de Pós-graduação em História. UFF. Niterói, 2011.

FREIRE, Américo Oscar Guichard Oscar Guichard. “Uma capital para a República: poder federal e forças políticas locais no Rio de Janeiro na virada para o século XX”. Rio de Janeiro: Revan, 2015.

FREITAS, Benedicto. Santa Cruz. “O Matadouro de Santa Cruz (cem anos a serviço da comunidade)”. Rio de Janeiro: 1977.

GINZBURG, Carlo. “Sinais: raízes de um paradigma indiciário” In: Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. O nome e o como. In: Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

Google Street View. Disponível em: <
https://www.google.com.br/maps/place/CLUBE+BRAGA/@-22.935574,-43.6668143,3a,75y,90t/data=!3m8!1e2!3m6!1s-l2d74i-vRDs%2FVNclQqstGDI%2FAAAAAAAAAAA0%2Fkk_SKYBpLpQ!2e4!3e12!6s%2F%2Flh4.googleusercontent.com%2F-l2d74i-vRDs%2FVNclQqstGDI%2FAAAAAAAAAAA0%2Fkk_SKYBpLpQ%2Fs203-k-no%2F!7i624!8i480!4m2!3m1!1s0x9bfa5b584000f1:0xe9a91097b233335!6m1!1e1>. Acesso em 22 de junho de 2015

_____. Disponível em: <
https://www.google.com.br/maps/place/CLUBE+BRAGA/@-22.935574,-3.6668143,3a,75y,90t/data=!3m8!1e2!3m6!1s-l2d74i-vRDs%2FVNclQqstGDI%2FAAAAAAAAAAA0%2Fkk_SKYBpLpQ!2e4!3e12!6s%2F%2Flh4.googleusercontent.com%2F-l2d74i-vRDs%2FVNclQqstGDI%2FAAAAAAAAAAA0%2Fkk_SKYBpLpQ%2Fs203-k-no%2F!7i624!8i480!4m2!3m1!1s0x9bfa5b584000f1:0xe9a91097b233335!6m1!1e1>. Acesso em 22 de junho de 2015

HALL, Stuart. “Notas sobre a desconstrução do popular”; In: SOVIK, Liv (Org.). Da Diáspora. Identidades e Mediações Culturais. Belo Horizonte/Brasília: Editora da UFMG/UNESCO, 2003.

HARDMAN, Francisco Foot. Lyra da Lapa: acorde imperfeito menor. In: Antonio Arnoni Prado. (Org.). “Libertários no Brasil: memória, lutas e cultura”. São Paulo: Brasiliense, 1986. P. 150-161.

KANTOR, Iris, Resenha: A morte é uma festa (João José Reis). Cadernos de Campo, São Paulo, v. 27, n.2, p. 173-176, 1992.7, n. 3. P. 359-387, 1965.

LAMOUNIER, Bolivar. “Formação de um Pensamento Político Autoritário na Primeira República”. In: História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III, Volume 2. São Paulo: Difel, 1985, p. 343-374.

LEAL, Victor Nunes. "O Coronelismo e o Coronelismo de Cada Um". Dados, vol. 23, nº 1, P. 11-14.

_____. Coronelismo, Enxada e Voto. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LEVI, Giovanni. “Sobre a Micro-história” In: A Escrita da História: Novas Perspectivas. BURKE, Peter. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

MARQUES DA FONSECA, Vitor Manoel. “No gozo dos direitos civis: associativismo no Rio de Janeiro, 1903-1916”. Rio de Janeiro/Niterói: Arquivo Nacional/Muiraquitã, 2008.

MAUAD, Ana Maria; CARDOSO, Ciro Flamarion. História e Imagens: Os exemplos da fotografia e do cinema. In: CARDOSO, Ciro; VAINFAS, Ronaldo. “Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia”. Rio de Janeiro, Campus, 1997.

MELO, Tiago de. “Um espelho no palco. Identidades sociais e massificação da cultura no teatro de revista dos anos 1920”. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.

MENDONÇA, Leandro Clímaco. “Nas margens: experiências de suburbanos com periodismo no Rio de Janeiro, 1330-1920”. Dissertação de Mestrado em História, Niterói, Programa de Pós-Graduação em História Social, UFF, 2011.

MICHAELIS: moderno dicionário da língua portuguesa. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1998- (Dicionários Michaelis).

MORAES, Eneida de. História do carnaval carioca. Rio de Janeiro: Record, 1987.

MOREIRA, Gustavo Alves Cardoso. Uma família no Império do Brasil: os Cardoso de Itaguaí (um estudo sobre a economia e poder). Dissertação de Mestrado em História, Programa de Pós-graduação em História. UFF. Niterói, 2005.

MOURA, Roberto. Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1983.

NEPOMUCENO, Eric Brasil. “Cidadania "na ponta": participação negra nos carnavais cariocas da Primeira República (1889-1917)”. XXVI Simpósio Nacional de História - Anpuh: 50 anos. In: Anais do XXVI simpósio nacional da ANPUH - Associação Nacional de História. São Paulo: ANPUH-SP, v.1, n.10/11, 2011.

PEDROZA, Manoela da Silva.; TAVARES, Juliana Cavalcanti. As querelas entre marchantes e políticos em torno da carne verde (Matadouro Público de Santa Cruz, 1872-1889). In: ENGEMANN, Carlos.; AMANTINO, Márcia. (Org.). “Santa Cruz: de legado dos jesuítas à pérola da coroa”. Rio de Janeiro: Editora d UERJ, 2013: 315-349.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. “E o Rio dançou”. Identidades e tensões nos clubes recreativos cariocas (1912-1922). In: CUNHA, Maria Clementina Pereira (org.). “Carnavais e outras f(r)estas”. Campinas: Editora Unicamp, 2002.

_____. O Prazer das Morenas: bailes, ritmos e identidades nos clubes dançantes da Primeira República. In: Andrea Marzano; Victor Andrade de Melo. (Org.). “Vida Divertida: histórias do lazer no Rio de Janeiro (1830-1930)”. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010: 275-299.

_____. “A Flor da União: festa e identidade nos clubes carnavalescos do Rio de Janeiro”. Terceira Margem. Rio de Janeiro, janeiro/junho 2006, n.14.

_____. O Carnaval das Letras: literatura e folia no Rio de Janeiro do século XIX. Editora da UNICAMP, 2004.

_____. Os Anjos da Meia-Noite: trabalhadores, lazer e direitos no Rio de Janeiro da Primeira República. Tempo. Niterói. v. 19. P. 97-116. 2013.

PINTO, Surama Conde Sá. Só para iniciados ... o jogo político na antiga capital federal. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011.

REIS, João José. A morte é uma festa. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

_____. A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX, São Paulo: Cia. das Letras, 1991.

SEVCENKO, Nicolau. Literatura como. Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SIQUEIRA, Uassyr de. “Entre sindicatos, clubes e botequins: identidades, associações e lazer dos trabalhadores paulistanos (1890-1920)”. Tese de Doutorado em História, Programa de Pós-graduação em História da UNICAMP. Campinas, 2008.

_____. “Clubes e sociedades dos trabalhadores do Bom Retiro: organização, lutas e lazer em um bairro paulistano (1915-1924)”. Dissertação de Mestrado em História, Programa de Pós-graduação em História da UNICAMP. Campinas, 2002.

SOARES. Maria Therezinha de Segadas. Fisionomia e estrutura do Rio de Janeiro. Revista Brasileira de Geografia. v. 2 01, Subversão pelo Riso: Estudos Sobre o Carnaval Carioca da Belle Époque ao Tempo de Vargas. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

THOMPSON, Edward Palmer. A Formação da Classe Operária Inglesa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. Palmer. As Peculiaridades dos Ingleses e Outros Artigos; organizadores: Antônio Luigi Negro e Sérgio Silva. Campinas: Editora da Unicamp. 2002.